

Guilherme Lourenço de Souza



CONCORDÂNCIA, CASO E ERGATIVIDADE EM
LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA:
UMA PROPOSTA MINIMALISTA

Belo Horizonte
Faculdade de Letras – UFMG
2014

Guilherme Lourenço de Souza



CONCORDÂNCIA, CASO E ERGATIVIDADE EM
LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA:
UMA PROPOSTA MINIMALISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de Concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de Pesquisa: Estudos em Sintaxe Formal

Orientador: Prof. Dr. Fábio Bonfim Duarte

Belo Horizonte
Faculdade de Letras – UFMG
2014

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

S729c

Souza, Guilherme Lourenço de.

Concordância, caso e ergatividade em língua de sinais brasileira [manuscrito] : uma proposta minimalista / Guilherme Lourenço de Souza. – 2014.

161 f., enc.

Orientador: Fábio Bonfim Duarte.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudos em Sintaxe Formal.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 152-161.

1. Língua brasileira de sinais – Gramática – Teses. 2. Língua brasileira de sinais – Concordância – Teses I. Duarte, Fábio Bonfim. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 419



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

**Concordância, Caso e ergatividade em Língua de Sinais Brasileira:
uma proposta minimalista**

GUILHERME LOURENÇO DE SOUZA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudos em Sintaxe Formal.

Aprovada em 14 de março de 2014, pela banca constituída pelos membros:

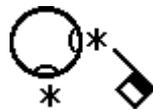
Prof(a). Fabio Bonfim Duarte - Orientador
UFMG

Prof(a). Ronice Muller de Quadros
UFSC

Prof(a). Elidéa Lúcia Almeida Bernardino
UFMG

Belo Horizonte, 14 de março de 2014.

Aos Surdos brasileiros.



First of all, let's be careful about deaf people. If deaf people have developed sign language, then there are no intellectual defects at all. Many people who are not deaf think that deaf people have deficits because we just don't understand their language. (Chomsky 1988: 196)

Language depends on the human brain, not on the naked or electronically assisted human ear. (Stokoe 2001: 303)

AGRADECIMENTOS

*“Não deixo de dar graças por vocês, mencionando-os em minhas orações.”
Efésios 1:16*

Primeiramente, e acima de tudo, agradeço a Deus, Senhor de graça e misericórdia, que me permitiu chegar até aqui e que guiou cada passo dado nesta trajetória.

Agradeço aos meus pais Herbert e Anelice, à minha irmã Juliene, à minha avó Carlinda, à Tia Lete e a toda minha família por estarem sempre presentes e por entenderem as minhas ausências. A pessoa que sou é fruto dos ensinamentos de cada um de vocês.

À Josiane, eterna companheira, meu muito obrigado. Sem seu apoio e sua companhia esta jornada teria sido bem mais árdua. Desculpe-me pelos fins-de-semana em que estive ausente, pelas ligações tão brevemente encerradas, e pela frase que, tenho certeza, você se cansou de ouvir: “- Não posso. Tenho que escrever!”. (L)

Um muito obrigado especial a meu orientador Prof. Dr. Fábio Bonfim Duarte que, desde a graduação, tem sido um verdadeiro mestre, um exemplo de ser humano e de profissional. Obrigado por ter aceitado entrar nessa jornada comigo, estudando uma língua que era completamente nova para o senhor.

Agradeço também a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e de forma geral a todos os professores da Faculdade de Letras da UFMG que contribuíram imensamente para minha formação. Em especial, um muito obrigado aos professores: José Olímpio, Lorenzo Vitral, Maria Luiza Cunha-Lima e Ricardo Souza.

Às professoras do Núcleo de Libras da UFMG, Elidéa Bernardino, Giselli Mara e Rosana Passos, que, mais do que parceiras nos estudos das línguas de sinais, são verdadeiras amigas. Agradeço as palavras de incentivo, o companheirismo e todo o apoio que me deram.

I am very thankful to Professor Shigeru Miyagawa (MIT - *Massachusetts Institute of Technology*) for the fruitful discussion we had about this work during the Abralin conference on January, 2013.

Não poderia deixar de agradecer ao meu grande amigo e eterno professor Ronerson Eduardo. Você quem me ensinou a Libras e me inseriu no mundo dos surdos. Amo muito você e sua linda família - Heloísa e Isadora.

Aos amigos surdos, obrigado por me permitirem fazer parte de suas vidas, língua e cultura: Vó Belinha, Anderson, Denise, Roberta, Ernesto, Jonatas, Gercele, Zuleica, Cláudio, Gisele, Raiane, Rejane, Rodrigo, Pr. Rainer, Janete e tantos outros que a cada dia me fazem sentir orgulho por ser falante dessa língua e por tê-la escolhido como objeto de estudo.

Aos amigos da área da surdez que sempre se fizeram presentes (ora fisicamente, ora em pensamento): Dayse, Beth(inha) e Dú, Alexsandra, Aline, Pr. Divino, Flávia, Gislaine, Verônika, Kethulin, Andréia, Luciana, Marilene, Renato, Carol, Sônia Leal e tantos outros.

Meu muito obrigado a todos os meus (ex-)alunos da UFOP, UEMG, CENEX/UFMG, PRONATEC e a todos os intérpretes que tive a oportunidade de conhecer nos cursos ministrados no CAS. Aprendi muito mais do que ensinei a vocês.

Agradeço aos colegas do Poslin pelas valiosas discussões em cada disciplina cursada. Em especial, aos amigos Quesler Camargos, Ricardo Castro, Nasle Cabana, Maria José Oliveira e Thaís Sá que se tornaram grandes parceiros de jornada.

Registro também meu agradecimento aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Ronice Quadros, Profa. Dra. Elidéa Bernardino e Profa. Dra. Lilian Teixeira de Sousa. Obrigado pela disponibilidade e pelos comentários e sugestões para a melhoria deste trabalho.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e à Faculdade de Letras pela acolhida.

MUITO OBRIGADO!



RESUMO

SOUZA, Guilherme Lourenço de. *Concordância, Caso e ergatividade em Língua de Sinais Brasileira: uma proposta minimalista*. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

Esta dissertação tem como objeto de estudo a concordância verbal em Língua de Sinais Brasileira. Mais especificamente, investigo os verbos com concordância regular e os verbos com concordância reversa, à luz dos desenvolvimentos recentes do Programa Minimalista e da teoria sobre concordância, Caso e ergatividade (Chomsky 1995, 2000, 2001; Miyagawa 2010; Legate 2008; Woolford 2006; entre outros). Assim, motivo que os verbos de concordância regular apresentam um padrão nominativo de concordância, em que o sujeito da sentença recebe Caso nominativo e o objeto recebe Caso acusativo. Essa distribuição de Caso resulta no padrão de concordância SUJEITO_{SUJ}VERBO_{OBJ} OBJETO. Já os verbos de concordância reversa apresentam um padrão ergativo de concordância, em que o sujeito da sentença recebe Caso ergativo inerente e o objeto recebe Caso nominativo. Essa distribuição de Caso resulta no padrão de concordância SUJEITO_{OBJ}VERBO_{SUJ} OBJETO. Discuto ainda que, nas sentenças com concordância reversa, o que permite a atribuição do Caso nominativo ao objeto *in situ* e também a concordância de *v* com o sujeito ergativo da sentença é o movimento de *v* para *T*, formando o núcleo complexo *T+v*, que torna o objeto visível para a sonda- ϕ em *T* e também torna possível a relação Agree entre a sonda- ϕ trazida por *v* e o sujeito ergativo da sentença. Neste trabalho, abordo ainda a categoria auxiliar (*AUX*) em Libras. Proponho que *AUX* é, na verdade, uma marca de tópico resultante do movimento do sujeito e do objeto para uma posição de tópico (passando a ser glosado como ${}_xIX_y$). ${}_xIX_y$, portanto, ocupa uma posição intermediária entre as projeções *CP* e *TP*, a saber: αP (Miyagawa, 2010).

PALAVRAS-CHAVE: Língua de Sinais Brasileira; concordância; ergatividade; Gramática Gerativa.

ABSTRACT

SOUZA, Guilherme Lourenço. *Agreement, Case and ergativity in Brazilian Sign Language: a minimalist proposal*. 2014. 161 p. MA Thesis (Master's Degree in Theoretical and Descriptive Linguistics) – Faculdade de Letras, Federal University of Minas Gerais.

This dissertation aims to study the verbal agreement system in Brazilian Sign Language. More specifically, I investigate the regular agreement verbs and the backward agreement verbs based on the recent findings under the Minimalist Program and the theory about agreement, Case and ergativity (Chomsky 1995, 2000, 2001; Miyagawa 2010; Legate 2008; Woolford 2006; among others). Thus, I propose that regular agreement verbs show a nominative array of agreement; in which the subject of the sentence bears nominative Case and the object is marked with accusative Case. This Case assignment configuration gives rise to a SUBJECT_{SUBJ}VERB_{OBJ} OBJECT agreement array. On the other hand, backward agreement verbs show an ergative agreement pattern; in which the subject gets inherent ergative Case and the object bears nominative Case. This distribution results in a SUBJECT_{OBJ}VERB_{SUBJ} OBJECT agreement array. I also discuss the mechanism that allows the object of a backward agreement verb to bear a nominative Case *in situ* and that allows the agreement between *v* and the ergative subject, to wit: the movement of *v* to T, thereby resulting in the complex head T+*v*. This complex head turns the object visible to the ϕ -probe in T and also makes possible an Agree relation between the ϕ -probe carried along with *v* and the ergative subject of the sentence. In this dissertation, I also deal with the auxiliary (AUX) in Brazilian Sign Language. I propose that AUX is actually a topic marker that indicates that both subject and object moved to a topic position (consequently, I will notate it as ${}_xIX_y$). In this sense, I propose that ${}_xIX_y$ is situated in an intermediary projection between CP and TP: αP (Miyagawa, 2010).

KEY-WORDS: Brazilian Sign Language; agreement; ergativity; Generative Grammar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1. GEOMETRIA DE TRAÇOS PARA TI.....	25
FIGURA 2. GEOMETRIA DE TRAÇOS PARA TP	26
FIGURA 3. PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SINAL ICÔNICO ÁRVORE	28
FIGURA 4. FORMA PRONOMINAL: 1ª PESSOA DO SINGULA.....	38
FIGURA 5. FORMA PRONOMINAL: 2ª PESSOA DO SINGULAR.....	39
FIGURA 6. FORMA PRONOMINAL: 3ª PESSOA DO SINGULAR – REFERENTE AUSENTE.....	40
FIGURA 7. ARQUITETURA DA LINGUAGEM	46
FIGURA 8. AUXILIAR INDEXICAL	53
FIGURA 9. AUXILIAR GIVE EM LÍNGUA DE SINAIS GREGA.....	53
FIGURA 10. AUXILIAR PERSON EM LÍNGUA DE SINAIS GERMÂNICA	54
FIGURA 11. COMPARAÇÃO ENTRE IX _x (À ESQUERDA) E AUX (À DIREITA) EM LIBRAS.....	131

TABELA 1. DIAGNÓSTICOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE UM CASO INERENTE.....	94

LISTA DE ABREVIÇÕES

ACC	acusativo
ASL	<i>American Sign Language</i> – Língua de Sinais Americana
AUX	auxiliar
CM	configuração de mão
DAT	dativo
DGS	<i>Deutsche Gebärdensprache</i> – Língua de Sinais Alemã
DIR	morfema direcional
ENM	expressões não manuais
EPP	Princípio de Projeção Estendida (<i>Extended Projection Principle</i>)
ERG	ergativo
GSL	<i>Greek Sign Language</i> – Língua de Sinais Grega
GU	Gramática Universal
L	localização
LCS	Estrutura Léxico-conceitual (<i>Lexical Conceptual Structure</i>)
Libras	Língua Brasileira de Sinais
Locus-R	Locus-Referencial
LSB	Língua de Sinais Brasileira
LSC	<i>Llengua de signes catalana</i> – Língua de Sinais Catalã
M	movimento
NGT	<i>Nederlandse Gebarentaal</i> – Língua de Sinais Holandesa
NOM	nominativo
OBJ	objeto
Or	orientação da palma da mão
PAS	Estrutura Argumental (<i>Predicate Argument Structure</i>)
SAF	Filtro do Afixo Isolado (<i>Stranded Affix Filter</i>)
SUJ	sujeito
TI	[estrutura de] Traços Inerentes
TP	[estrutura de] Traços Prosódicos

SUMÁRIO

<u>1. INTRODUÇÃO</u>	<u>13</u>
<u>2. INTRODUÇÃO À GRAMÁTICA DAS LÍNGUAS DE SINAIS</u>	<u>20</u>
2.1 FONÉTICA E FONOLOGIA	20
2.2 MORFOLOGIA	27
2.3 SINTAXE	32
2.3.1 CONCORDÂNCIA	37
2.3.2 A CATEGORIA AUXILIAR	50
<u>3. REVISITANDO ALGUMAS PROPOSTAS TEÓRICAS</u>	<u>57</u>
3.1 PADDEN (1983)	58
3.2 JANIS (1992, 1995)	60
3.3 MEIR (1998, 2002)	63
3.4 RATHMANN E MATHUR (2002)	70
3.5 QUADROS E QUER (2008, 2010)	72
3.6 CONCLUSÃO	77
<u>4. CONCORDÂNCIA REGULAR VS. CONCORDÂNCIA REVERSA</u>	<u>81</u>
4.1 RELAÇÃO ENTRE CASO E CONCORDÂNCIA EM LIBRAS	82
4.2 DERIVANDO A CONCORDÂNCIA SINTATICAMENTE	105
4.3 CONCLUSÃO	118

5. A CATEGORIA AUX EM LIBRAS	121
5.1 DELIMITANDO OS CONTEXTOS DE OCORRÊNCIA DE AUX	122
5.2 SERIA AUX REALMENTE UM AUXILIAR?	125
5.3 DERIVANDO SINTATICAMENTE A MARCA DE TÓPICO $_xIX_y$	133
5.4 $_yIX_x$ E OS AUXILIARES EM OUTRAS LÍNGUAS DE SINAIS	143
5.5 CONCLUSÃO	147
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152

1. INTRODUÇÃO

Desde o reconhecimento do *status* linguístico das línguas de sinais na década de 1960, vários estudos e investigações vêm sendo desenvolvidos de forma a descrever e a melhor compreender esses sistemas de linguagem.

Retomo aqui alguns estudos realizados sobre as línguas de sinais, no âmbito da Linguística Formal, em particular nas áreas de fonologia (Stokoe 1960; Liddell 1984; Liddell e Johnson 1989; Sandler 1989; Brentari 1998; entre outros), morfologia (Klima e Belugi 1979; Sandler 1999; Aronoff, Meir e Sandler 2005, entre outros) e sintaxe (Fischer 1975; Friedman 1976, Quadros 1995, 1999; Neidle *et al* 2000; entre outros). Pode-se afirmar que essas pesquisas mostraram – e ainda mostram – que as línguas de sinais são línguas verdadeiras com gramática própria e com o mesmo *status* linguístico das línguas orais.

A assertiva de que as línguas sinalizadas são sistemas linguísticos naturais nos leva então a considerar que tanto as línguas gestuais quanto as orais são regidas por uma mesma faculdade inata de linguagem. A essa faculdade de linguagem, a Teoria Gerativa dá o nome de Gramática Universal (GU). Assim, apesar da diferença de modalidade entre as línguas¹, é de se esperar que as semelhanças entre as línguas orais e sinalizadas sejam

¹ As línguas orais são de modalidade oral-auditiva, enquanto as línguas de sinais são de modalidade viso-gestual.

maiores que as diferenças encontradas entre elas. Para fundamentar teoricamente tal assunção, retomo aqui, o Princípio da Uniformidade tal como proposto por Chomsky (2001:2):

1) *Princípio da Uniformidade*²

Na ausência de fortes evidências que apontem para o contrário, assume-se que as línguas são uniformes e as variações são restritas a propriedades facilmente identificáveis dos enunciados.

É a partir desse pressuposto teórico que o presente trabalho se insere, no intuito de investigar como se dá a concordância verbal em Língua de Sinais Brasileira (Libras). Adicionalmente, adotarei pressupostos teóricos da Gramática Gerativa e de desenvolvimentos recentes da teoria sobre concordância, Caso e ergatividade (Chomsky 2000, 2001; Miyagawa 2010; Legate 2008; Woolford 2006; entre outros).

É preciso destacar que o fenômeno da concordância tem sido frequentemente debatido por pesquisadores que estudam as línguas de sinais. Há diferentes e controversas análises discutindo o estatuto da concordância nessas línguas e sua relação com os diferentes tipos de verbos. Entretanto, há o consenso de que diferentes tipos de verbos apresentam

² *Uniformity Principle*: In the absence of compelling evidence to the contrary, assume languages to be uniform, with variety restricted to easily detectable properties of utterances.

diferentes padrões de concordância, conforme pode ser visto nos exemplos de (2) a (6)³ a seguir.

- | | |
|---|--|
| 2) JOÃO AMAR MARIA | <i>'João ama a Maria'</i> |
| 3) JOÃO _i MARIA _k _i AUX _k AMAR | <i>'João ama a Maria'</i> |
| 4) JOÃO _i _i AJUDAR _k MARIA _k | <i>'João ajuda a Maria'</i> |
| 5) JOÃO _i _k CONVIDAR _i MARIA _k | <i>'João convida a Maria'</i> |
| 6) JOÃO ESCOLA _i _i IR _k PADARIA _k | <i>'João vai da escola para a padaria'</i> |

Em (2), o verbo AMAR é um exemplo de verbo simples (*plain verb*). Note que esse tipo de verbo não apresenta morfologia de concordância, nem há nenhum movimento ou orientação associada aos *loci* de seus argumentos. Entretanto, conforme pode ser visto em (3), é possível a utilização de um auxiliar (AUX) para explicitar a relação de concordância entre sujeito e objeto. Esse auxiliar apresenta apenas traços de pessoa e não traz nenhuma informação de número, tempo ou aspecto. Destaca-se ainda que a ordem da frase é alterada com a introdução do auxiliar. Se em (2) temos uma sentença SVO, em (3) a sentença possui a ordem SOAuxV.

Já a sentença em (4) é um exemplo de verbo de concordância regular (*regular agreement verb*). Esses verbos apresentam um movimento entre o *locus* de cada argumento. Em outras palavras, o verbo inicia-se na posição

³ Nas transcrições, quando os verbos aparecem _xVERBO_y, o primeiro índice corresponde ao ponto inicial do movimento do verbo e o segundo corresponde ao ponto final do movimento.

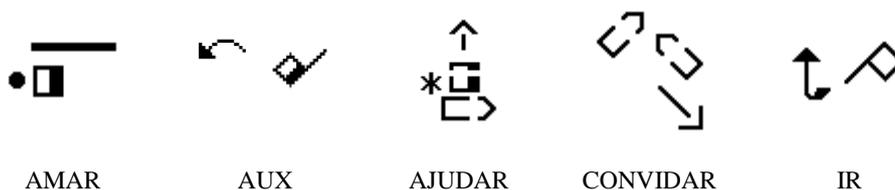
em que é marcado o sujeito e move-se para a posição em que é marcado o objeto, conforme indicam os índices utilizados na transcrição.

(5), por sua vez, apresenta um exemplo de verbo de concordância reversa (*backward agreement verb*). Esse grupo de verbos também apresenta morfologia de concordância, entretanto, sua trajetória vai do *locus* do objeto para o *locus* do sujeito. É preciso apontar ainda que não há nenhuma alteração nas funções sintáticas dos argumentos. Esse comportamento reverso tem sido um problema para as análises atuais, gerando explicações distintas e, a meu ver, insatisfatórias. Alguns trabalhos propõem, por exemplo, que esse padrão de concordância seria derivado de propriedades temáticas inerentes do predicador. Parece-me, porém, pouco acurado atribuir a concordância apresentada por esses verbos a propriedades puramente semânticas. Voltarei a essa discussão, mais detalhadamente, nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

Finalmente em (6), tem-se o chamado verbo espacial (*spatial verb*) que apresenta uma concordância locativa (*locative agreement*). Ao invés de concordar com o sujeito da frase, o verbo concorda com os elementos locativos da sentença.

A escrita em *SignWriting* dos cinco verbos apresentados acima é fornecida a seguir:

7)



Os dados apresentados mostram que o fenômeno da concordância em Língua de Sinais Brasileira é bastante rico e heterogêneo. O fato de a língua apresentar diferentes padrões de concordância e de que esses padrões estão diretamente relacionados a diferentes tipos de verbos traz um desafio para a teoria gerativa e para os atuais modelos teóricos que visam explicar o fenômeno da concordância nas línguas naturais. Esta pesquisa tem, portanto, por objetivo contribuir para um melhor entendimento de como funciona a concordância em Libras, no intuito de ampliar a discussão sobre concordância nas línguas naturais em geral.

Afinal, a Libras, assim como as outras línguas de sinais ao redor do mundo, é, sem dúvidas, uma fonte promissora de investigação que ajudará a elucidar questões mais gerais acerca da Faculdade de Linguagem e de diferentes propriedades sintáticas encontradas nas línguas naturais. Além disso, esta dissertação visa contribuir para uma melhor descrição da Libras e também para um melhor entendimento por parte da comunidade Surda acerca da própria língua utilizada por ela.

O objetivo geral deste trabalho é, então, o de buscar uma explicação para o fenômeno da concordância na Língua Brasileira de Sinais, tendo como base o aporte teórico da Teoria Gerativa, em especial os discutidos sob os desenvolvimentos recentes do Programa Minimalista.

Destacam-se também os objetivos específicos que irão nortear a execução deste trabalho:

- i. Investigar a relação entre concordância e Caso em Libras;
- ii. Explicar a diferença entre os verbos de concordância regular e os de concordância reversa, assim como motivar sintaticamente esses padrões de concordância;
- iii. Analisar a categoria Auxiliar (AUX) da língua, assim como seu licenciamento, os padrões de concordância apresentados por construções com auxiliar e os fatores que levam a mudança na ordem da frase: $SVO \rightarrow SOAuxV$.

Para satisfazer os objetivos apresentados acima, esta dissertação divide-se em 5 capítulos. O Capítulo 1, aberto por esta introdução, destina-se aos objetivos e à apresentação geral do tema. No Capítulo 2, apresento algumas características importantes da gramática das línguas de sinais que considero relevantes para a discussão trazida nos capítulos subsequentes. No Capítulo 3, retomo algumas propostas teóricas anteriores que discutiram o mesmo fenômeno investigado aqui e aponto ainda alguns problemas das análises oferecidas, o que justifica a elaboração de uma nova explicação

teórica para o fenômeno em questão. A proposta teórica é inserida nos capítulos 4 e 5, sendo o Capítulo 4 destinado à analisar a diferença entre sentenças com concordância regular e sentenças com concordância reversa; e o Capítulo 5 para discutir a categoria auxiliar (AUX) da língua. Por fim, no Capítulo 6, estão as considerações finais do trabalho.

2. INTRODUÇÃO À GRAMÁTICA DAS LÍNGUAS DE SINAIS

Neste capítulo, tenho por objetivo apresentar alguns aspectos relevantes sobre a gramática das línguas de sinais e, em especial, da Língua de Sinais Brasileira. Serão discutidas, brevemente, algumas características das línguas sinalizadas, de modo a situar o leitor acerca do funcionamento dessas línguas, no que se refere à fonologia, à morfologia e à sintaxe.

Para isso, este capítulo divide-se em três seções. Na Seção 2.1, exponho alguns estudos sobre a fonologia das línguas de sinais. Na Seção 2.2, descrevo alguns aspectos da morfologia dessas línguas. Por fim, na Seção 2.3, discuto alguns estudos sintáticos já realizados, além de apresentar o fenômeno da concordância nas línguas de sinais e de fazer uma exposição da categoria AUX em diferentes línguas de sinalizadas, incluindo a Libras.

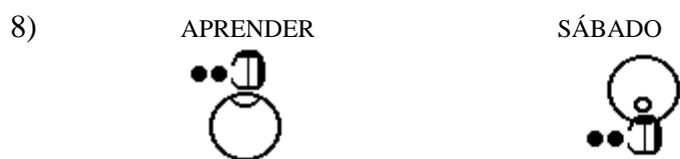
2.1 FONÉTICA E FONOLOGIA

Ao se discutir fonética e fonologia das línguas de sinais, a primeira consideração que deve ser feita é que, enquanto as línguas orais são produzidas pela articulação vocal e percebidas pela audição, as línguas sinalizadas são produzidas por movimentos corporais e percebidas pela visão. É a essa grande distinção que nos referimos quando tratamos da ‘diferença de modalidade’ entre esses dois sistemas linguísticos.

A primeira descrição de como os sinais são articulados e produzidos nas línguas de sinais foi realizada por William C. Stokoe em seu célebre trabalho de 1960, intitulado “Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf”. Stokoe mostrou que as línguas de sinais (mais especificamente a ASL – *American Sign Language* –, língua estudada pelo autor) possuem um nível linguístico sublexical que se assemelha à fonologia das línguas orais. Ainda de acordo com Stokoe, as línguas de sinais possuem um nível estrutural de significado e um nível composto por elementos linguísticos sem significado.

A grande evidência trazida pelo autor foi a existência de pares mínimos na língua. Assim, há itens lexicais distintos que são diferenciados por um único elemento discreto sem significado. Stokoe mostrou ainda que o número de elementos linguísticos sem significado, porém contrastivos, é finito e consideravelmente pequeno.

Um exemplo de par-mínimo em Libras é dado em (8):



Em (8), os sinais APRENDER e SÁBADO são realizados com a mesma forma da mão e com o mesmo movimento. A única diferença entre esses dois sinais é o local onde eles são realizados. APRENDER é realizado em

frente à frente, já o sinal de SÁBADO é articulado em frente à boca. Assim, tem-se um par mínimo cujo único parâmetro que difere um sinal de outro é a localização.

Stokoe (1960) e Stokoe et al. (1965) propõem então que os sinais das línguas sinalizadas são compostos por três categorias fonológicas⁴ básicas (também conhecidas como parâmetros): configuração [forma] de mão (CM), localização (L) e movimento (M). É importante ressaltar que o modelo de Stokoe não trazia nenhuma organização hierárquica desses parâmetros, assim como os demais modelos fonológicos para línguas orais da década de 1950.

Pesquisas posteriores à de Stokoe (1960) e Stokoe et al. (1965) mostraram que além dos três parâmetros CM, L e M, outras características dos sinais deveriam ser consideradas. Battison (1974), por exemplo, propôs que a orientação da palma da mão (Or) deve ser considerada como elemento contrastivo. Além da orientação da palma da mão, traços (ou expressões) não manuais (ENM) possuem um papel importante na estrutura interna dos sinais (Liddell e Johnson, 1989; e outros). Assim, atualmente as pesquisas em línguas de sinais consideram, pelo menos, cinco parâmetros na formação interna do sinal: CM, L, M, Or e ENM.

⁴ Stokoe (1960) propõe, na verdade, que o nível de estudo das línguas de sinais equivalente à fonologia das línguas orais é a querologia (*cherology*). Porém, essa discussão não se faz relevante aqui.

Com relação à Libras destaca-se o trabalho de Ferreira-Brito (1995)⁵, que faz uma extensa descrição dos parâmetros da língua. Por exemplo, a autora levanta 46 CMs, além de 42 Ls, divididas em quatro regiões principais (cabeça, tronco, braços e mão). Ferreira-Brito aponta ainda seis tipos de Or (para cima, para baixo, para o corpo, para a frente, para a direita e para a esquerda), 23 tipos de ENM e ainda quatro tipos de traços que compõem o parâmetro M (tipo, direcionalidade, maneira e frequência).

Apesar de se considerarem cinco parâmetros, assume-se, em geral, que há uma hierarquia entre eles. CM, M e L são considerados parâmetros primários e Or e ENM são chamados de parâmetros secundários. É tendo em conta essa assertiva que vários modelos fonológicos para as línguas de sinais se baseiam.

Dentre esses modelos fonológicos, destaco aqui o Modelo Prosódico de Brentari (1998). Nesse modelo é proposta uma organização hierárquica para os três parâmetros primários CM, L e M e também uma geometria de traços para os sinais. Assim, tem-se que cada lexema é composto por uma estrutura de traços inerentes e uma estrutura de traços prosódicos. É importante enfatizar que, segundo o modelo, a raiz é o próprio lexema, ao contrário do que preveem os modelos fonológicos para as línguas orais, em

⁵ Em seu trabalho, Ferreira-Brito (1995) se refere à Libras como LSCB (Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros). A sigla Libras foi escolhida pela comunidade surda, representada pela Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), em 1993 e passou a ser amplamente utilizada.

que a raiz é uma unidade C(onsonantal) ou V(ocálica), ou ainda de outro tipo dependendo do modelo assumido.

Na estrutura de *traços inerentes* (TI), estão incluídas a CM e a L. A CM especifica qual é o articulador ativo. Dessa forma, a estrutura prevê que a cabeça e o corpo também podem ser articuladores ativos (nó não-manual). Entretanto, os braços e as mãos funcionam como articuladores ativos na maioria dos sinais da língua (nó manual). Seguindo o nó manual, tem-se que o sinal pode ser realizado com uma, ou duas mãos (M1 e M2), sendo a M1 a mão dominante e a M2 a mão não-dominante⁶. Se o sinal for feito apenas com uma mão, ele terá apenas traços de M1 e se for feito com ambas as mãos ele terá traços de M1 e traços de M2. São os traços de mão que irão indicar qual a configuração de mão que compõe aquele sinal. Assim, é possível identificar: (i) quais dedos estão ativos (*seleccionado*) e quais não (*não seleccionado*); (ii) quantos são os dedos seleccionados (*quantidade*); e (iii) qual a forma tomada por esses dedos (esticados, dobrados ou curvos – *articulação*).

Já no nó L, têm-se as especificações do articulador passivo divididas em três planos dimensionais: o plano horizontal, o plano vertical e o plano sagital mediano. Se o sinal ocorre no plano vertical, é preciso que seja estabelecido em qual área do corpo ele é articulado (cabeça, torso, braço, M2) e ainda qual a localização exata dentro dessa área.

⁶ Neste ponto, vale destacar que a possibilidade de um elemento ser veiculado por dois articuladores é exclusiva das línguas de sinais, já que as línguas orais contam com apenas um articulador ativo.

É importante destacar que os traços inerentes permitem apenas uma única especificação por lexema. A geometria de traços para TI é dada na Figura 1.

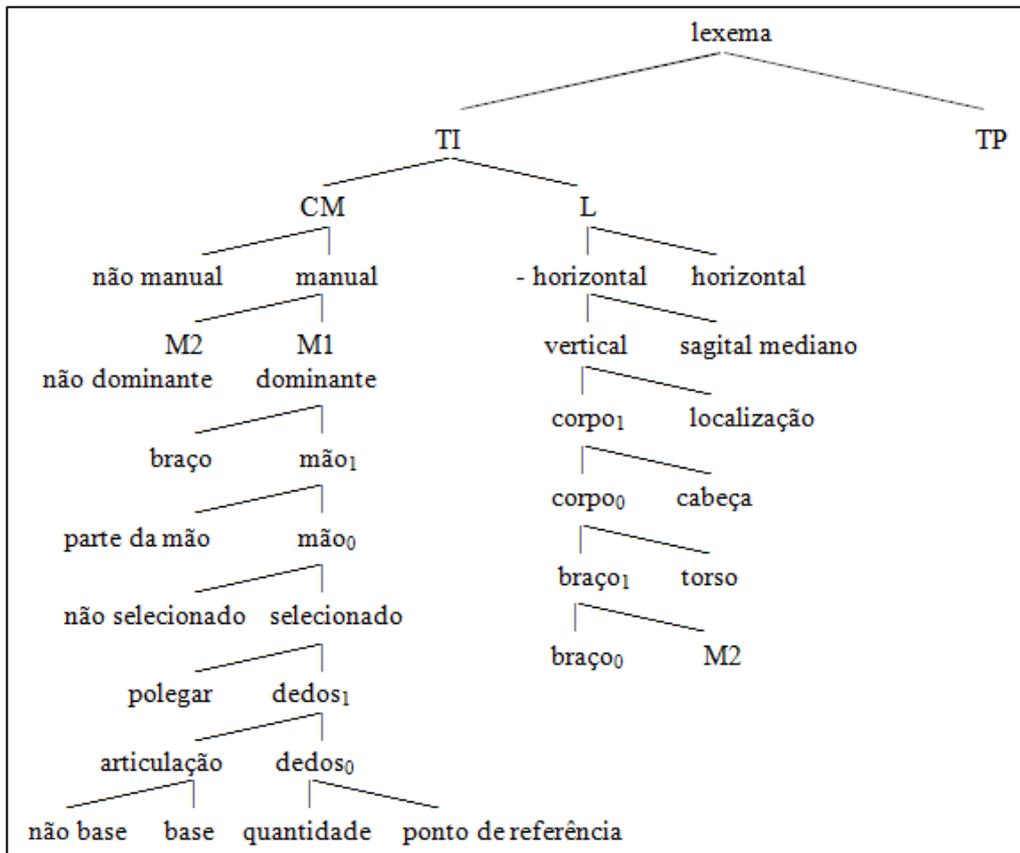


Figura 1. Geometria de traços para TI (adaptado de Brentari, 2012: 25)

Já na *estrutura de traços prosódicos* é especificado o movimento realizado pelo sinal (M), assim como as mudanças de abertura das mãos. Cada nível indica a estrutura anatômica responsável por articular o movimento. Assim, os nós mais altos representam as articulações do ombro e dos braços, enquanto os nós mais baixos correspondem ao movimento das mãos e dos dedos. A geometria de traços para TP pode ser vista na Figura 2.

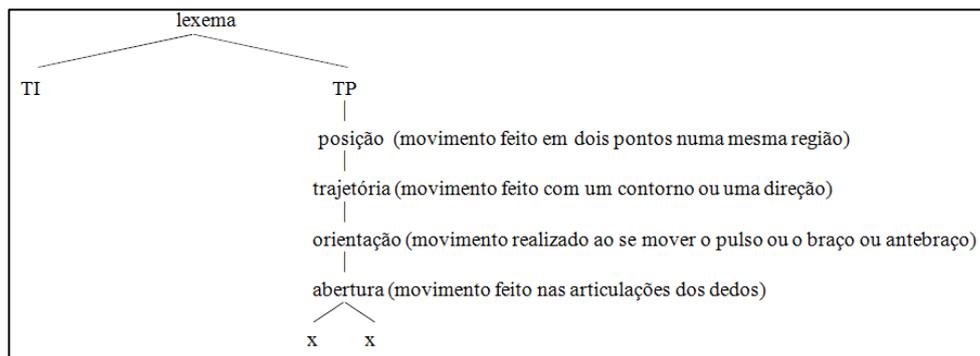


Figura 2. Geometria de traços para TP (adaptado de Brentari, 2012: 25)

Conforme se pôde observar nesta seção, os estudos na área de fonética e fonologia das línguas de sinais corroboram com a assertiva de Hockett (1960), segundo a qual uma das características essenciais das línguas naturais é a presença da dupla articulação. Ou seja, todas as línguas naturais se estruturam num plano de conteúdo (1ª articulação) e num plano sem conteúdo (2ª articulação). Essa dupla articulação é que permite que as línguas façam uso de um número restrito de elementos para representar um número irrestrito de significados.

Uma vez já discutidos os elementos que compõem a segunda articulação nas línguas de sinais, passemos para a primeira articulação na próxima seção, em que discutiremos alguns aspectos morfológicos dessas línguas.

2.2 MORFOLOGIA

Nas línguas orais é possível considerar, com determinadas ressalvas, que a unidade nuclear da língua é a palavra. Afinal, é essa unidade que unifica forma e significado. Nas línguas de sinais, é o sinal que corresponde a essa mesma unidade. Assim como as palavras das línguas orais, os sinais podem ser complexos, sendo formados por mais de um componente que denota sentido e/ou função gramatical. Nesta seção, portanto, discutiremos brevemente a constituição do sinal e alguns aspectos da morfologia flexional e derivacional das línguas de sinais.⁷

Apesar de o sinal poder ser comparado às palavras das línguas orais, algumas diferenças devem ser apontadas. Primeiramente, é preciso esclarecer que há uma diferença de modalidade. Em outras palavras, a realização física do sinal e da palavra é diferente, conforme já apontado na subseção anterior sobre a fonologia das línguas de sinais. Essa diferença de modalidade resulta em uma pluralidade de diferenças estruturais entre línguas orais e línguas sinalizadas. Essas diferenças permeiam todos os níveis da língua, inclusive a morfologia.

Em segundo lugar, destaca-se o fato de os sinais serem mais simultâneos do que as palavras (Stokoe, 1960) e de serem, em sua maioria, monossilábicos (Sandler, 1999).

⁷ É preciso salientar que o estudo da morfologia nas línguas sinalizadas também se interessa pelos classificadores, pela iconicidade, pelos processos de lexicalização, empréstimos inter-linguísticos e entre outros fenômenos que não serão contemplados aqui.

Uma terceira característica marcante das línguas sinalizadas que podemos apontar é o fato de o léxico dessas línguas apresentarem um número muito maior de elementos icônicos do que as línguas orais (Taub, 2001; e outros). As línguas orais também possuem palavras icônicas, entretanto estas estão limitadas a uma iconicidade acústica, enquanto as línguas de sinais fazem uso de uma iconicidade visual. Essa diferença, que também é resultante da questão da modalidade, faz com que a proporção de elementos icônicos nas línguas sinalizadas seja imensamente maior do que nas línguas orais (Meir, 2012). Um exemplo de sinal icônico e do seu processo de formação é dado na Figura 3.

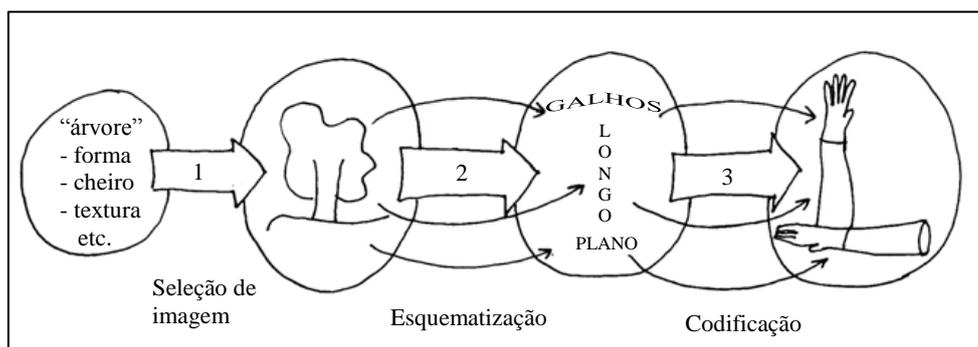


Figura 3. Processo de formação do sinal icônico ÁRVORE. Adaptado de Taub (2001: 44)

Constituiu-se também uma agenda dos estudos sobre morfologia das línguas naturais investigar os processos de formação e/ou modificação de palavras (e sinais). Assim, pode-se fazer uma abrangente distinção entre os processos morfológicos que visam criar novas palavras (morfologia derivacional) e aqueles que criam novas formas da mesma palavra

(morfologia flexional). Entretanto, as operações morfológicas que tangem os dois tipos de processos são, basicamente, as mesmas.

Destacamos aqui dois tipos de operações morfológicas presentes nas línguas orais: as operações concatenativas e as não-concatenativas. Em termos gerais, podemos definir as operações concatenativas como sendo aquelas em que há a combinação de morfemas e/ou afixos. Já as operações não-concatenativas envolvem mudanças na raiz e/ou até mesmo no tema (radical + vogal temática).

Um exemplo de operação morfológica concatenativa é a afixação. Prefixos, infixos e sufixos são utilizados tanto em processos derivacionais quanto flexionais. Por exemplo, no português utiliza-se o sufixo agentivo {- (d)or} em nominalizações do tipo *cantor*, *caçador*, *corredor*, etc; e o sufixo {-a} ocorre em adjetivos que se flexionam em concordância com um nominal do gênero feminino como em *gorda*, *bela*, *chata*, etc.

Já nos processos morfológicos não-concatenativos, parte da raiz, ou até mesmo toda a raiz, sofre mudança. Um exemplo é encontrado no passado de alguns verbos do inglês em que há modificação interna da raiz, como em *see-saw*, *run-ran*, *lie-lay*. Outros exemplos de morfologia não-concatenativa são os *blends* lexicais, como ‘chafé’ (chá+café) e ‘apartamento’ (apartamento+aperto).

As línguas de sinais também apresentam processos morfológicos concatenativos e não-concatenativos. Entretanto, há uma diferença das

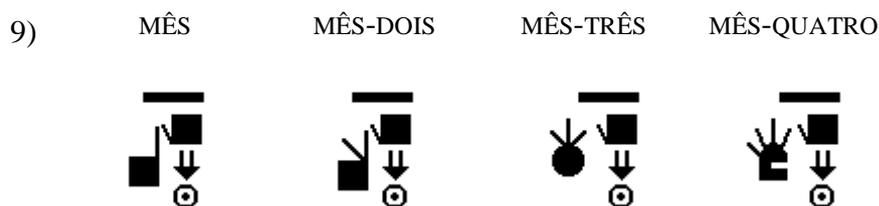
línguas orais em termos de preferência. Enquanto na maioria das línguas orais, os processos concatenativos são mais produtivos, nas línguas de sinais estes são mais raros e relativamente pouco produtivos. Por outro lado, os processos não-concatenativos são altamente produtivos nas línguas de sinais e pouco produtivos em grande parte das línguas orais.

Essa diferença de preferência pode ser explicada pela questão da modalidade das línguas. As línguas orais são lineares e sequenciais por natureza. Afinal, a própria realização física da linguagem se dá por meio de seqüências de sons que se organizam linearmente no fluxo de fala. Sob essa perspectiva, pode-se considerar que a própria natureza linear dos processos concatenativos faz com que estes sejam altamente produtivos nas línguas orais.

As línguas sinalizadas, por sua vez, não apresentam essa linearidade encontrada nas línguas orais. Além do caráter viso-espacial das línguas de sinais, a presença de dois articuladores (duas mãos) contribui para o caráter não-linear da língua, também chamado por muitos autores de simultâneo.

Um exemplo de morfologia concatenativa nas línguas de sinais é a composição. Assim, dois sinais são utilizados sequencialmente resultando em um sinal composto, como, por exemplo, o sinal referente a 'escola' que é um composto formado por CASA-ESTUDAR. Destaca-se ainda que, geralmente, há perda de material fonológico no primeiro sinal do composto ou ainda em ambos os sinais (para mais detalhes ver Liddell, 1984).

Já com relação aos processos não-concatenativos, podemos citar a chamada incorporação e também a concordância nas línguas de sinais, principal assunto desta dissertação. Um exemplo de incorporação bastante frequente e documentado em diferentes línguas de sinais é a incorporação de número. Em Libras, por exemplo, os sinais referentes aos números UM, DOIS, TRÊS e QUATRO, são incorporados para dentro da raiz de alguns itens lexicais, como por exemplo, MÊS, HORA, SEMANA, DIA, REAL (moeda), etc. O sinal de MÊS é ilustrado a seguir e também as formas referentes a MÊS-DOIS, MÊS-TRÊS e MÊS-QUATRO.



A concordância também se dá por meio de um processo morfológico não concatenativo. Entretanto, exploraremos melhor esse fenômeno na Seção 2.3.1. Na próxima seção, apresento algumas características sintáticas da Língua de Sinais Brasileira.

2.3 SINTAXE

Dentre os estudos acerca da sintaxe das línguas de sinais, um dos temas mais discutidos e investigados é a ordem básica da frase em diferentes línguas de sinais e em diferentes tipos de sentença, tendo ganhado destaque as sentenças interrogativas e as construções de tópico e foco. Visando um entendimento mais apurado sobre a estrutura da Língua de Sinais Brasileira, nesta seção me aterei aos estudos sintáticos que dizem respeito a essa língua, em especial os de Quadros (1995, 1999).

Conforme discute Quadros (1995), a Libras, assim como a ASL, é uma língua *pro-drop*. Assim, a autora traz diversos exemplos e evidências de que as sentenças que possuem um verbo com concordância licenciam uma categoria vazia tanto na posição de sujeito quanto na posição de objeto. Dessa forma, a Libras é uma língua que licencia tanto sujeitos nulos quanto objetos nulos⁸, conforme pode ser visto no exemplo em (10):

- 10) $e_{k'}\text{TRAZER}_{k'}$ e DOCUMENTO? (Quadros, 1995: 84)
($ele_{k'}$) trouxe o documento para ($ele_{k'}$)?

Quadros (1999), por sua vez, discute a estrutura da sentença em Libras, começando pela identificação da ordem básica da frase. Quadros

⁸ Quadros (1995) também discute o status dessas categorias vazias na Libras, relacionando com a proposta de Everett (1993) em prol de uma categoria mais ampla PRON, sem que haja uma distinção entre *pro* e PRO. Entretanto, essa discussão não é relevante para o presente trabalho.

afirma que a Libras se comporta de forma bastante semelhante à ASL no que tange a ordem dos constituintes: ambas as línguas apresentam a ordem básica SVO e são, portanto, línguas de núcleo inicial.

A discussão sobre ordem da frase em diferentes línguas de sinais se tornou bastante profícua, uma vez que muitas línguas sinalizadas apresentam certa flexibilidade na ordenação dos constituintes, emergindo diferentes padrões de ordenação, tais como SVO, SOV, OSV e VOS. Entretanto, Quadros (1999), em consonância com Fischer (1975) e diversos autores que discutem a sintaxe da ASL, defende a existência de uma ordem básica da frase e que os outros arranjos existentes na língua são derivados dessa ordem subjacente.

Um argumento a favor dessa afirmação é o de que todas as sentenças com a ordem SVO são gramaticais e não são licenciadas por mecanismos sintáticos específicos. As sentenças abaixo (11) ilustram essa ordem:

- | | |
|--|---------------------|
| 11) a. JOÃO GOSTAR FUTEBOL | (Quadros, 1999: 61) |
| b. JOÃO GOSTAR MARIA | (<i>idem</i> : 55) |
| c. EU ACHAR [MARIA _a IR-EMBORA _{loc}] | (<i>idem</i> : 70) |

Todas as sentenças em (11) apresentam um verbo simples (sem concordância) e possuem a ordem SVO. Entretanto, (11b) e (11c) ilustram tipos de sentenças importantes para a definição da ordem básica da frase.

Em (11b) os argumentos JOÃO e MARIA são considerados argumentos reversíveis. Em outras palavras, ambos os argumentos possuem as propriedades semânticas necessárias para exercerem tanto a função sintática de sujeito (receber o papel- θ de experienciador) quanto de objeto da sentença (receber o papel- θ de tema). Por esse motivo, a ordem SVO em (11b) é a responsável pela identificação das funções sintáticas e temáticas de cada argumento. Em consequência disso, a ordem SOV de (11b) é agramatical, porque não seria possível identificar qual é o sujeito e qual é o objeto da sentença, conforme (12) abaixo.

12) * MARIA JOÃO GOSTAR

Já a sentença em (11c) apresenta um objeto oracional. Segundo Quadros (1999), sentenças cujo verbo seleciona um objeto oracional apresentam apenas a ordem SVO como gramatical.

Assim, o fato de que sentenças com argumentos reversíveis e sentenças com objeto oracional serem possíveis apenas na ordem SVO constitui evidência de que esta é a ordem básica da frase em Libras.

É preciso destacar, porém, que em Libras os processos de topicalização e focalização são bastante frequentes, o que faz emergir diferentes ordens dos constituintes, a saber: SOV, OSV e VOS. Entretanto,

sentenças com verbos que apresentam concordância se comportam diferentemente de sentenças com verbos que não apresentam concordância⁹.

Quadros (1999) afirma que sentenças com verbos que possuem concordância apresentam uma ordem mais flexível, permitindo a topicalização do objeto, resultando na ordem OSV:

- 13) <MARIA_b>_{top} JOÃO_a AJUDAR_b
'A Maria, o João ajuda [ela].'

Em contrapartida, quando o objeto de uma sentença sem concordância é topicalizado, é necessária a realização de uma forma pronominal na posição do objeto, conforme ilustrado em (14)

- 14) <MARIA_b>_{top} JOÃO_a GOSTAR IX_b
'A Maria, o João gosta dela.'

Quadros discute que em sentenças como a fornecida em (13), a concordância verbal é responsável pela identificação dos argumentos. Ou seja, a trajetória verbal identifica qual é o sujeito e qual é o objeto da sentença. Em contrapartida, sentenças que não possuem concordância, como a ilustrada por (14), precisam realizar uma forma pronominal na posição em que o objeto topicalizado é gerado.

⁹ O fenômeno da concordância será discutido com mais detalhes na subseção 2.3.1.

Uma evidência de que essa forma pronominal tem função de desambiguar é vista em sentenças que não apresentam argumentos reversíveis, como em (15). Uma vez que os argumentos não são reversíveis, ou seja, futebol não pode ser sujeito do verbo gostar, não há a realização da forma pronominal na posição de argumento interno do verbo.

15) <FUTEBOL>_{top} JOÃO GOSTAR

Já a ordem SOV pode ser obtida por meio de duas operações distintas: a primeira seria a duplicação do verbo principal para a posição de foco, fazendo com que a cópia mais baixa seja apagada; e pelo movimento de V e do objeto para fora da projeção VP (*object shift*). Quadros (1999) define ainda que a duplicação do verbo gera a ordem SOV nos verbos sem concordância (16) e que o *object shift* acontece nos verbos com concordância (17).

16) JOÃO (GOSTAR) FUTEBOL GOSTAR

17) IX₁ TV_b ASSISTIR_b

Há ainda a ordem VOS que, segundo Arrotéia (2003, *apud* Quadros e Karnopp, 2004), acontece com sentenças em que há foco contrastivo, como a sentença fornecida a seguir:

18) QUEM COMPRAR CARRO JOÃO O-U MARIA?

COMPRAR CARRO JOÃO

As evidências empíricas arroladas acima apontam para o fato de que a ordem básica da frase em Libras é SVO e as demais ordens apresentadas são derivadas a partir de diferentes operações sintáticas. Além disso, percebe-se que algumas dessas operações sintáticas são sensíveis ao fato de o verbo possuir ou não concordância. Passemos então a analisar com mais detalhes o fenômeno da concordância nas línguas de sinais.

2.3.1 CONCORDÂNCIA

Nas línguas de sinais, cada nominal é associado a uma localização específica no espaço de sinalização. Essa associação pode se dar por meio da apontação (*pointing*) em direção a um ponto específico no espaço, por meio da direção do olhar ou ainda ao se realizar o sinal naquele ponto específico. Nesse sentido, o espaço é utilizado nas línguas de sinais para o estabelecimento de referentes.

É preciso, entretanto, esclarecer que o uso desse espaço não se dá de forma caótica. As línguas de sinais apresentam uma sistematização em que são considerados (i) a pessoa do discurso e (ii) se o referente se encontra presente no momento da enunciação.

A primeira distinção refere-se à pessoa do discurso. A literatura acerca do assunto assume que a maioria das línguas de sinais faz uma distinção entre 1ª pessoa e não-1ª pessoa. Assim, ao se fazer referência à 1ª pessoa, aponta-se diretamente para o peito do sinalizador¹⁰, conforme pode ser visto na Figura 3.

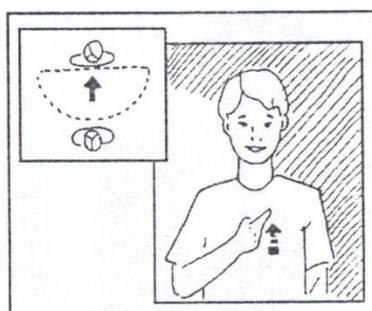


Figura 4. Forma pronominal: 1ª pessoa do singular (Quadros e Karnopp, 2004: 131).

Já as outras pessoas do discurso são associadas a pontos distintos do espaço. Ao definir o ponto em que será estabelecido o referente, as línguas de sinais ainda fazem a distinção se esse referente encontra-se presente no momento da enunciação ou não. Caso o referente esteja presente, aponta-se diretamente para o local que o referente ocupa no espaço, ou seja, para a sua posição real.

Uma vez que a 2ª pessoa sempre se encontra presente fisicamente no momento da enunciação (modalidade oral), esta é sempre referida no espaço

¹⁰ Nem todas as línguas de sinais marcam a 1ª pessoa por meio da apontação em direção ao peito do sinalizador. Por exemplo, a Língua de Sinais Japonesa e algumas línguas de sinais relacionadas marcam a 1ª pessoa do discurso tocando o nariz do sinalizador (Smith e Ting, 1979).

imediatamente à frente do falante, conforme pode ser visto na Figura 4. O fato de haver essa regularidade na forma em que se faz referência à 2ª pessoa levou alguns autores a discutirem se as línguas de sinais fazem ou não, na verdade, distinção entre 1ª pessoa, 2ª pessoa e 3ª pessoa. Entretanto, essa posição teórica ainda é bastante debatida na literatura (para maiores detalhes, ver Berenz, 2002). Nesta dissertação, porém, assumo apenas a distinção entre 1ª pessoa e não-primeira pessoa.

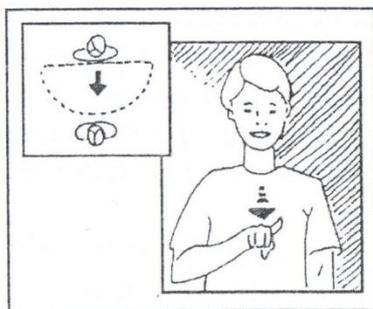


Figura 5. Forma pronominal: 2ª pessoa do singular (Quadros e Karnopp, 2004: 131).

Finalmente, a 3ª pessoa é marcada ao se fazer referência à localização real do referente (caso ele esteja presente no momento da enunciação) ou ainda ao se atribuir um ponto abstrato específico no espaço de sinalização (no caso de um referente ausente). A Figura 5 ilustra o estabelecimento de um referente ausente por meio da apontação em direção a uma localização específica no espaço.

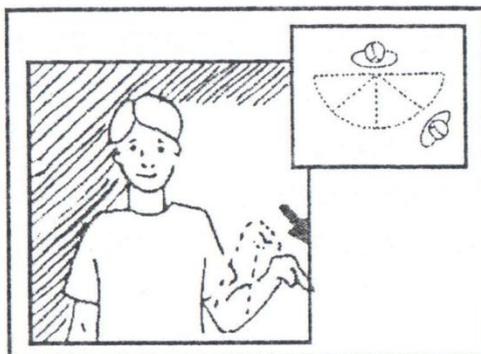


Figura 6. Forma pronominal: 3ª pessoa do singular – referente ausente (Quadros e Karnopp, 2004: 131).

Meir (2002: 419) afirma que “devido à modalidade visual, cada nominal do discurso pode receber uma localização distinta e, portanto, cada localização contém informações suficientes para identificar unicamente seu referente”¹¹. Assim, de forma a diferir as localizações associadas a cada nominal, usaremos um índice subscrito após cada sintagma nominal, conforme o exemplo abaixo:

19) MARIA_a; JOÃO_b; etc.

A concordância nas línguas de sinais acontece quando a localização e/ou a direção do verbo é determinada pela localização espacial dos argumentos. Em outras palavras, o local em que o verbo é sinalizado é alterado para que este coincida com a localização dos argumentos que

¹¹ “Because of the visual modality, each nominal in the discourse can be assigned a distinct location, and therefore each location contains enough information to uniquely identify a referent.”

concordam com o verbo. É neste sentido que é afirmado que a concordância nas línguas de sinais é um processo morfológico não-concatenativo, uma vez que é resultado de uma mudança interna na raiz verbal. Mais especificamente, podemos considerar que a concordância faz com que haja uma alteração na estrutura de traços prosódicos do sinal, conforme o modelo de Brentari (1998).

Por exemplo, tem-se o sinal de AJUDAR que é um verbo que apresenta concordância com o sujeito e o objeto da sentença. Assim, se temos JOÃO e MARIA como argumentos do verbo AJUDAR e JOÃO é associado a um ponto no espaço e MARIA a um outro ponto, o verbo AJUDAR irá realizar uma trajetória de tal forma que o ponto inicial do verbo será o mesmo ponto em que foi estabelecido o sujeito JOÃO e o ponto final do verbo será o mesmo em que foi estabelecido o objeto MARIA. Para indicar essa trajetória do verbo, assinalaremos índices subscritos juntos ao verbo que coincidam com os índices utilizados em cada nominal que concorda com o verbo. Dessa forma, o índice utilizado à esquerda do verbo indica o ponto inicial da trajetória realizada por aquele verbo e o índice à direita indica o ponto final dessa mesma trajetória. A transcrição da sentença discutida anteriormente é dada em (20):

20) JOÃO_a AJUDAR_b MARIA_b

Ao analisar o mecanismo de estabelecimento de referentes nas línguas de sinais e também a forma como essas línguas marcam a concordância, uma importante questão surge acerca do *status* desse ponto específico do espaço utilizado. Afinal, o estabelecimento de referentes e a concordância são mecanismos linguísticos, mas como seria a integração dos sistemas linguísticos com essas informações espaciais? Será que esses ‘pontos no espaço’ estariam listados no léxico do falante? Como que o falante durante o processamento linguístico integraria a informação linguística com uma informação que é totalmente gestual?

Bem, a partir dessas questões, destaco aqui duas propostas de análise desse fenômeno: a análise do Locus-R (Lillo-Martin e Klima, 1990; Meir, 1998, 2002; Aronoff, Meir e Sandler 2005; Lillo-Martin e Meier, 2011) e a análise de traços (Rathmann e Mathur, 2002, 2005, 2008).

A primeira posição teórica propõe que a localização no espaço associada a cada nominal é chamada de Locus-R(eferençial). Entretanto, dentro do sistema linguístico restrito, os nominais não seriam associados diretamente ao Locus-R. Na verdade, os nominais seriam associados a um índice referencial abstrato que, por sua vez, é uma variável do sistema linguístico. Essa variável, portanto, só receberia seu valor no discurso e sua realização dar-se-ia na forma de um ponto no espaço, o Locus-R. Assim, os Loci-R realmente são infinitos, uma vez que os pontos no espaço de sinalização também o são. Porém, o sistema linguístico só teria que lidar

com o índice referencial abstrato e não com as diferentes possibilidades de Loci-R, evitando assim o problema de listar todos os pontos do espaço no léxico do falante.

Com relação à concordância, Aronoff, Meir e Sandler (2005) propõem que o índice referencial abstrato de cada nominal é copiado para dentro do verbo e, assim, o nominal e o verbo passam a compartilhar o mesmo Locus-R.



Esse processo, de acordo com os autores, se assemelharia bastante à chamada concordância aliterativa, presente, por exemplo, no Suaíli (20), em que a marca de gênero 'ki', glosada como pertencente à classe 7, é copiada do nominal 'ki-kapu' *cesto* para os outros elementos da sentença, a saber: o adjetivo, o artigo e o verbo.

22) Corbett (1991: 117):
ki-kapu ki-kubwa ki-moja ki-lianguka.
7-cesto 7-grande 7-um 7-cair
Um cesto grande caiu.

Rathmann e Mathur (2002, 2008), por outro lado, propõem que os nominais possuem os traços morfossintáticos de pessoa e número e que são

esses traços que controlam a concordância. De acordo com os autores, os traços de pessoa e número são assim realizados:

23) Traços morfossintáticos (Rathmann e Mathur, 2008)

a. Pessoa

Primeira: $[+1] \leftrightarrow$ no/próximo ao peito (marcado)

Não-primeira: $[-1] \leftrightarrow \emptyset$

b. Número

i. Traços

Plural (coletivo): $[+pl] \leftrightarrow$ arco horizontal (marcado)

Singular: $[-pl] \leftrightarrow \emptyset$

ii. Reduplicação: exaustivo (distributivo), dual

Conforme já observado, há dois traços de pessoa nas línguas de sinais. Assim, os nominais podem ser $[+1]$ ou $[-1]$. A primeira pessoa do discurso, conforme exposto anteriormente, é sempre sinalizada próximo ao ou no peito do falante, sendo assim a pessoa marcada com o traço $[+1]$. Em contrapartida, a segunda e a terceira pessoa do discurso são realizadas afastadas do peito do falante, seja no espaço a frente do sinalizador (2ª pessoa), seja num ponto abstrato do espaço (3ª pessoa). Por este motivo, a 2ª e a 3ª pessoa recebem o traço não marcado $[-1]$.

Já como traços de número são considerados $[+pl]$ e $[-pl]$, sendo que traço $[+pl]$ é o marcado e, geralmente, realizado por meio de um movimento que segue a trajetória de um arco horizontal, em frente ao corpo do falante. Há ainda a questão da leitura distributiva que é dada, conforme sugere Rathmann e Mathur (2002, 2008), pela reduplicação da forma $[-pl]$.

Entretanto, a leitura distributiva carece de maiores investigações, segundo os próprios autores.

É preciso destacar que a análise de traços considera que a concordância apresentada pelas línguas de sinais é controlada pelos traços presentes no nominal. Assim, a concordância não seria fruto de verbos que já são inseridos completamente flexionados na derivação e nem de um processo de cópia (concordância aliterativa).

A concordância é, então, derivada sintaticamente e o resultado das operações sintáticas envolvidas é enviado para Spell-out e realizado por um componente morfológico pós-lexical. Neste momento tardio de inserção de material morfológico é que ocorre a realização física e espacial da concordância.

A análise de traços propõe ainda que os pontos no espaço que são atribuídos a cada DP (realização física) não constituem propriamente o sistema linguístico. Desta maneira, as localizações no espaço não são listados no léxico, uma vez que isso causaria o grande problema de listabilidade (*listability*) já discutido acima. Afinal, o falante teria que aprender todos os pontos existentes no espaço de sinalização e memorizá-los em seu léxico.

Rathmann e Mathur (2002) propõem então uma adaptação da arquitetura da linguagem do modelo de Jackendoff (1992). Consoante à arquitetura de Jackendoff (1992), há diferentes módulos que, por sua vez,

possuem seus próprios “primitivos e princípios de combinação e que ainda se organizam em subcomponentes” (Jackendoff 1992: 31). Além disso, há regras de correspondência que ligam um módulo a outro. A adaptação proposta por Rathmann e Matur (2002) é apresentada na Figura 7.

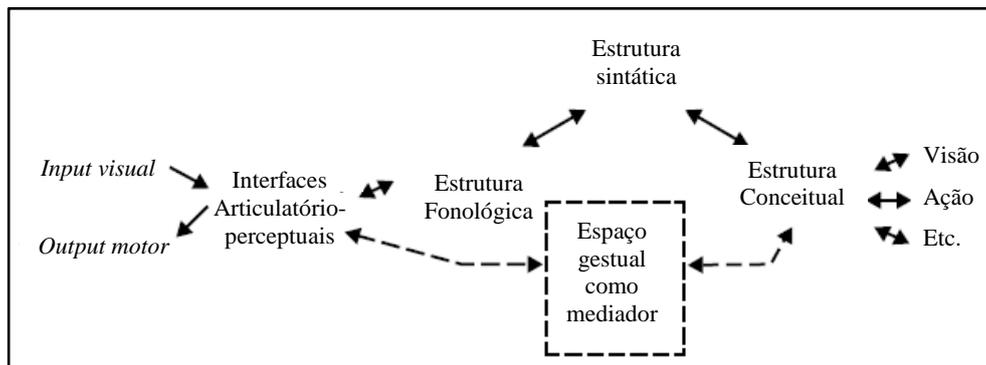


Figura 7. Arquitetura da linguagem adaptada de Jackendoff (1992) por Rathmann e Mathur (2002:387).

O modelo prevê então que os nominais durante a derivação sintática são apenas marcados com os traços [+1] ou [-1] e [+pl] ou [-pl]. O produto da derivação sintática seria então enviado às estruturas fonológica e conceitual. É na interface da estrutura conceitual com as interfaces articulatório-perceptuais que se encontra o espaço gestual. Esse espaço gestual é responsável, então, pela integração das localizações espaciais e dos elementos gestuais das línguas de sinais, como a dêixis, as relações espaciais e também informações do tipo forma e tamanho de um objeto, por exemplo. Os autores propõem ainda que essa arquitetura não seria específica das línguas de sinais, mas que também as línguas orais fariam uso desse espaço gestual, o que corrobora com vários estudos sobre a relação entre

gestos e linguagem oral (McNeill, 2000; Kita, 2000; Duncan, 2001; entre outros).

Assim, nesta dissertação, adoto a análise de traços de Rathmann e Mathur (2002, 2008) para discutir o fenômeno da concordância em Libras. Passemos a analisar então como a concordância é realizada nessa língua.

2.3.1.1 Verbos simples, verbos com concordância única e verbos com concordância dupla

Conforme já apresentado no capítulo introdutório deste trabalho, os diferentes padrões de concordância encontrados nas línguas de sinais estão relacionados aos diferentes tipos de verbos. Assim, é possível dividir os verbos da Libras em duas grandes classes, conforme sugerem Quadros (1999) e Quadros e Quer (2008, 2010): os verbos simples e os verbos com concordância¹². Os chamados verbos simples não apresentam nenhuma marca morfológica de concordância. Alguns exemplos são dados a seguir:

- 24) a. MARIA GOSTAR JOÃO.
- b. JOÃO DORMIR C-E-D-O TODO^DIA.
- c. ONTEM IX₁ SENTIR BEM NÃO.

¹² Quadros (1999) e Quadros e Quer (2008, 2010) incluem na classe de verbos com concordância os verbos locativos. Reitero, porém, que neste trabalho não serão contemplados os verbos com concordância locativa.

O segundo grupo de verbos, os verbos com concordância pode ser dividido em três subgrupos: verbos com concordância única, verbos com concordância dupla regular e verbos com concordância dupla reversa.

Os verbos com concordância única (*single agreement*) possuem um slot para concordância, ou seja, apresentam concordância apenas com um único argumento da sentença. Além disso, esses verbos concordam sempre com o objeto sintático, conforme os exemplos dados em (25):

- 25) a. MARIA_a ABANDONAR_b FILHO_b
b. IX₂ ACARICIAR_b CACHORRO_b
c. IX₁ CONSERTAR_b CARRO_b

Os verbos com concordância única nos remetem a uma característica presente em diferentes línguas de sinais: a concordância com o objeto é mais fortemente marcada nessas línguas do que a concordância com o sujeito. Lillo-Martin e Meier (2011) inclusive se referem a esse fenômeno como a primazia do objeto, especialmente no que diz respeito à opcionalidade da concordância com o sujeito. Em outras palavras, o que se observa é que a concordância com o objeto é sempre obrigatória, enquanto a concordância com o sujeito é opcional, podendo ser omitida¹³. Essa

¹³ Em sentenças com verbos de concordância dupla, a concordância com o sujeito é, geralmente, opcional. Isso independe, inclusive, se o verbo apresenta concordância regular ou reversa. Os exemplos abaixo ilustram essa opcionalidade:

i. MARIA_a (a) AVISAR_b JOÃO_b ii. MARIA_a b CONVIDAR_(a) JOÃO_b
Neidle *et al.* (2000) propõem um afixo de concordância neutro que é realizado nos casos em que há a omissão da concordância com o sujeito. Nesse sentido, as sentenças sem concordância com o objeto podem ser rescritas da seguinte forma:

i'. MARIA_a neu AVISAR_b JOÃO_b ii'. MARIA_a b CONVIDAR_{neu} JOÃO_b

primazia do objeto fica clara ao observamos os verbos com concordância única: uma vez que o verbo possui apenas um slot de concordância, apenas a concordância com o objeto será realizada morfológicamente.

Já os verbos com concordância dupla regular são aqueles que apresentam dois slots para a concordância, ou seja, concordam com dois argumentos da sentença, em uma configuração $S_{UJ}VERBO_{OBJ}$. Em (18) são dados alguns exemplos.

- 26) a. MARIA_a AVISAR_b JOÃO_b
b. IX₁ DAR₂ IX₂ LIVRO
c. ONTEM IX₂ MOSTRAR₁ IX₁ LIVRO INGLÊS.

Finalmente, têm-se os verbos com concordância dupla reversa. Esse grupo de verbos também possui dois slots para a concordância, porém essa concordância é invertida. O movimento do verbo vai do locus do objeto para o locus do sujeito, emergindo o padrão $OBJVERBO_{S_{UJ}}$. É preciso apontar que não há nenhuma mudança na ordem da frase. A sentença continua apresentando a ordem SVO, conforme se pode ver em (14).

- 27) a. MARIA_a CONVIDAR_a JOÃO_b FESTA CASA POSS_a
b. IX₁ PEGAR₁ LIVRO_b
c. IX₂ ESCOLHER₂ IX₁
-

Esse comportamento dos verbos em diversas línguas de sinais levanta uma série de questões acerca do funcionamento da concordância nessas línguas. Em especial, os verbos de concordância reversa tem ganhado destaque na discussão, uma vez que é preciso explicar o motivo desse comportamento ‘invertido’ do verbo. Além disso, em algumas línguas de sinais foi encontrada uma categoria que em muito se assemelha aos verbos auxiliares das línguas orais. A essa categoria, dedico a próxima subseção deste capítulo.

2.3.2 A CATEGORIA AUXILIAR

Diversas línguas ao redor do mundo apresentam os chamados verbos auxiliares. Em geral, esses verbos são utilizados para expressar tempo, aspecto, modalidade, voz gramatical, etc. Entretanto, é preciso frisar que esses elementos são elementos funcionais que apenas codificam certas categorias gramaticais. Adicionalmente a esses verbos auxiliares, aparecem os verbos lexicais na sentença. São esses verbos lexicais que projetam a estrutura argumental da sentença e atribuem papel temático a seus argumentos. Destaca-se ainda que muitos verbos auxiliares são o resultado de um processo de gramaticalização em que um verbo lexical é gramaticalizado, tornando-se uma categoria auxiliar (ver Roberts, 1993; Castilho, 1997; entre outros). Em (28) são apresentados exemplos de verbos auxiliares em português e em inglês, respectivamente.

- 28) a. Eu *tenho* andado muito de skate ultimamente.
b. John *has* traveled a lot.

Algumas línguas de sinais também apresentam certas categorias que possuem um comportamento bastante semelhante aos verbos auxiliares das línguas orais. Esses elementos são utilizados, basicamente, como pura realização morfológica das relações de concordância presentes na sentença. Um exemplo desse elemento em Libras é a sentença (3), repetida abaixo como (29):

29) JOÃO_i MARIA_k _iAUX_k AMAR
'*João ama a Maria*'

Em (29), o elemento transcrito como AUX é utilizado como forma de realizar morfológicamente a relação de concordância da frase, uma vez que o verbo AMAR em Libras é um verbo simples, sem concordância. Essa categoria AUX é um tipo de apontamento em que há o movimento entre o locus do sujeito e o locus do objeto, conforme pode ser visto na escrita do sinal dada em (30).

30) AUX


É importante notar ainda que AUX não é utilizado para expressar tempo, aspecto, modalidade ou voz gramatical. A única informação trazida

por essa categoria é concordância. Por esse motivo, essa marca pode ser chamada de auxiliar de concordância.

Essa forma de auxiliar, entretanto, não é a única encontrada nas línguas de sinais ao redor do mundo. Steinbach e Pfau (2007) propõem uma distinção entre três tipos de auxiliares de concordância: os auxiliares indexicais; os auxiliares não-indexicais derivados de verbos; e os auxiliares não-indexicais derivados de nome.

O auxiliar encontrado em Libras corresponde ao primeiro tipo, que, conforme o nome já diz, é um auxiliar derivado de um índice, ou melhor, de uma forma pronominal básica, um ‘apontar’. De acordo com Sapountzaki (2012: 209) esse tipo de auxiliar é o mais frequentemente encontrado nas línguas de sinais já estudadas, dentre elas as Línguas de Sinais Japonesa (Fischer, 1992, 1996), Taiwanesa (Smith, 1989, 1990), Grega (Sapountzaki, 2005) e Indo-Paquistanesa (Zeshan, 2000). Assim, esse auxiliar indexical, assim como os demais elementos indexicais como os pronomes e os determinantes, são o resultado de uma evolução/gramaticalização de apontamentos (gestos) que se lexicalizaram na forma de sinais indexicais. Esse auxiliar indexical é ilustrado a seguir:



Figura 8. Auxiliar indexical. (Quadros e Karnopp, 2004: 165)

O segundo grupo de auxiliares é composto por elementos derivados de uma raiz verbal, tais como DAR, ENCONTRAR, IR. Steinbach e Pfau (2007) apontam para o fato de que esses elementos funcionam como semi-auxiliares e que seu uso é restrito a contextos específicos. Esse tipo de auxiliar pode ser encontrado nas Línguas de Sinais Taiwanesa (Smith, 1990), Grega (Sapountzaki, 2005), Holandesa (Bos, 1994) e Flamenga (Van Herreweghe e Vermeerbergen, 2004). Um exemplo desse tipo de elemento é o semi-auxiliar GIVE/DAR em Língua de Sinais Grega (Figura 9) e em Língua de Sinais Flamenga (31).



Figura 9. Auxiliar GIVE em Língua de Sinais Grega (Sapountzaki, 2005 *apud* Sapountzaki, 2012: 208)

31) Língua de Sinais Flamenga (Sapountzaki, 2012:211):

GIRL GIVE BOY HIT

‘A garota bateu/atingiu o garoto.’

Há ainda o terceiro tipo de auxiliar, que é um auxiliar derivado de um nome. De acordo com Sapountzaki (2012), este tipo de auxiliar só foi encontrado até o momento em duas línguas de sinais: na Língua de Sinais Germânica (Rathmann, 2001) e na Língua de Sinais Catalã. Em ambas as línguas, o auxiliar deriva do sinal de PESSOA. Um exemplo da língua de sinais germânica é dado a seguir:



Figura 10. Auxiliar PERSON em Língua de Sinais Germânica (Sapountzaki, 2005 *apud* Sapountzaki, 2012: 208)

32) IX₁ POSS₁ BROTHER IX_{3a} PROUD₁ PERSON_{3a}

‘Eu estou orgulhoso do meu irmão.’

A Libras, portanto, possui apenas o auxiliar do tipo indexical. É preciso destacar que esse auxiliar apresenta um comportamento sintático bastante distinto. Quadros (1999) e Quadros e Quer (2008) afirmam que a

categoria AUX em Libras é uma pura instanciação da relação de concordância entre sujeito, verbo e objeto. Os autores afirmam ainda que AUX pode ocorrer apenas com verbos simples que não apresentam concordância (Quadros, 1999) e com verbos de concordância reversa (Quadros e Quer, 2008). Já demos anteriormente um exemplo de AUX com o verbo simples AMAR. Em (33), tem-se uma sentença com verbo de concordância reversa e AUX realizado:

33) Quadros e Quer (2008: 545)

$IX_x IX_y xAUX_y (y)PICK-UP$

Os autores apontam para o fato de que na sentença em (33), o verbo reverso não apresenta a concordância totalmente realizada. Apenas a concordância com o objeto pode ocorrer e, mesmo assim, esta é opcional. Além disso, o padrão de concordância apresentado por AUX é sempre $SUJ AUX_{OBJ}$, mesmo ocorrendo com um verbo reverso.

Fica então a pergunta: como motivar que AUX apresenta um padrão de concordância diferente do verbo principal, sendo que são os mesmos argumentos envolvidos? É a partir dessa pergunta que proponho mais adiante nesta investigação que AUX e a concordância apresentada pelo verbo principal codificam diferentes categorias gramaticais e que, portanto, não são derivadas de uma mesma operação sintática. Apresentarei, no Capítulo 5 desta dissertação, evidências de que AUX é, na verdade, um marcador de

tópico que é realizado quando ambos o sujeito e o objeto da sentença são topicalizados. Já a concordância presente no verbo resultado de relações Agree entre as sondas- ϕ presentes em T e em v (ver Capítulo 4).

Quadros e Quer mencionam ainda que é possível a ocorrência de um verbo de concordância com a categoria AUX realizada, mas que este não deve apresentar nenhuma flexão (concordância).

Por fim, Quadros (1999) postula que AUX é gerado na posição de núcleo de IP e que a ordem da sentença com AUX realizado será sempre SOV ou OSV. Entretanto, é preciso ainda motivar essa mudança na ordem da frase e também o que engatilha a realização de AUX nas sentenças. Além disso, destaca-se o fato de que quando realizada a categoria AUX, os verbos principais não apresentam concordância (ou então, apresentam concordância parcial – apenas com o objeto).

Voltarei às questões levantadas aqui, acerca do elemento AUX, no Capítulo 5 desta dissertação. Mas antes, no próximo capítulo, analiso algumas propostas teóricas que discutem a concordância nas línguas de sinais.

3. REVISITANDO ALGUMAS PROPOSTAS TEÓRICAS

Este capítulo tem como objetivo fazer um breve levantamento da literatura que trata sobre a concordância nas línguas de sinais. Assim, foram selecionadas algumas propostas teóricas de maior destaque na área que apresentam diferentes abordagens e explicações para o fenômeno em discussão. Além disso, aponto também algumas inconsistências apresentadas por essas análises que justificam a necessidade de uma nova explicação teórica para a concordância, especialmente em Libras. Dentre os problemas encontrados, destaca-se o fato de muitas análises apresentarem explicações puramente temáticas ou lexicais, de modo a não contemplarem como a concordância é derivada sintaticamente nas línguas de sinais.

O capítulo está organizado em seis seções. Na Seção 3.1, apresento a proposta lexicalista de Padden (1983). Já na Seção 3.2 apresento a hierarquia de Janis (1992, 1995). Nas Seções 3.3 e 3.4, respectivamente, são discutidas a proposta temática de Meir (1998, 2002) e a análise de animacidade de Rathman e Mathur (2002). Na Seção 3.5, discuto a proposta de Quadros e Quer (2008, 2010) de que os verbos de concordância reversa são, na verdade, verbos manuais. Por fim, na Seção 3.6, apresento a conclusão do capítulo.

3.1 PADDEEN (1983)

Padden (1983) faz uma distinção entre três classes de verbos presentes na ASL, a saber: (i) os verbos simples, por exemplo o verbo AMAR, que não apresentam nenhum tipo de concordância; (ii) os verbos com concordância, por exemplo o verbo AJUDAR, que apresentam concordância com o sujeito e com o objeto da sentença; e (iii) os verbos espaciais, como o verbo IR, que estabelecem concordância com os elementos locativos da sentença.

Para motivar a diferença entre eles, Padden fornece uma explicação lexicalista, segundo a qual que esses verbos já possuem uma especificação no léxico quanto a seu comportamento sintático. Assim, apenas os verbos marcados no léxico como verbos de concordância apresentariam tal fenômeno.

Mathur e Rathmann (2012) apontam que tal análise não se mostra satisfatória, uma vez que há verbos que são simples, mas que ao longo do tempo tornam-se verbos com concordância (por exemplo, o verbo TEST em ASL e o verbo EXPLICAR em Libras que apresenta uma tendência de estabelecer concordância com o objeto, em especial com a 1ª pessoa do singular).

Além disso, a proposta de Padden não consegue dar uma explicação satisfatória para os verbos que possuem uma dualidade de status, ou seja, os

verbos que apresentam diferentes comportamentos em diferentes contextos. Quadros e Quer (2008, 2010) trazem exemplos de verbos que podem ser tanto verbos locativos quanto verbos de concordância em Libras, tais como DAR, LEVAR, CARREGAR, MORDER, etc. Assim, de acordo com a proposta de Padden, esses verbos deveriam receber duas especificações no léxico, ou ainda serem listados no léxico duas ou até três vezes.

Se considerarmos que esses verbos recebem duas especificações é preciso explicar quais os mecanismos que favorecem o uso de uma especificação (verbo de concordância) ou de outra (verbo espacial). Se, por outro lado, consideramos que esses verbos são listados duas ou três vezes no léxico, tem-se um grande problema de aquisição. Afinal, a criança ou o falante em geral terá que aprender duas entradas diferentes que possuem o mesmo conteúdo semântico e que se diferem apenas por um comportamento sintático distinto (Mathur e Rathmann, 2012).

Adicionalmente, a proposta lexicalista de Padden (1983) assume que não há uma predição ou uma regularidade que faça com que os verbos sejam classificados em uma classe ou em outra. Em outras palavras, o fato de o verbo ser simples, de concordância ou espacial é simplesmente uma questão idiossincrática. Entretanto, conforme apontam Mathur e Rathmann (2012) muitos verbos de diferentes línguas de sinais apresentam um comportamento bastante similar e pertencem, geralmente, à mesma classe.

Por fim, a proposta lexicalista não traz nenhuma explicação sobre como seria derivada a concordância nos verbos com concordância e tampouco sobre a distinção entre verbos com concordância regular e verbos com concordância reversa.

3.2 JANIS (1992, 1995)

Janis (1992, 1995) aponta que uma análise puramente lexicalista como a de Padden (1983) é bastante indesejável, uma vez que uma teoria linguística deve: (i) usar o menor número possível de regras para prever os fatos linguísticos; (ii) ser descritivamente adequada; e (iii) capturar generalizações sobre os dados. A proposta de Padden (1983), então, não apresenta nenhuma dessas características, uma vez que não fornece nenhum mecanismo para prever o comportamento verbal.

Sob essa perspectiva, Janis (1992, 1995) defende que a concordância verbal em ASL pode sim ser prevista com base nas propriedades dos nominais. Mais especificamente, a partir das propriedades semânticas dos argumentos da sentença.

A análise de Janis inicia-se por predizer que há duas formas distintas de concordância: uma concordância que é locativa e uma não-locativa. Todavia, o que define qual tipo de concordância ocorrerá não são os verbos em si, mas sim os nominais envolvidos. A autora afirma ainda que os traços

que devem ser observados são os traços de caso que os nominais possuem. É feita então uma distinção entre caso locativo e caso direto. Sob essa perspectiva, os nominais que possuem caso locativo realizam concordância locativa, enquanto os que possuem caso direto realizam o que Janis chama de concordância de caso direto.

Enquanto Padden (1983) analisava os nominais apenas com base nas relações semânticas estabelecidas por eles (se os nominais são locativos ou não), Janis (1992, 1995) inclui dois outros traços necessários para a discriminação dos nominais, a saber: função sintática e animacidade.

Com relação à função sintática, Janis define que há três funções sintáticas relevantes para a análise da concordância: sujeito, objeto direto e objeto indireto. Além disso, Janis afirma que ambos os argumentos devem ser animados para que seja engatilhada a concordância (com exceção dos verbos que indicam emoções que podem selecionar um objeto inanimado e mesmo assim realizar concordância). Com base nesses traços, Janis propõe uma hierarquia de concordância em que os traços dos nominais são ranqueados de forma a poder prever quando o verbo realizará ou não concordância.

A autora propõe em primeiro lugar que a concordância locativa é hierarquicamente mais alta que a concordância de caso direto e que, por isso, se os nominais da sentença permitem que ambas as formas de concordância sejam realizadas, a concordância locativa é a privilegiada

devido a essa hierarquia. Um nominal recebe caso locativo se for interpretado como uma localização ou como estando em uma localização que afeta a ação ou o estado caracterizado pelo verbo.

Com relação à concordância de caso direto, Janis apresenta uma hierarquia complexa que envolve função sintática, função semântica e ainda leva em consideração a animacidade dos argumentos e a morfofonologia do verbo principal. Essa hierarquia é dada em (34):

34) *Hierarquia de concordância com base nos traços dos nominais:*

(mais baixo na hierarquia < mais alto na hierarquia)

caso direto < caso locativo

|

Função sintática: sujeito < objeto direto < objeto indireto

Função semântica: agente, experienciador', paciente", recipiente

'apenas se o verbo não for preso ao corpo

" apenas se animado

Conforme mostra a hierarquia, um nominal que recebe caso direto (ou seja, não recebe caso locativo) deve possuir um traço de cada uma das duas listas (função sintática e função semântica). Adicionalmente, se dois nominais estão em competição por um único slot de concordância, aquele que possuir os traços mais altos na hierarquia irá controlar a concordância.

A proposta de Janis parece prever o comportamento da concordância e ainda dizer qual nominal irá estabelecer concordância se apenas um único slot estiver disponível. Entretanto, Mathur e Rathmann (2012) apresentam

alguns problemas concernentes a essa análise. A primeira observação trazida pelos autores é a de que a hierarquia é bastante complexa e suas condições são difíceis de motivar. Por exemplo, como motivar que animacidade é relevante apenas se o nominal possuir função semântica de paciente? Essas condições são, portanto, bastante arbitrárias, propostas apenas para justificar os fatos encontrados na língua.

Outra questão levantada por Mathur e Rathmann (2012) é sobre a universalidade dessa hierarquia. Seria essa hierarquia realmente universal? Em caso afirmativo, como explicar a instalação dessa hierarquia na gramática do falante? E ainda, porque essa hierarquia só se manifesta nas línguas sinalizadas e não nas línguas orais?

Percebe-se, com isso, que a proposta de Janis possui certa robustez descritiva, mas é bastante inconsistente teoricamente. A autora não apresenta nenhuma motivação ou desenvolvimento teórico que explique os traços envolvidos e a disposição de cada um deles na hierarquia, tornando, portanto, o modelo frágil em termos de adequação explanatória.

3.3 MEIR (1998, 2002)

Meir (1998, 2002), por sua vez, propõe uma análise sintática e temática da concordância nas línguas de sinais. De acordo com a autora, as

línguas de sinais manifestam dois tipos de concordância: uma concordância que é sintática e uma concordância de natureza temática.

Seguindo o modelo de arquitetura da linguagem proposto por Jackendoff (1987, 1990) e outros, Meir considera que a informação léxico-semântica está representada na Estrutura Léxico Conceptual (LCS – *Lexical Conceptual Structure*) e na Estrutura Argumental (PAS – *Predicate Argument Structure*). Além disso, as informações da LCS são mapeadas na PAS.

Sob essa perspectiva, Meir (2002) propõe que a concordância nas línguas de sinais é, na verdade, um tipo de concordância de predicado (*predicate agreement*) que se estabelece na LCS. A autora assume que os verbos que apresentam concordância são verbos que denotam transferência, seja esta concreta (DAR, ENVIAR, PEGAR) ou abstrata (ENSINAR, AVISAR, AJUDAR). Assim, a relação de concordância apresentada pelos verbos reflete uma relação temática do tipo FONTE-ALVO.

Meir (2002) propõe então os Princípios da Morfologia de Concordância das Línguas de Sinais:

35) *Princípios da Morfologia de Concordância das Línguas de Sinais*

- A. A direção da trajetória do movimento de concordância do verbo vai da fonte para o alvo.
- B. A direção da palma da(s) mão(s) é sempre em direção ao objeto do verbo (o alvo ou a fonte que não seja o sujeito).

Para dar conta da trajetória do movimento, Meir (2002) propõe um morfema DIR(acional) que se funde à raiz verbal na LCS. Quando a unificação da raiz e do morfema DIR acontece, tem-se a identificação de qual argumento é a fonte e qual é o alvo, em consonância com o princípio (A) apresentado acima.

A autora propõe ainda que há duas instâncias de DIR, uma em que α marca o argumento fonte e β o argumento alvo (36) – para os verbos de concordância regular – e uma em que a relação é invertida (37) – para os verbos de concordância reversa.

$$36) \left(\begin{array}{l} \text{CAUSE } ([\alpha], [\text{GO}_{\text{poss}} ([]^{\gamma}, [\text{Path FROM } [\alpha / \beta] \text{ TO } [\beta / \alpha]])]) \\ \text{AFF } ([]^{\alpha}, []^{\beta}) \\ \cup [\text{GO } ([]^{\gamma}, \text{Path FROM } []^{\alpha} \text{ TO } []^{\beta})] \end{array} \right)^{14}$$

$$37) \left(\begin{array}{l} \text{CAUSE } ([\alpha], [\text{GO}_{\text{poss}} ([]^{\gamma}, [\text{Path FROM } [\alpha / \beta] \text{ TO } [\beta / \alpha]])]) \\ \text{AFF } ([]^{\alpha}, []^{\beta}) \\ \cup [\text{GO } ([]^{\gamma}, \text{Path FROM } []^{\beta} \text{ TO } []^{\alpha})] \end{array} \right)$$

Assim, em uma sentença de concordância regular do tipo “ α DAR β LIVRO” a fusão da raiz verbal com o morfema DIR resultaria na LCS dada em (38a). Já a LCS de uma sentença de concordância reversa do tipo “ α PEGAR β LIVRO” é dada em (38b).

¹⁴ O primeiro *tier* CAUSE refere-se às relações temáticas-espaciais estabelecidas na LCS, enquanto o *tier* AFF refere-se à relação de afetação entre os argumentos.

- 38) a. CAUSE ([α], [GO_{poss} ([BOOK]['], [Path FROM [α] TO [β]])])
AFF ([] α , [] β)
- b. CAUSE ([α], [GO_{poss} ([BOOK]['], [Path FROM [β] TO [α]])])
AFF ([] α , [] β)

É importante destacar que, segundo essa proposta, DIR atribui os papéis temáticos de cada argumento e estabelece a relação de concordância antes mesmo de se unir à raiz verbal. Entretanto, a autora aponta que nesse estágio os traços referenciais dos argumentos não são checados por DIR. É adotada então uma espécie de flexão dentro da própria derivação que, vale lembrar, se dá em um estágio pré-sintático.

Meir continua argumentando que, uma vez que a relação de afetação é a mesma em ambas as LCS, tanto os verbos de concordância regular quanto os verbos de concordância reversa apresentarão a mesma PAS, o que resulta na ordem SVO em ambas as construções, independentemente de o sujeito e objeto serem, respectivamente, fonte e alvo, ou vice-versa.

Quanto à ordem inversa da concordância, o modelo proposto atribui à linearização em PF a tarefa de manter sempre o afixo de concordância que se refere ao argumento fonte à esquerda do verbo e o afixo referente ao argumento alvo à direita do verbo. Um problema para essa proposta é que, de acordo com a própria autora, a derivação sintática não leva em consideração as relações do tipo fonte-alvo que se estabelecem na LCS, apenas o segundo *tier* AFF. Então fica a pergunta: como a linearização em PF, que opera sobre o produto da derivação sintática, ou seja, sobre a

estrutura hierárquica gerada durante a derivação, pode ter acesso a traços que foram atribuídos na LCS e que não foram computados na sintaxe? Ou seja, como explicar que durante a linearização duas estruturas sintáticas idênticas (a dos verbos com concordância regular e a dos verbos com concordância reversa) resultem em padrões de afixação opostos?

Outra predição feita pelo modelo é o que consta no princípio (B), de que a face da mão estará sempre voltada para o objeto sintático, independentemente de este ser uma fonte ou um alvo. A partir dessa constatação, Meir propõe que a orientação da palma da mão está relacionada a um tipo de concordância que é sintática e que deve ser analisada como um afixo verbal que atribui Caso dativo inerente ao objeto sintático.

Entretanto existem alguns verbos com concordância (tanto regular, quanto reversa) que não apresentam a orientação da palma da mão voltada para o objeto sintático, como por exemplo, DAR, AVISAR, XINGAR, CONVIDAR, PERGUNTAR, etc. Além disso, parece pouco provável que o objeto sintático de um verbo do tipo XINGAR ou PEGAR seja marcado com Caso dativo e não com Caso acusativo, o que também é questionado por Quadros e Quer (2008).

Em suma, a proposta de Meir (2002) considera que os verbos de concordância são constituídos por uma raiz verbal que denota um evento de transferência, um morfema DIR que estabelece a trajetória da concordância de predicado e a orientação da palma da mão que seria um afixo atribuidor

de caso dativo inerente. Entretanto, ainda é possível apontar outros problemas com relação a essa análise.

Quadros e Quer (2008, 2010) chamam a atenção para o fato de que alguns verbos que apresentam concordância selecionam um argumento interno do tipo tema e não um alvo ou uma fonte, por exemplo, os verbos CONVIDAR, PRESSIONAR, CHAMAR, ESCOLHER, etc. Além disso, os autores questionam se realmente existe uma leitura de transferência em verbos do tipo CONVIDAR e ESCOLHER.

Outra questão apontada por Quadros e Quer (2008) é a de que, se realmente a concordância é uma questão temática, os verbos deveriam apresentar o mesmo comportamento inter-linguisticamente. Entretanto, o que se observa é que um verbo com a mesma estrutura temática pode apresentar concordância regular em uma língua e concordância reversa em outra. Por exemplo, o verbo PERGUNTAR apresenta concordância regular em Libras e concordância reversa em Língua de Sinais Catalã (LSC) (Quadros e Quer, 2008:548). Será que o sujeito de PERGUNTAR recebe o papel temático de fonte em Libras e de alvo em LSC? E o objeto, será que este é alvo em Libras e fonte em LCS? Outro exemplo é o sinal PEDIR que é reverso em Libras e regular em LSC.

Finalmente, a presença de auxiliares nas línguas de sinais constitui uma forte evidência contra uma análise puramente temática (Quadros e Quer 2008, 2010; Pfau *et al.* 2011). Afinal, se assumirmos que a concordância em

línguas de sinais é motivada exclusivamente por funções semânticas, seria difícil explicar a existência de auxiliares nessas línguas, cujo único objetivo é o de realizar morfologicamente a relação de concordância entre os argumentos.

Além disso, conforme já discutido no Capítulo 2, os auxiliares não apresentam o mesmo padrão de concordância dos verbos reversos. Em uma mesma sentença é possível ter um auxiliar que concorda numa distribuição sujeito-objeto e um verbo principal que concorda num padrão objeto-sujeito, como pode ser visto em (39). Parece pouco acurado afirmar que essas sentenças apresentam duas relações temáticas distintas envolvendo os mesmos argumentos.

39) MARIA_a JOÃO_b _aAUX_b _bAJUDAR.

Ficam evidentes, então, os problemas de se analisar a concordância nas línguas de sinais como sendo uma relação estritamente temática, conforme sugere Meir (1998, 2002). Além disso, o caráter sintático da concordância, como sendo a palma da mão um marcador de Caso dativo inerente não é corroborado por muitos exemplos encontrados em Libras, além de ser pouco consistente teoricamente.

3.4 RATHMANN E MATHUR (2002)

Rathmann e Mathur (2002) trazem uma proposta de análise para a concordância verbal que se assemelha em alguns pontos à proposta de Janis (1995). Os autores propõem uma escala de animacidade para prever os verbos que irão realizar a concordância e aqueles que não.

De acordo com os autores, a condição para que o verbo realize concordância é a de que ambos os argumentos sejam animados. Assim, Rathmann e Mathur (2002) apresentam alguns testes que sustentam a análise realizada.

Por exemplo, a restrição de animacidade consegue prever que os verbos de concordância regular em ASL ASK e HELP e os de concordância reversa TAKE e COPY irão realizar concordância, uma vez que estes selecionam dois argumentos animados. Em contrapartida verbos do tipo BUY ou THINK não irão apresentar concordância por não selecionarem dois argumentos animados. Para explicar a diferença entre os verbos de concordância regular e de concordância reversa, os autores afirmam que a trajetória reversa é lexicalmente fixa, sem, no entanto, se comprometerem em explicar quais os mecanismos ou propriedades lexicais responsáveis por essa informação no verbo.

Quadros e Quer (2008, 2010), porém, apresentam alguns contraexemplos que não podem ser explicados pela restrição de

animacidade. Por exemplo, os autores trazem alguns verbos que apresentam concordância, mesmo sem selecionar dois argumentos animados. São dados exemplos da LSC e da Libras¹⁵:

40) a. IX₁ LIVRO₃ COMPRAR₁ ‘*Eu comprei o livro.*’ – LSC

b. ANOTAÇÕES IX₁ COPIAR₁ ‘*Eu copiei as anotações.*’ – Libras

É possível também identificar verbos que, apesar de selecionar dois argumentos animados, não apresentam concordância. Esse comportamento fere a predição dos autores de que um verbo que selecione dois argumentos animados realizaria concordância. É preciso então, no âmbito da proposta de Rathmann e Mathur, criar mecanismos diversos para restringir a realização da concordância nesses verbos. Um exemplo é o verbo CONVERSAR em Libras:

41) IX₁ CONVERSAR IX₂ - ‘*Eu converso com você.*’

Torna-se, assim, insuficiente, considerarmos apenas a restrição de animacidade para explicar o funcionamento da concordância nas línguas de sinais.

¹⁵ Além desses exemplos, Quadros e Quer (2010) aplicam os testes propostos por Rathmann e Mathur (2002, 2008) em Libras e em LSC e mostram que os resultados não são os mesmos obtidos por Rathmann e Mathur para a DGS e ASL, o que demonstra que as restrições de animacidade não se mostram consistentes em Libras e em LSC.

3.5 QUADROS E QUER (2008, 2010)

Quadros e Quer (2008, 2010) discutem com maior detalhe a divisão tripartite dos verbos, proposta por Padden (1983). Para os autores, não há razões morfosintáticas que justifiquem a divisão entre verbos com concordância (aqueles que concordam com o sujeito e com o objeto) e verbos locativos (aqueles que concordam com os argumentos locativos). Uma vez que os verbos locativos não constituem objeto do presente estudo, me atarei à discussão dos autores acerca da natureza dos verbos com concordância reversa.

Uma observação feita por eles é a de que a maioria dos verbos reversos não é bitransitiva. Dentre os verbos da Libras, Quadros e Quer citam os seguintes verbos com concordância reversa: PEGAR, BUSCAR, ESCOLHER, COPIAR, IMITAR, PERCEBER, EXPLORAR, CONVIDAR, CHAMAR. Entretanto, os autores também encontraram os seguintes verbos que podem selecionar dois argumentos internos: PEDIR, EMPRESTAR e ROUBAR. Adicionalmente, Quadros e Quer chamam a atenção para o fato de que a maioria dos verbos reversos seleciona um argumento interno com papel- θ de tema e não de fonte (contra Meir, 2002).

Os autores propõem então que os verbos reversos sejam incluídos na classe dos verbos manuais (altamente lexicalizados). De acordo com essa análise, os verbos de concordância reversa não mais seriam inseridos na

classe dos verbos de concordância pura, mas sim seriam considerados verbos manuais com trajetória.

Quadros e Quer (2008, 2010) defendem que a trajetória realizada pelo verbo de concordância reversa apresenta uma concordância locativa. Além disso, os autores notam que o sujeito dos verbos reversos é sempre animado, já o objeto não apresenta essa restrição.

Durante a análise, são trazidos alguns exemplos que motivam a inclusão dos verbos na categoria de verbos manuais altamente lexicalizados. Por exemplo, tem-se o sinal de PEGAR que traz consigo uma operação manual em sua interpretação. Adicionalmente, Quadros e Quer afirmam que outros verbos reversos possuem uma operação manual mais abstrata, sendo em alguns casos até mesmo fruto de uma transferência metafórica, como, por exemplo, os verbos COPIAR e CONVIDAR.

É preciso destacar ainda que, na análise de Quadros e Quer, os autores defendem que a concordância apresentada pelas línguas de sinais é de natureza sintática, contra Meir (2002). Entretanto, a explicação oferecida para esclarecer a distinção entre os verbos de concordância regular e reversa é, de certa forma, temática. Assim, enquanto Meir (2002) defende que os verbos reversos apresentam uma relação temática de transferência, Quadros e Quer (2008, 2010) afirmam que esses verbos denotam uma operação manual.

Uma das inconsistências presente nessa análise é justamente que ela apresenta um problema apontado por Quadros e Quer ao se referirem à proposta de Meir (2002). Mais especificamente, a hipótese não consegue explicar a diferença no comportamento dos verbos inter-linguisticamente. Afinal, como explicar que o verbo PEDIR em língua de sinais envolve uma operação manual em Libras e, portanto, sua trajetória apresenta uma concordância locativa, enquanto o mesmo verbo em LSC apresenta concordância regular? Será que na LSC inexistente a leitura de uma operação manual? Ou ainda, se há uma leitura de operação manual e a língua tem então a opção de realizar esse verbo como reverso ou regular, o que define essa opção? Será que há alguma restrição? Os autores não trazem nenhuma explicação a essas perguntas¹⁶.

Adicionalmente, ao compararmos os verbos com concordância reversa e os verbos manuais, percebe-se que o comportamento sintático desses dois grupos é bastante diferente.

Primeiramente, é preciso conceituar o que é um verbo manual. De acordo com Schick (1990: 28), os verbos manuais possuem “uma

¹⁶ Uma das possibilidades de explicação dentro da proposta de Quadros e Quer recai justamente na afirmativa de que os verbos reversos são verbos manuais altamente lexicalizados e que, portanto, são altamente idiossincráticos. Novamente, tem-se um problema de adequação explanatória bastante semelhante ao da proposta de Padden (1983) ou de Rathmann e Mathur (2002, 2008), já que não é proposto nenhum mecanismo que explique esse processo de lexicalização e nem quais são as propriedades envolvidas.

configuração de mão que mimetiza uma mão segurando um objeto”¹⁷. Um exemplo de verbo manual é dado a seguir:

42) JOÃO PAPEL CORTAR-COM-TESOURA

‘João cortou o papel com tesoura.’

Quadros (1999: 152) afirma que esses verbos “possuem uma propriedade diferente, uma vez que eles incorporam o objeto na forma da mão utilizada”¹⁸. Sob essa perspectiva, analiso os verbos manuais como sendo construções em que há incorporação do DP instrumento para dentro do núcleo verbal.

É preciso discutir ainda o comportamento sintático das sentenças que apresentam um verbo manual. Conforme Quadros (1999, 2004), a presença de um verbo manual (ou seja, a incorporação do instrumento) faz com que ocorra o alçamento do objeto direto para uma posição mais alta¹⁹, resultando na ordem SOV. Além disso, Quadros (2004: 299) afirma que tanto o sujeito quanto o objeto da sentença ocupam uma posição de tópico, conforme o exemplo a seguir:

¹⁷ “*a handshape that is a replication of an actual hand holding an object*”

¹⁸ “*Handling verbs have a different property since they incorporate the object in the form of the hand used.*”

¹⁹ A autora não esclarece qual seria a posição ocupada por esse objeto alçado. Uma boa alternativa seria considerar o alçamento do objeto para uma posição de Spec,vP, ou até mesmo Spec,AspP para checar Caso. Entretanto é preciso desenvolver melhor essa proposta de análise.

- 43) <JOÃO>_{top} <PAREDE>_{top} PINTAR-ROLO
'*João pinta a parede com um rolo.*'

Com base nesses dados, é possível perceber que os verbos de concordância reversa não apresentam o mesmo comportamento sintático dos verbos manuais. Em primeiro lugar, não é possível observar nos verbos reversos a mudança da ordem da frase, tampouco o alçamento do sujeito e do objeto para uma posição de tópico.

Outra forte evidência contra a análise dos verbos reversos como sendo verbos manuais é o comportamento dessas duas classes quando inserimos um PP/DP instrumento na sentença. Comparemos as sentenças a seguir:

- 44) *MARIA PAPEL CORTAR-COM-TESOURA FACA
'*Maria cortou-com-tesoura o papel com uma faca*'

- 45) IX₁ ₁PEGAR₂ IX₂ CARRO
'*Eu pego (busco) você de carro.*'

A sentença em (44) apresenta um verbo manual. Uma vez que, conforme apontado acima, no verbo manual há a incorporação do instrumento para dentro da raiz verbal, não é possível a realização de outro DP instrumento na sentença²⁰. Em contrapartida, (45) apresenta uma

²⁰ Foi apontado por um dos leitores deste trabalho que a sentença em (44) apresenta um problema de natureza semântica (a incapacidade de se cortar com 'faca', uma vez que o verbo traz a informação de se 'cortar com tesoura'). Todavia, julgo que a inconsistência semântica presente neste dado é resultante do fato de o papel- θ de instrumento já ter sido atribuído ao argumento incorporado à raiz verbal, não permitindo a inserção de outro DP instrumental na sentença. Vale ressaltar que a incorporação não altera as relações temáticas

sentença com verbo reverso. Se realmente houvesse uma operação manual resultante da incorporação de um instrumento, não seria possível a realização de um DP instrumento na sentença. Todavia, a sentença em (45) é plenamente possível na língua, evidenciando que não há nenhum instrumento incorporado à raiz verbal.

Enfim, percebe-se que os verbos manuais apresentam um comportamento sintático bastante distinto dos verbos com concordância reversa. Nesse sentido, parece pouco acurado incluir os verbos de concordância reversa no grupo de verbos manuais, conforme sugerem Quadros e Quer (2008, 2010).

3.6 CONCLUSÃO

O presente capítulo ocupou-se de discutir algumas propostas teóricas anteriores que abordaram o funcionamento da concordância nas Línguas de Sinais, a saber: Padden (1983), Janis (1992, 1995), Meir (1998, 2002), Rathman e Mathur (2002, 2008) e Quadros e Quer (2008, 2010).

Padden (1983) propôs uma divisão tripartite dos verbos em ASL: os verbos simples, os de concordância e os verbos locativos. Assim, a autora assume que esses verbos seriam especificados no léxico sobre seu comportamento. Um dos problemas apontados sobre análise foi que o

presentes na estrutura argumental da sentença (ver UTAH – *Uniformity of Theta Assignment Hypothesis* – em Baker, 1988).

falante deveria ter diferentes entradas ou representações lexicais para os verbos que apresentam diferentes comportamentos dependendo do contexto de uso. Além disso, o modelo não traz nenhum esclarecimento sobre como a concordância verbal é derivada nas línguas de sinais.

Em sequência, discuti a proposta de Janis (1993, 1995). A autora assume uma hierarquia que prevê a realização da concordância, com base nos traços apresentados pelos nominais. Assim, Janis ranqueia os traços dos nominais em termos de função sintática e função semântica e, a partir dessa hierarquia, é possível prever quais nominais irão desencadear a concordância (pelo menos nos dados da ASL apresentados pela autora). Apesar de ser descritivamente adequado, o modelo se mostra bastante frágil em termos de poder explanatório, uma vez que faz uso de uma hierarquia bastante complexa e, principalmente, não motivada.

Meir (1998, 2002), por sua vez, desenvolveu um modelo em que os verbos em línguas de sinais apresentariam dois tipos de concordância: uma concordância temática, realizada pela trajetória verbal; e uma concordância sintática, realizada pela orientação da palma da mão e associada ao caso dativo inerente. Porém, conforme apresentado, as duas previsões de Meir não se mostram consistentes se confrontadas aos dados da Libras (e também de outras línguas de sinais). Existem verbos de concordância que não possuem uma semântica de transferência e ainda existem verbos que, interlinguisticamente, apresentam a mesma estrutura lógico-conceitual, mas

padrões de concordância distintos (sendo regular em uma língua e reverso em outra). A orientação da palma da mão também não se mostrou consistente em todos os verbos de concordância analisados.

Já Rathman e Mathur (2002, 2008) apresentam uma restrição de animacidade que seria responsável por definir quais verbos realizariam concordância e quais verbos não. De acordo com essa restrição, apenas os verbos que selecionam dois argumentos animados realizam a concordância morfológica. Entretanto, há dados da Libras apresentados por Quadros e Quer (2010) que apresentam verbos com concordância em que o objeto é inanimado. Além disso, trago o dado de um verbo que possui ambos os argumentos animados, mas que não realiza concordância (CONVERSAR). Rathmann e Mathur afirmam ainda que a diferença entre verbos de concordância regular e reversa é definida lexicalmente. É possível apontar ainda que nem sempre os verbos com concordância reversa parecem envolver uma operação manual em sua interpretação.

Por fim, apresentei a proposta de Quadros e Quer (2008, 2010) de incluir os verbos de concordância regular na classe dos verbos manuais. Mostrei que o comportamento sintático desses dois grupos de verbos é bastante diferente. Em primeiro lugar, nos verbos com concordância reversa não há a mudança na ordem da frase e nem o alçamento dos argumentos para a posição de tópico, o que ocorre nos verbos manuais. Além disso, os

verbos manuais apresentam incorporação do instrumento, o que também não ocorre nos verbos com concordância reversa.

O presente capítulo mostrou, então, a necessidade de se continuar a investigar o comportamento da concordância nas línguas de sinais e também de se elaborar novas propostas teóricas. Sob essa perspectiva, proponho um novo modelo de análise da concordância, em que trato o fenômeno como sendo derivado sintaticamente, em consonância com a vasta literatura inserida na teoria gerativa que discute a concordância nas línguas orais.

4. CONCORDÂNCIA REGULAR VS. CONCORDÂNCIA REVERSA

Este capítulo tem por objetivo apresentar parte da proposta teórica que busco desenvolver sobre o sistema de Caso e concordância em Libras. Mais precisamente, apresento uma derivação sintática que visa explicar a diferença entre os verbos que apresentam concordância regular e os verbos que apresentam concordância reversa. Nesta linha de investigação, proponho que os verbos que apresentam concordância regular possuem um padrão de concordância nominativo-acusativo, ou seja, o sujeito da sentença recebe Caso nominativo e o objeto, Caso acusativo. Por outro lado, os verbos que possuem concordância reversa apresentam um padrão ergativo de concordância, em que o sujeito é marcado com o Caso ergativo inerente, enquanto o objeto recebe o Caso nominativo. A teoria que desenvolvo aqui é a de que há, em Libras, pelo menos três Casos a serem atribuídos aos argumentos nucleares da sentença, a saber: dois estruturais, o nominativo e o acusativo; e um inerente, o qual corresponde ao Caso ergativo.

O capítulo está organizado em três seções. Na Seção 4.1, motivo que em Libras há uma relação muito próxima entre Caso e concordância e apresento os mecanismos de atribuição de Caso nas sentenças com concordância regular e reversa. Na Seção 4.2, indico como emerge os padrões de concordância apresentados por essas sentenças, com base no

Caso recebido por cada DP durante a derivação sintática. Por fim, na Seção 4.3, apresento a conclusão do capítulo.

4.1 RELAÇÃO ENTRE CASO E CONCORDÂNCIA EM LIBRAS

De acordo com Chomsky (2000, 2001), Caso e concordância podem ser vistos como dois lados de uma mesma moeda: ambos resultam de uma mesma operação Agree entre um núcleo funcional e um DP. Segundo essa assunção, haveria uma relação biunívoca entre o Caso possuído por um DP e o núcleo funcional com o qual ele concorda. Essa relação pode ser comprovada em diversas línguas, tais como o inglês (46) e o Islandês (47)²¹.

- 46) a. That she walks to work each day is good for her health.
b. For her to walk to work each day would be good for her health.

- 47) a. Hún elskar Þá.
She(NOM) loves(3sS) them(ACC).

b. Henni leiddust Þeir.
she.DAT be.bored. with-3pSthey.NOM
She was bored with them.

Conforme pode ser visto em (46a) o DP nominativo ‘*she*’ concorda com o verbo ‘*walks*’. Entretanto, em (46b), quando o DP não recebe caso

²¹ Exemplos extraídos de Baker (2012: 256)

nominativo não há concordância com o verbo. Semelhantemente em (47), é possível observar que o verbo concorda apenas com o DP que recebe o caso nominativo. Dessa forma, em (47a) o verbo concorda com o sujeito nominativo da sentença e em (47b) a concordância é feita com o objeto nominativo.

Todavia, é preciso destacar que essa relação estreita entre Caso e concordância não é encontrada uniformemente em todas as línguas. Existem diversas línguas atestadas em que não há uma relação estreita entre o Caso dos DPs e o padrão de concordância envolvido.

Baker (2012), por exemplo, analisa o Amárico, uma língua semítica falada na Etiópia, e mostra que nessa língua não há uma relação biunívoca entre concordância com o objeto e o Caso recebido por esse DP. Assim, dentre muitos exemplos fornecidos pelo autor, podemos destacar uma construção na língua em que há um *mismatch* entre o Caso recebido pelo DP e o tipo de concordância realizada. Nessas sentenças, o DP sujeito da sentença recebe Caso nominativo, porém estabelece concordância de objeto com o verbo (na língua há morfologia específica para marcar concordância com objeto). Um exemplo deste tipo de construção é dado a seguir:

48) (Baker, 2012; 259)
Aster wiʃfa all-at. (*Aster-in)
Aster dog exist-(3mS)-3fO Aster-ACC
'Aster has a dog.'

Como explicar o fato de que em algumas línguas há uma relação biunívoca entre Caso e concordância, enquanto em outras não?

Baker (2008) realiza um estudo em que compara 108 línguas naturais ao redor do mundo, pertencentes a diferentes troncos e famílias linguísticas e faladas em distintas regiões geográficas. O autor utilizou-se do *World Atlas of Language Structures* (Haspelmath et al., 2005) para a realização deste estudo e também acrescentou dados de outras línguas não contempladas pelo atlas.

Com relação ao fato de a concordância das línguas analisadas ser ou não dependente do Caso recebido pelo DP, Baker (2008: 221) apresenta os seguintes resultados: em 40 das línguas investigadas a concordância é uniformemente dependente de Caso (como o inglês, português, etc.); em 31 línguas essa relação de dependência não existe (como o amárico, ilustrado acima, e o georgiano); em 8 línguas não foi possível identificar se há ou não dependência (como o wichita); e, finalmente, 29 línguas não apresentam concordância (sango, yoruba, entre outras).

Esses números mostram que a relação entre Caso e concordância em muitas línguas é consistente e não pode ser considerada simplesmente uma coincidência. Sob essa perspectiva, Baker (2008: 155) propõe o Parâmetro da Concordância dependente de Caso (49):

49) *Parâmetro da Concordância dependente de Caso*²²

F concorda com um DP/NP apenas se F valora o traço de Caso desse DP/NP ou vice-versa.

De acordo com esse parâmetro, um núcleo funcional F apenas irá estabelecer concordância com um DP, se esse mesmo núcleo funcional F valorar o traço de Caso desse DP.

É isso que acontece com os exemplos do Inglês (46) e do Islandês (47) apresentados anteriormente. Ou seja, o núcleo funcional T somente irá estabelecer concordância com um DP que receba Caso de T. Uma vez que T atribui Caso nominativo, T somente irá concordar com um DP nominativo.

A partir da proposta de Baker (2008), pode-se esperar que todas as línguas que ativam o Parâmetro da Concordância dependente de Caso apresentem uma relação biunívoca entre Caso e concordância. Em outras palavras, nessas línguas um núcleo funcional (T ou v, por exemplo) somente irá estabelecer concordância com um DP que tenha tido seu Caso valorado por este mesmo núcleo. Adicionalmente, é preciso destacar que os números apresentados por Baker indicam que esse parâmetro é ativado na maioria das línguas naturais já investigadas.

Na análise que proponho aqui, assumo que o Parâmetro da Concordância dependente de Caso é ativado em Libras. Mais precisamente, a teoria que pretendo desenvolver é a de que Caso e concordância em Libras

²² *The Case-Dependency of Agreement Parameter*: F agrees with DP/NP only if F values the case feature of DP/NP or vice versa.

mantém entre si uma clara relação biunívoca. Uma vez que não há marcas de Caso na língua, proponho que a distribuição da concordância irá indicar o núcleo funcional que atribuiu o Caso recebido pelo(s) DP(s) e que Caso é esse.

Ao analisar os verbos de concordância regular na língua, observa-se sempre o padrão de concordância dado em (50):

50) SUJEITO _{SUJEITO} VERBO _{OBJETO} OBJETO

Acompanhando a proposta de Quadros (1999), a Libras é uma língua nominativa. Em línguas nominativas, o DP sujeito da sentença recebe Caso nominativo enquanto o DP objeto recebe Caso acusativo. A partir da assunção assumida acima, segundo a qual as relações de concordância refletem o Caso recebido pelo DP em Libras, a distribuição da concordância em (50) pode ser formalizada da seguinte maneira:

51) SUJEITO _{DP.NOMINATIVO} VERBO _{DP.NÃO-NOMINATIVO} OBJETO

(51) mostra, portanto, que o primeiro slot de concordância do verbo é restrito a DPs nominativos, enquanto o segundo slot pode concordar com um DP que possua qualquer outro caso que não seja o nominativo. Levando-se em consideração o fato de que o objeto recebe Caso acusativo, pode-se pensar que o segundo slot de concordância do verbo seria exclusivo para

DPs acusativos. Entretanto, darei evidências, ao longo da análise, de que DPs que não apresentam Caso acusativo podem concordar com o segundo slot do verbo, mas nunca com o primeiro.

Sob essa perspectiva, é preciso então comparar o Caso recebido pelos DPs em sentenças com concordância regular e com concordância reversa. Começemos com os exemplos em (52) de verbos com concordância regular.

52) a. IX₁ ₁AJUDAR₂ IX₂ ESCREVER CARTA.

Eu te ajudo a escrever a carta.

b. ONTEM IX₂ ₂MOSTRAR₁ IX₁ LIVRO INGLÊS.

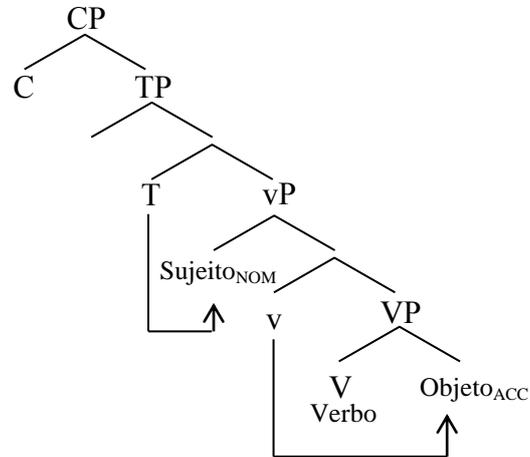
Ontem você me mostrou o livro de Inglês.

c. JOÃO_a _aPROVOCAR_b PEDRO_b ATLÉTICO PERDER.

João provocou/zombou de Pedro porque o Atlético perdeu.

Em (52) todas as sentenças apresentadas possuem verbos de concordância regular, ou seja, a concordância apresenta o padrão SUJVERBO_{OBJ}. Considerando que o primeiro slot do verbo somente pode concordar com DPs nominativo, conclui-se que o sujeito de uma sentença com concordância regular recebe Caso nominativo, atribuído por T. O objeto, por sua vez, recebe Caso acusativo, valorado por v. A derivação sintática dessas sentenças é apresentada a seguir:

53)



Veamos agora algumas sentenças com verbos de concordância reversa, apresentadas em (52):

- 54) a. IX_1 $_2$ CONVIDAR $_1$ IX_2 FESTA CASA POSS $_1$.
Eu te convido para uma festa em minha casa.
- b. AMANHÃ IX_2 $_1$ PEGAR $_2$ IX_1 LÁ ESCOLA.
Amanhã você me pega/busca na escola.
- c. JOÃO $_a$ $_b$ CHAMAR $_a$ PEDRO $_b$.
João chamou o Pedro.

Conforme pode ser visto nos exemplos acima, todas as sentenças apresentam o seguinte padrão de concordância: OBJ VERBO $_{SUF}$. Uma vez que o primeiro slot do verbo só pode concordar com DPs que recebem Caso nominativo, conclui-se que nessas sentenças o Caso nominativo não é atribuído ao DP sujeito, mas sim ao objeto. Dessa forma, nessas

construções, o primeiro slot do verbo apresenta concordância com o objeto nominativo.

A partir dessa constatação, surgem as seguintes questões: (i) o que impede o Caso nominativo de ser atribuído ao DP sujeito? (ii) qual Caso o sujeito recebe? (iii) como o Caso nominativo pode ser atribuído ao objeto, se não há nenhum indício de movimento do objeto para fora da projeção VP?

A primeira pergunta pode ser respondida por meio de comparação com outras línguas que apresentam comportamento similar. Para isso, retomemos o exemplo do Islandês dado em (47) e repetido abaixo como (55):

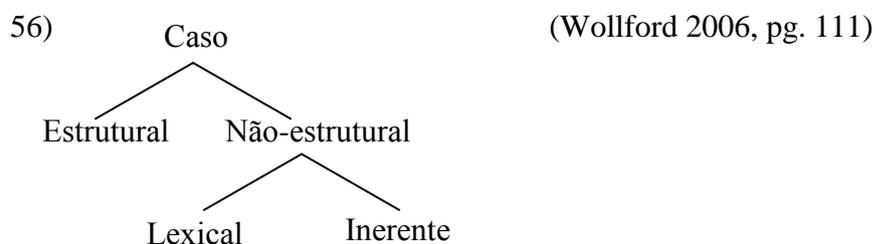
55) a. Hún elskar Pá.
 She(NOM) loves(3sS) them(ACC).

b. Henni leiddust Þeir.
 she.DAT be.bored. with-3pSthey.NOM
 She was bored with them.

Conforme observado anteriormente, em (55b) o verbo concorda com o objeto da sentença, porque é este que recebe o Caso nominativo. É preciso atentar também para o fato de que o DP sujeito recebe o Caso dativo. Entretanto, não parece haver nenhuma razão estrutural que licencie o Caso dativo nesse contexto. Pelo contrário, a distribuição dos DPs na estrutura levaria a atribuição de nominativo para o sujeito e de acusativo para o

objeto. Portanto, é possível afirmar que o Caso dativo atribuído ao sujeito dessa sentença não é um tipo de Caso estrutural.

Chomsky (1981, 1986) afirma que há dois tipos de Caso: Caso estrutural e Caso não-estrutural. Woolford (2006), por sua vez, subdivide os Casos não-estruturais em duas subclasses, a saber: Caso inerente e Caso lexical. O diagrama em (56) mostra essa classificação de Caso:



Caso estrutural e Caso não-estrutural se diferem pela forma como são licenciados. O primeiro é licenciado de forma puramente sintática, com base nas relações estruturais entre os DPs e os núcleos funcionais. Já o segundo é licenciado com base em uma relação específica com determinados papéis-temáticos. Os Casos não-estruturais se subdividem em Caso inerente, cujas relações temáticas são regulares e podem ser previstas na derivação, e em Caso lexical, que é idiossincrático e, portanto, não é previsível e tampouco uniforme.

É possível ainda se perguntar por qual razão no dado do Islandês, por exemplo, o sujeito não recebe Caso acusativo, uma vez que o objeto recebeu

o Caso nominativo. Bem, seguindo a linha de raciocínio de que o objeto recebe Caso nominativo, o outro Caso estrutural disponível na sentença seria o Caso acusativo atribuído por *v*. Entretanto, o sujeito encontra-se na posição de Spec,vP o que o impede de receber Caso estrutural de *v*, já que *v* não c-comanda o argumento externo, condição *sine qua non* para a atribuição de Caso estrutural²³. É por esse motivo que o Caso acusativo não se encontra disponível ao DP sujeito.

Tendo em conta essas propostas teóricas, assumirei, doravante, que o argumento externo de uma sentença com concordância reversa em Libras não apresenta Caso estrutural e sim um tipo de Caso não-estrutural. Afinal, se o objeto recebe Caso nominativo, o único Caso estrutural que restaria a esse sujeito seria o Caso acusativo. Entretanto, conforme exposto acima, o Caso acusativo estrutural não pode ser atribuído a um DP que ocupa a posição de Spec,vP. Dessa forma, resta-nos agora identificar se esse Caso não-estrutural é inerente ou lexical e ainda que Caso é esse.

Woolford (2006: 113) apresenta a seguinte distribuição complementar para a ocorrência de Caso inerente e de Caso lexical:

²³ Chomsky (2000) afirma que a atribuição de Caso não se dá em uma relação Spec-núcleo, conforme predizia alguns modelos teóricos anteriores. É proposto então que a atribuição de Caso se dá a partir de uma relação de regência, ou seja, de c-comando e de localidade. Chomsky (2000) cunha esse tipo de relação/operação de *Agree*. Discutirei essa operação com mais detalhes na Seção 4.2.

57) *Distribuição complementar do Caso lexical e do Caso inerente:*²⁴

- Caso lexical pode ocorrer em argumentos tema/internos, mas não em argumentos externos ou em argumentos do tipo DP_{alvo} (nos contextos de *Object Shift*).
- Caso inerente pode ocorrer em argumentos externos e em argumentos do tipo DP_{alvo} (nos contextos de *Object Shift*), mas não em argumentos tema/internos.

De acordo com a distribuição complementar proposta por Woolford, é possível afirmarmos com certa segurança que o Caso recebido pelo sujeito de uma sentença com concordância reversa é um tipo de Caso inerente, uma vez que o sujeito é um argumento externo de vP. Além disso, o fato de as construções com concordância reversa apresentarem uma uniformidade quanto à configuração sintática e ao papel temático de seu argumento externo (são todos agentes prototípicos) reforça a análise de que esses argumentos realmente recebem um tipo de Caso inerente, já que o Caso lexical é bastante idiossincrático e sem nenhuma regularidade ou previsibilidade.

Nessa linha de raciocínio, proporei que o Caso nominativo é atribuído ao DP objeto devido ao fato de o sujeito já receber Caso inerente. Entretanto, ainda é preciso responder a segunda pergunta levantada: qual é o Caso inerente recebido pelo sujeito?

²⁴ *Complementary distribution of lexical and inherent Case:* - Lexical Case may occur on themes/internal arguments, but not on external arguments or on (shifted) DP goal arguments. - Inherent Case may occur on external arguments and on (shifted) DP goal arguments, but not on themes/internal arguments.

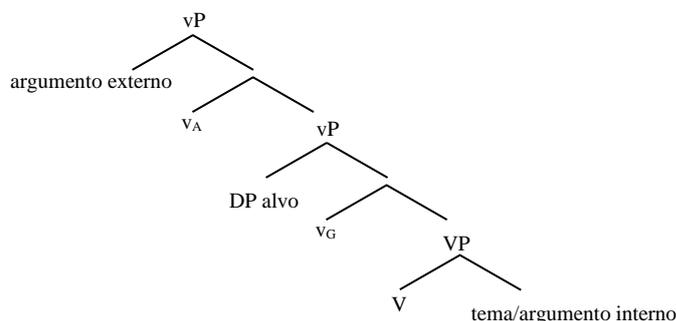
Novamente, recorro à proposta de Woolford (2006)²⁵, segundo a qual apenas o núcleo (*little-*)v é capaz de licenciar Caso inerente. Assim, a autora faz duas predições: v atribui Caso ergativo inerente ao argumento externo agente; e v atribui Caso dativo inerente ao DP_{alvo} (em contextos de *Object Shift*)²⁶.

Assumindo que, nas sentenças com concordância reversa, todos os sujeitos do verbo recebem papel temático de agente e são introduzidos na posição de Spec,vP, podemos então concluir que o Caso inerente recebido por esses sujeitos deve ser o Caso ergativo e não o dativo.

Woolford (2006) propõe ainda cinco testes para verificar se um determinado caso é inerente. Dois dos testes não são possíveis de se aplicar em Libras, uma vez que não identifiquei estruturas passivas, nem estruturas

²⁵ Ver também Woolford (1997), Massam (2002), Legate (2003, 2012), entre outros.

²⁶ Woolford (2006) adota o modelo de McGinnis (1996, 1998, 2001), segundo o qual há dois tipos diferentes de núcleos v dentro da estrutura/fase vP, a saber: o v_A que introduz o argumento externo (agente) e o v_G que introduz o argumento alvo. Dessa forma, v_A licencia Caso ergativo inerente ao argumento alvo e v_G licencia Caso dativo inerente ao argumento alvo. A estrutura sintática proposta por esse modelo é dada a seguir (Woolford, 2006: 116):



Uma vez que não tratarei nesta dissertação de nenhum tipo de Caso dativo inerente, adotarei a título de simplificação apenas a categoria vP que introduz o argumento externo e chamarei seu núcleo de apenas v e não de v_A como é feito em Woolford (2006).

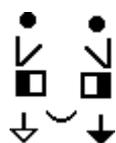
de alçamento na língua. Já os outros três apresentam resultado positivo em Libras. Os testes aparecem resumidos na tabela a seguir:

Teste	Aplicação em Libras	Resultado
Preservação de Caso em passivas.	Libras não possui voz passiva.	N/A
Preservação de Caso em construções de alçamento.	Não foi identificada nenhuma construção de alçamento em Libras.	N/A
Presença de objeto nominativo.	Conforme já mostrado, em sentenças com concordância reversa, o objeto recebe Caso nominativo e concorda com o primeiro slot do verbo. AMANHÃ IX ₂ ₁ PEGAR ₂ IX ₁ LÁ ESCOLA.	✓
Sujeito não-nominativo em sentenças finitas.	Este diagnóstico visa identificar construções em que há preservação do Caso inerente em sentenças monoargumentais finitas, em que, normalmente, seria licenciado o Caso nominativo. Esse tipo de construção é encontrado no Basco: Gizona-k kurritu du. man-ERG run AUX 'The man ran.' (Levin 1989 <i>apud</i> Woolford 2006:13) Algumas sentenças em Libras apontam para a preservação do Caso a. IX ₁ _j ESCOLHER ₁ IX _j CASA _j a. IX ₁ _{neu} ESCOLHER ₁ b. MARIA _j _j CONVIDAR _j JOÃO _j b. MARIA _j _{neu} CONVIDAR _j	✓
Relação com um determinado papel-θ.	Todos os sujeitos de verbos com concordância reversa são, necessariamente, agentes.	✓

Tabela 1. Diagnósticos para a identificação de um Caso inerente.

No que diz respeito ao último teste (relação com um determinado papel- θ), há um verbo de concordância reversa bastante interessante na língua e que merece nossa análise. Trata-se do verbo PERCEBER1²⁷ e sua escrita em sinais é dada em (58).

58) PERCEBER1



Este é um verbo psicológico e, em uma primeira análise, seria uma contraevidência de que todos os verbos com concordância reversa selecionam um sujeito agente. Entretanto, se analisarmos com mais atenção, notamos que o comportamento desse verbo mostra que, de fato, o sujeito selecionado por ele carrega sempre uma propriedade semântica de agentividade. Assim, esse verbo sempre é utilizado em contextos em que há uma intenção explícita por parte do sujeito. Por esse motivo, uma construção como a apresentada em (59) foi considerada agramatical, ou pelo menos estranha, por todos os falantes consultados.

²⁷ O verbo PERCEBER1 foi glosado de acordo com o projeto IDSinais, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e coordenado pela Profa. Dr. Ronice Quadros (para maiores informações, ver <<http://www.idsinais.libras.ufsc.br>>).

59) */? IX₁ INOCENTE₂PERCEBER I₁ IX₂ MENTIR.

Eu inocentemente percebi que você estava contando uma mentira.

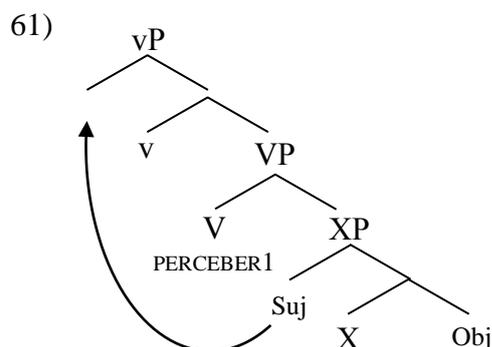
Além disso, o verbo é bastante utilizado em contextos em que se tem uma ideia de que o sujeito está extraindo algo ou até mesmo ‘sugando’ algo do objeto, como na sentença dada em (60).

60) IX₁ ESPERT@ . <PROFESSOR_a>top IX₁ ^{_____muito}PERCEBER I₁
Eu sou esperto. ‘Suguei’ bastante do professor.

A partir das evidências acima, assumirei que o verbo PERCEBER I₁ seleciona, na verdade, um sujeito que é tanto agente quanto afetado/experenciador.

Baker (2013: 27) nos fornece a intuição de que uma dupla leitura de papéis temáticos resulta do movimento de um DP por duas posições temáticas distintas. Assim, a explicação para o fato de o sujeito do verbo PERCEBER I₁ possuir tanto uma leitura de agente quanto de afetado é de que o DP é gerado internamente ao VP, onde recebe a leitura de afetação e, posteriormente, se move para a posição de Spec,vP, onde recebe uma leitura agentiva²⁸. Esse movimento é ilustrado em (61):

²⁸ Adotar que um único DP ocupa duas posições temáticas traz alguns corolários importantes com relação a certos construtos teóricos do programa gerativista. Dentre eles, destaco aqui a violação do Critério- θ , que dentre suas predições, afirma que cada DP deve receber apenas um único papel temático. Harley (2011), entretanto, nos chama a atenção para o fato de que outras propostas teóricas advindas do Programa Minimalista já abarcam o Critério- θ . Por exemplo, o Princípio de Interpretação Plena (*Full Interpretation*) associado aos tipos semânticos dos constituintes da sentença já é suficiente para motivar o fato de que todo DP deve receber um papel- θ e também de que todos os papéis- θ disponíveis devem ser saturados. Adicionalmente, Harley (2011) argumenta que o fato de a

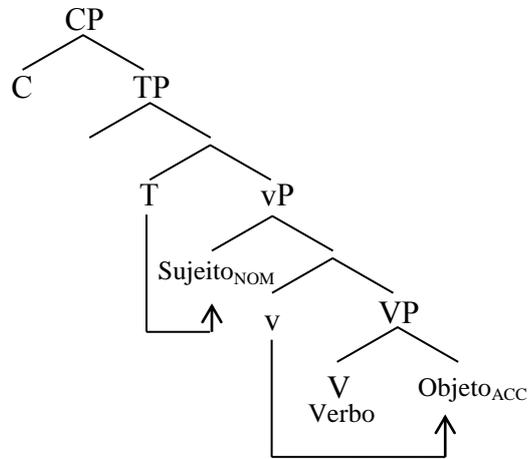


Uma vez que o sujeito se move para a posição de Spec,vP e recebe papel temático de agente, ele se torna disponível para receber Caso ergativo inerente de *v*. É possível hipotetizar ainda que a atribuição do Caso ergativo é um mecanismo utilizado pela língua para conferir a leitura agentiva ao sujeito do verbo PERCEBER1. Entretanto, durante toda a investigação, esse foi o único verbo encontrado que apresenta tal comportamento. Faz-se necessário, assim, um número maior de dados para confirmar essa hipótese.

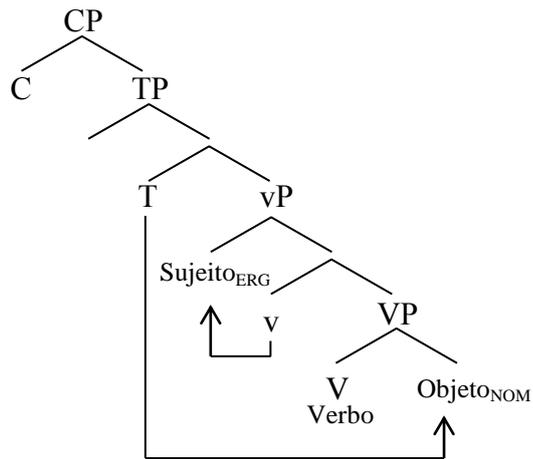
Em suma, proponho que a diferença entre sentenças com verbos de concordância regular e com verbos de concordância reversa está no Caso atribuído ao argumento externo da sentença e, conseqüentemente, ao argumento interno. Essa diferença na atribuição de Caso é comparada a seguir:

teoria permitir *Merge* interno (operação equivalente ao *Move* de modelos teóricos anteriores) abre possibilidades para que um único DP receba papel- θ de diferentes núcleos por meio da aplicação sucessiva de *Merge* interno desse DP com um núcleo que ainda possui um papel- θ a atribuir. Essa possibilidade dialoga com a proposta de Adger (2003) de que os traços c-selecionais de um item lexical estão associados aos papéis temáticos que esse item pode atribuir a seus argumentos.

62) a. *Concordância regular*: SUJEITO_{NOM} SUJ VERBO_{OBJ} OBJETO_{ACC}



b. *Concordância reversa*: SUJEITO_{ERG} OBJ VERBO_{SUJ} OBJETO_{NOM}



É preciso ainda responder à última pergunta levantada anteriormente: como o Caso nominativo pode ser atribuído ao objeto, em construções de concordância reversa, se não há nenhum indício de movimento do objeto para fora da projeção VP?

Primeiramente, assumirei, seguindo Quadros (1999), que em Libras não há movimento de V para T. O verbo permanece *in situ* em todos os

contextos. Entretanto, motivarei o movimento obrigatório de v para T, em todas as construções com concordância reversa²⁹. Esse movimento é engatilhado tanto por uma questão de atribuição de Caso, como também por uma questão de concordância, como será discutido na próxima seção.

Conforme já exposto anteriormente, em uma sentença ergativa, o sujeito é marcado com o Caso ergativo. Assim, o único argumento disponível para receber Caso nominativo é o objeto da sentença. Entretanto, o objeto encontra-se invisível ao núcleo T, devido ao fato de v ser uma barreira interveniente, ou ainda, se considerarmos o modelo de fases, devido ao fato de o objeto estar contido na fase v-VP. Contudo, o objeto deve receber Caso para satisfazer ao Filtro de Caso e os traços de Caso de T devem ser checados.

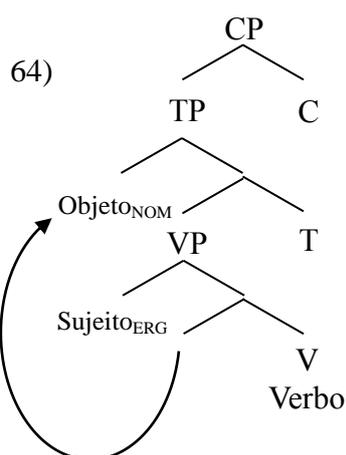
Para explicarmos como o objeto recebe Caso nominativo de T, mesmo estando *in situ*, adotaremos a proposta de Bittner e Hale (1996). Esses autores apresentam duas alternativas para que o objeto se torne visível à sonda de T. A primeira delas é o objeto se mover para a posição de Spec,TP. Dessa forma, ele seria alçado para fora do domínio (ou fase) de v e, conseqüentemente, entraria no domínio de T (ou na fase C-TP). Bittner e Hale (1996) propõem que as línguas que apresentam esse comportamento correspondem às línguas ergativas de alçamento. Neste sentido, o Dyirbal é um exemplo de língua desse tipo conforme arrolado em (63) abaixo:

²⁹ Vale apontar que Pfau et al. (2011: 5) afirma que em Língua de Sinais Germânica, o movimento de v para T é obrigatório e uniforme em todos os tipos de verbo. É preciso, entretanto, explicar melhor como se dá esse movimento e em que condições ele ocorre.

63) *Dyirbal* (Bittner e Hale, 1996: 15)

Payi parrkan pangkul yara-ngku juffka-nyu.
 CL(NOM) wallaby(NOM) CL(ERG) man-ERG spear-NFUT
 'The man is spearing the wallaby.'

Em (63), o sujeito ‘pangkul yara-ngku - *the man*’ é marcado com o Caso ergativo. O objeto, então, se move para a posição de Spec,TP para receber Caso nominativo de T. Uma consequência disso é a ordem da frase ser OSV, conforme demonstra a derivação sintática apresentada a seguir:



Adicionalmente, Bittner e Hale (1996) afirmam que há línguas em que não há o alçamento do objeto, mas apenas um efeito de transparência resultante do movimento da categoria interveniente entre T e o objeto, a saber: v^{30} . Dessa forma, quando o núcleo v se move para T, ou até mesmo

³⁰ Na proposta de Bittner e Hale (1996) não é considerada a categoria vP , apenas VP. Entretanto, considerando que os traços de Caso estão presentes em v e não em V, podemos adaptar a proposta dos autores sem que haja prejuízo da análise feita por eles.

para C, ele deixa de ser uma barreira interveniente entre T e o objeto e, conseqüentemente, estende o domínio de T. Os autores chamam essas línguas de ergativas transparentes. O Samoan (62) e o Warlpiri (63) são exemplos desse tipo de língua, conforme mostrado a seguir:

65) *Samoan* (Bittner e Hale, 1996: 21)

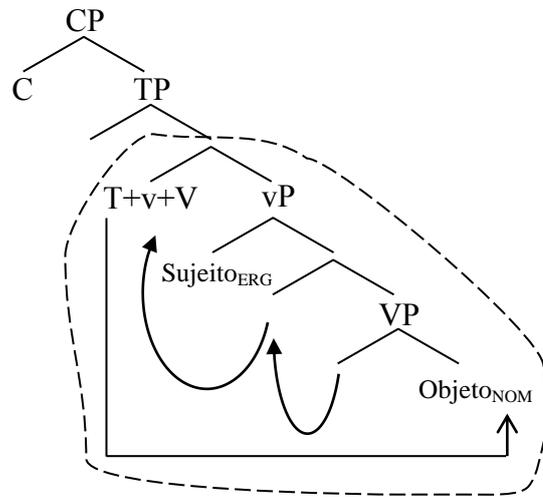
Sa sasa e le teine le maile.
PST hit [ERG the girl] [the dog]
'The girl hit the dog.'

66) *Warlpiri* (Bittner e Hale, 1996: 23)

Nyuntulu-rlu ka-npa-ju ngaju nya-nyi.
you-ERG PRS-2SG-1SG me(NOM) see-NPST
'You see me.'

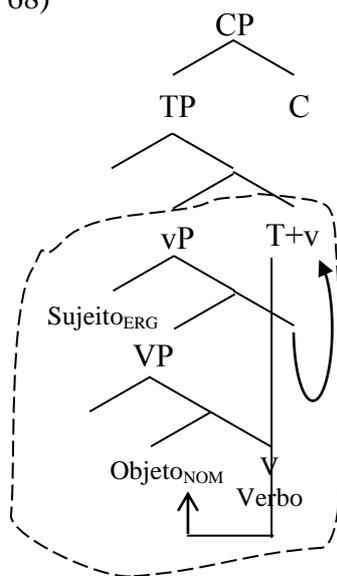
Note que no Samoan (62), o sujeito recebe Caso ergativo, mas o objeto não se move para a posição de Spec,TP para receber Caso nominativo de T. O que acontece é que V se move para v, que por sua vez se move para T, fazendo assim com que o objeto se torne visível para o núcleo complexo T+v+V e, conseqüentemente, disponível para receber o Caso nominativo de T, conforme derivação a seguir:

67)



No Warlpiri (63), uma língua de núcleo final, o objeto também não se move para Spec,TP. Porém, nessa língua, não há o movimento de V para v. Dessa forma, apenas v se move para T, criando o efeito de transparência e permitindo que o objeto receba o Caso nominativo *in situ*. A estrutura arbórea para essa derivação é dada abaixo:

68)



Comparando as sentenças ergativas em Libras com os dois tipos de sentenças ergativas apresentados por Bittner e Hale (1996), podemos concluir que as sentenças em Libras se assemelham bastante às daquelas das línguas ergativas transparentes. Neste sentido, assumirei que as construções ergativas em Libras possuem também um efeito de transparência, já que não há alçamento do objeto e a ordem dos constituintes nessas sentenças é, canonicamente, SVO.

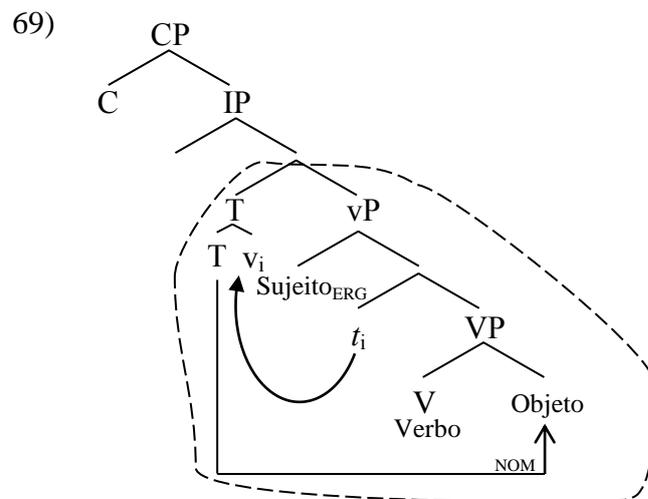
Observe que, dentre os dois exemplos de línguas ergativas transparentes fornecidos, a Libras parece se comportar exatamente como o Warlpiri, uma vez que V não se move para v e, apenas este último, se move para a T. A única diferença é que o Warlpiri é uma língua de núcleo final, apresentando a ordem SOV e a Libras uma língua de núcleo inicial, exibindo a ordem SVO.

Tendo em conta as evidências apresentadas acima, assumirei, doravante, que o movimento de v para T em Libras resulta no núcleo complexo T+v.

Acompanhando o essencial do modelo de fases, tal como proposto por Chomsky (2000, 2001, 2008), podemos afirmar que CP e vP são fases. Contudo, quando o núcleo v se move para T, estendem-se os limites da fase

(*phase extension* – Den Dikken, 2007) ³¹, de modo que o objeto se torna visível *in situ* para que o núcleo T lhe atribua Caso nominativo.

De acordo então com essa proposta, a atribuição de caso pode ser derivada conforme a seguinte representação arbórea:



Na derivação em (69), observa-se que o DP sujeito é marcado com o Caso ergativo inerente. Portanto, este não pode receber Caso nominativo de T. Quando o núcleo v se move para T, ele leva consigo os limites de sua fase, fazendo com que o objeto torne-se visível para T, mesmo que *in situ*. Esse novo domínio de T é delimitado pela linha tracejada, mostrada acima. Dessa maneira, o objeto recebe Caso nominativo de T, de modo que ficamos

³¹ “Syntactic movement of the head H of a phase up to the head X of the node dominating extends the phase up from to ; loses its phasehood in the process, and any constituent on the edge of ends up in the domain of the derived phase as a result of Phase Extension” (Den Dikken, 2007: 1)

em condições de explicar a existência do padrão ergativo apresentado pelas sentenças com verbos de concordância reversa e repetido abaixo:

70) SUJEITO_{ERG} SUJ VERBO_{OBJ} OBJETO_{NOM}

Uma vez explicada como se dá a atribuição de Caso nas sentenças com concordância regular e também nas sentenças com concordância reversa, interessa-nos investigar como ocorre a derivação do padrão de concordância em cada uma delas. Esse é o tema da próxima seção.

4.2 DERIVANDO A CONCORDÂNCIA SINTATICAMENTE

Uma vez identificado o Caso recebido por cada DP nas construções com concordância regular e nas construções com concordância reversa, é preciso entender como é engatilhada a concordância e quais exatamente os núcleos funcionais que participam dessa derivação na sintaxe restrita. Começemos, entretanto, fazendo uma breve discussão acerca do fenômeno da concordância nas línguas naturais.

A primeira questão a se levantar é justamente o porquê de as línguas naturais apresentarem concordância. Miyagawa (2010: 6) aponta para o fato de a concordância ser um fenômeno bastante redundante e, em algumas vezes, completamente arbitrário. Essa redundância pode ser observada no

exemplo abaixo (71), em que a informação de plural ocorre em três elementos distintos, a saber: no artigo, no nome e no verbo.

71) Os meninos lavaram a louça.

Apesar de algumas propostas teóricas explicarem a redundância como sendo uma ferramenta para auxiliar o processo comunicativo, ajudando os falantes a compreender determinada informação (cf. Levin, 2001), Miyagawa (2010) propõe que a explicação para o fenômeno da concordância reside na “dualidade da semântica”. Ou seja, na distinção entre núcleos funcionais e núcleos lexicais.

Segundo o autor, os núcleos lexicais, ao criarem a estrutura argumental da sentença, acabam por produzir relações chamadas de relações lexicais. Já os núcleos funcionais são responsáveis por criar a estrutura expressional da sentença, gerando assim relações funcionais. Nesse sentido, os núcleos funcionais elevam substancialmente a capacidade de expressão da linguagem humana, ao permitirem à língua, por exemplo, expressar noções do tipo tópico-comentário, sujeito da sentença, foco, perguntas, entre outras (Miyagawa, 2010: 8).

Relações lexicais são, na verdade, relações temáticas. Dessa forma, essas relações se dão através de Merge externo. Já as relações funcionais só podem ser estabelecidas por meio de concordância, que, por sua vez, é

resultado de uma operação Agree³² (Chomsky 2000, 2001, 2008; Pesetsky e Torrego, 2007). A operação Agree também é responsável pela valoração de traços.

Agree é, portanto, uma relação sonda-alvo (*probe-goal relation*) em que uma sonda procura um alvo em seu domínio de checagem, de modo que esse alvo valora os traços ininterpretáveis da sonda. Entretanto, uma sonda não é capaz de identificar um alvo por si só. Para ser identificado pela sonda, o alvo precisa estar “ativo” e o que geralmente o torna ativo é Caso (Chomsky, 2001).

Concordância pode ser definida então como uma relação do tipo Agree em que o alvo valora os traços- ϕ da sonda. É importante ressaltar que os traços- ϕ são gerados em C e percolam para T (Chomsky, 2008; Miyagawa 2010). Assim, T herda a sonda- ϕ de C, conforme se pode ver em (72).

³² **Agree (Chomsky, 2001):**

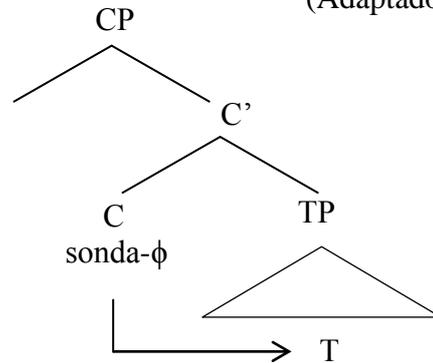
AGREE (α , β), where α is a probe and β is a matching goal, ‘>’ is a c-command relation and uninterpretable features of α and β are checked/deleted.

Agree (Pesetsky and Torrego, 2007):

(i) An unvalued feature F (a probe) on a head H at syntactic location α ($F\alpha$) scans its c-command domain for another instance of F (a goal) at location β ($F\beta$) with which to agree.
(ii) Replace $F\alpha$ with $F\beta$, so that the same feature is present in both locations.

72)

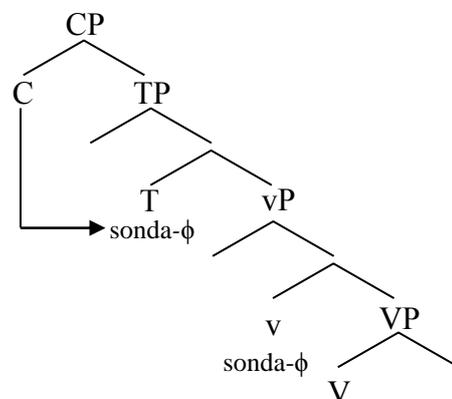
(Adaptado de Miyagawa, 2010: 19)



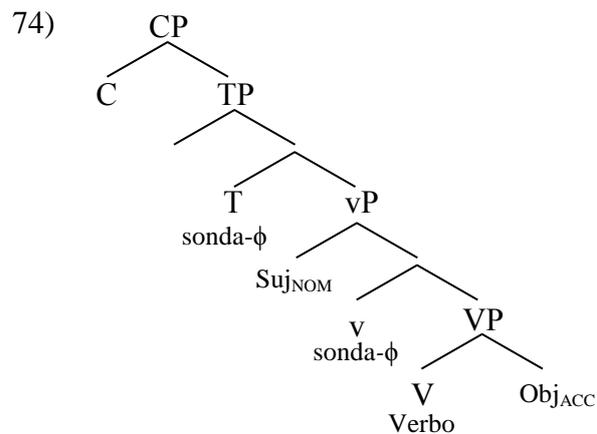
Uma vez que é o Caso que torna o DP ativo e, conseqüentemente, visível para a sonda, é possível explicar a relação próxima entre Caso e concordância encontrada em grande parte das línguas naturais. Assim, nessas línguas, a sonda- ϕ em T, por exemplo, busca em seu domínio de checagem um DP que possua Caso nominativo.

Paralelamente, *v* também possui traços- ϕ , geralmente responsáveis pela concordância com o objeto, que podem percolar para V ou permanecer em *v*. Em Libras, assumo que os traços- ϕ de *v* não são herdados por V. Dessa forma, os traços- ϕ presentes na derivação são apresentados em (73):

73)

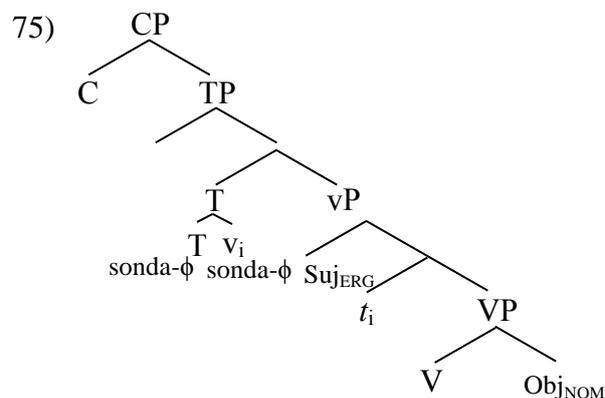


É possível agora explicar como emerge a concordância nas construções com verbos de concordância regular e em verbos de concordância reversa. Após a atribuição de Caso, conforme mostrado na seção anterior, as construções com concordância regular apresentam a seguinte estrutura:



Nestas construções, é fácil derivar a concordância. A sonda- ϕ em T estabelece uma relação Agree com o sujeito nominativo, engatilhando concordância. Já a sonda- ϕ em v estabelece uma relação Agree com o objeto, também engatilhando concordância.

Já as construções com concordância reversa apresentam a seguinte estrutura após a atribuição de Caso:



É preciso chamar a atenção para o fato de que o núcleo complexo T+v apresenta duas sondas- ϕ : uma herdada por T de C e outra trazida por v ao se mover para essa posição. Dessa forma, a sonda- ϕ de T irá procurar por um DP com Caso nominativo, ou seja, o objeto. Já a sonda- ϕ em v irá procurar por um outro DP que possa valorar seus traços- ϕ , ou seja, o sujeito ergativo. É por esse motivo que as construções com concordância reversa apresentam a estrutura SUJEITO_{OBJ}VERBO_{SUJ}OBJETO.

Note que a relação entre Caso e concordância é tão estreita que confirma o fato de que a língua ativa o Parâmetro da Concordância Dependente de Caso. Afinal, é o DP que recebe Caso nominativo de T que irá entrar em relação de Agree com a sonda- ϕ em T. E é o DP que recebe Caso de v, podendo ser este Caso o acusativo nas construções com concordância regular, ou o ergativo nas construções com concordância reversa, que irá entrar em uma relação de Agree com a sonda- ϕ em v.

Entretanto, a análise ainda não está completa. É preciso também explicar como o EPP é checado nessas construções. Primeiramente, cabe uma breve discussão acerca da natureza do EPP (Princípio de Projeção Estendida, do inglês *Extended Projection Principle*). Proposto ainda na GB (Teoria de Regência e Ligação, do inglês *Government and Binding*) por Chomsky (1981), o EPP é conhecido como um princípio que determina que toda sentença deve possuir um sujeito. A partir da hipótese do sujeito interno ao predicado (Sportiche, 1988), o EPP foi sempre relacionado como

sendo a propriedade responsável pelo movimento do sujeito para a posição de Spec,TP.

A partir de então, três posições distintas acerca do EPP apareceram na literatura: a primeira prediz que o EPP é um traço independente presente em T (Landau, 2007); a segunda concebe que o que engatilha o EPP é a necessidade de se checar Caso nominativo em T (Alexiadou e Anagnostopoulou 1998; Bošković 1997, 2002; Martin, 1999; Epstein e Seely 1999); e a terceira postula que o EPP é engatilhado pela concordância entre T e o DP (Chomsky 2000, 2005, 2007, 2008; Kuroda, 1988; Pesetsky e Torrego, 2001; Miyagawa 2007, 2010).

Uma forte evidência a favor da terceira posição, segundo a qual é a concordância que engatilha o movimento de um DP para a posição de Spec,TP, é encontrada na assimetria de concordância presente em várias línguas ao redor do mundo. Nessas línguas, a concordância entre o sujeito da sentença e o verbo depende da posição ocupada pelo sujeito. Se o sujeito encontra-se em uma posição pré-verbal, o verbo concorda integralmente com o sujeito (*full agreement*). Porém, se o sujeito encontra-se posposto ao verbo, a concordância é parcial (*partial agreement*). Os dados a seguir (76)³³ são do árabe e ilustram essa assimetria:

³³ Dados extraídos de Bahloul e Harbert (1993:15; *apud* Miyagawa, 2010:4)

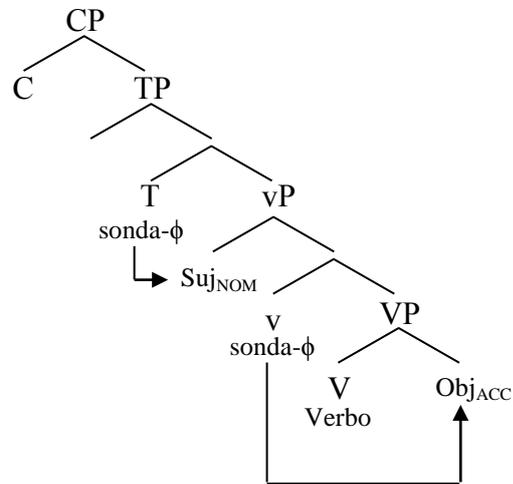
- 76) a. Qadim-a (/qadim-uu) al-ʔawlaadu.
 came-3MS came-3MP the-boys-3MP
 ‘The boys came.’
- b. Al-ʔawlaadu qadim-uu (/qadim-a) [t].
 the-boys-3MP came-3MP came-3MS
 ‘The boys came.’

Em (76a), o sujeito encontra-se posposto ao verbo. Por esse motivo, o verbo concorda apenas parcialmente com o sujeito, ou seja, estabelece concordância de pessoa e gênero, mas não de número. Já em (76b), quando o sujeito se move para uma posição pré-verbal, o verbo concorda com todos os traços: pessoa, gênero e número. Assim, é a concordância que engatilha o movimento e não Caso, uma vez que o DP apresenta o mesmo Caso tanto em posição pré quanto pós-verbal.

A partir disso, assume-se que o movimento típico do EPP, ou seja o movimento de um argumento para a posição de Spec,TP, somente ocorre quando algum traço gramatical específico está presente, geralmente traços- ϕ (Chomsky 2000, 2001, 2005; Kuroda 1988; Miyagawa, 2007, 2010). Em outras palavras, o EPP está diretamente associado à relação Agree estabelecida pela sonda- ϕ em T. Dessa forma, será alçado o DP que entrou em relação de Agree com a referida sonda.

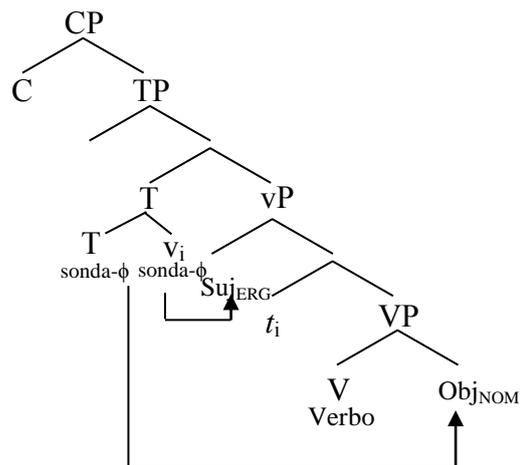
Para entendermos como o EPP é checado em Libras, é preciso observar as relações Agree estabelecidas nas sentenças com concordância regular e na sentença com concordância reversa. Essas relações Agree são dadas a seguir (77).

77) Relações Agree em sentenças com concordância regular



Em (77) a sonda- ϕ em T estabelece uma relação Agree com o sujeito nominativo da sentença. O sujeito, então, move-se para a posição de Spec,TP checando o EPP.

78) Relações Agree em sentenças com concordância reversa

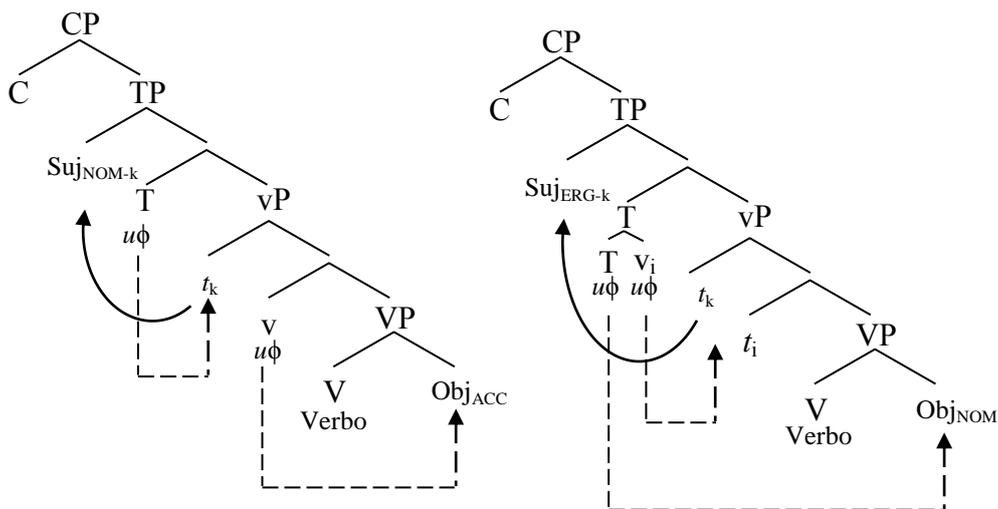


Já em (78) T é, na verdade, constituído por um núcleo complexo formado por T+v. Esse núcleo complexo, por sua vez, apresenta duas sondas- ϕ , o que significa que há duas relações Agree que precisam ser satisfeitas. Portanto, há dois candidatos a se moverem para a posição de Spec,TP, a saber: o sujeito ergativo ou o objeto nominativo. Em obediência à Condição de Ligação Mínima (*Minimal Link Condition*), move-se para a posição de Spec,TP o DP que está em posição mais alta na estrutura argumental que, em (78), corresponde ao sujeito ergativo.

Tal fato explica, portanto, a razão pela qual em ambas as construções, será sempre o sujeito sintático (argumento gerado na posição de Spec,vP) que se move para Spec,TP, de modo a satisfazer o EPP. Esse movimento é ilustrado pelas estruturas sintáticas a seguir:

79) a. Concordância regular

b. Concordância reversa



Uma evidência de que *é sempre* o sujeito sintático (argumento gerado na posição de Spec,vP) que se move para Spec,TP em ambas as construções é o fato de que a distribuição dos advérbios de frequência³⁴ é a mesma tanto em verbos com concordância regular quanto em verbos com concordância reversa.

80) Concordância regular

- a. IX₁ SEMPRE₁ AJUDAR₂ IX₂.
- b. IX₁ AJUDAR₂ IX₂ SEMPRE.
- c. *IX₁ AJUDAR₂ SEMPRE IX₂.
- d. ?SEMPRE IX₁ AJUDAR₂ IX₂.

81) Concordância reversa

- a. IX₁ SEMPRE₂ CHAMAR₁ IX₂.
- b. IX₁ CHAMAR₁ IX₂ SEMPRE.
- c. *IX₁ CHAMAR₁ SEMPRE IX₂.
- d. ?SEMPRE IX₁ CHAMAR₁ IX₂.

Em (80a) e em (81a) observa-se que o advérbio de frequência pode acontecer em uma posição pré-verbal, logo após o sujeito da sentença. Isso indica que o sujeito se move para a posição de Spec,TP tanto em construções cujo verbo apresenta concordância regular quanto naquelas em

³⁴ De acordo com Quadros (1999: 80), advérbios de frequência são advérbios de VP em Libras. O mesmo é observado em Língua de Sinais Americana por Braze (1997).

que o verbo apresenta construção reversa. Como era de se esperar, pelo fato de o advérbio ser um advérbio de VP, ele também pode ocorrer em posição final da sentença (80b e 81b). Já em (80c) e (81c), a sentença é agramatical, indicando que o verbo não se move para T em nenhuma das duas construções. (80d) e (81d), por sua vez, só são possíveis se o advérbio estiver em posição de tópico e, nesses contextos, haverá uma pausa entre o advérbio e o sujeito da sentença. Sem a marca de tópico, a sentença é agramatical (ver Quadros, 1999).

O fato de o verbo não se mover para T ou para o núcleo complexo T+v levanta ainda a seguinte questão: como explicar a concordância ser realizada morfológicamente no verbo, se os traços são checados em T e em v (ou em T+v), sendo que o verbo não se move para essas posições? Esse comportamento, chamado de *affix hopping*, também é observado no Inglês e em outras línguas e é uma questão discutida desde o início dos trabalhos gerativos. É preciso explicar como os afixos de concordância que ocorrem em T ‘descem’ para o verbo.

Várias propostas teóricas foram elaboradas. Entretanto, ainda parece não haver um consenso entre os linguistas que discutem o fenômeno. Uma vez que a proposta deste trabalho não é dar um tratamento teórico para o *affix hopping*, apresento apenas uma possibilidade de análise que acredito se encaixar no quadro teórico aqui adotado.

Chomsky (2000) propõe que T e V estabelecem entre si uma relação do tipo Agree. Dessa forma, os traços- ϕ resultantes da concordância com o(s) argumento(s) estão presentes tanto em T quanto em V. Uma vez que há duas cópias desses traços- ϕ , uma delas deverá ser apagada na PF. Nunes (1995, 2004) propõe a operação Reduzir Cadeia em que há o apagamento de todas as cópias de uma determinada cadeia, exceto uma que será realizada foneticamente. Essa operação tende a apagar as cópias mais baixas, resultando na realização da cópia mais alta. Com isso, era de se esperar que os traços- ϕ fossem realizados em T, o que certamente não ocorre. Adicionalmente à operação Reduzir Cadeia, há também o Filtro do Afixo Isolado (SAF - *Stranded Affix Filter*) proposto por Lasnik (1981, 1995)³⁵. Esse filtro prediz que um elemento que seja [+afixal] deve, obrigatoriamente, se combinar com outro elemento que seja [-afixal]. A maneira prototípica de isso acontecer é ambos os elementos estarem sob o mesmo nó terminal. Dessa forma, uma vez que não há nenhum elemento [-afixal] em T, a realização dos traços- ϕ nessa posição acarretaria na violação do SAF. Para que o filtro seja satisfeito, os traços- ϕ devem ser realizados no verbo.

Seguindo essa linha de análise, proponho que nos verbos com concordância regular há duas operações Agree envolvendo o núcleo verbal: a primeira entre T-V e a segunda entre v-V. Cada operação Agree faz com

³⁵ Newton (2008, 2009) propõe que o SAF é uma condição da PF.

que os traços- ϕ presentes nos núcleos funcionais sejam realizados foneticamente no verbo. Já nos verbos com concordância reversa, apenas uma relação Agree é necessária: entre o núcleo complexo T+v e V. Essa relação já é suficiente para que ambos os afixos de concordância sejam realizados foneticamente presos ao verbo.

4.3 CONCLUSÃO

Neste capítulo, desenvolvi uma proposta de análise estritamente sintática para a concordância dos verbos em Língua de Sinais Brasileira. Mais especificamente, tratei dos padrões de concordância apresentados pelos verbos de concordância regular e pelos verbos de concordância reversa.

Segundo a proposta desenvolvida aqui, os verbos de concordância regular apresentam um padrão nominativo de concordância, em que o sujeito da sentença recebe Caso nominativo e o objeto recebe Caso acusativo. Essa distribuição de Caso resulta no padrão de concordância SUJEITO_{suj}VERBO_{obj}OBJETO.

Já os verbos de concordância reversa apresentam um padrão ergativo de concordância, em que o sujeito da sentença recebe Caso ergativo inerente e o objeto recebe Caso nominativo. Essa distribuição de Caso resulta no padrão de concordância SUJEITO_{obj}VERBO_{suj}OBJETO. É preciso destacar que

o que permite a atribuição do Caso nominativo ao objeto *in situ* e também a concordância com o sujeito ergativo da sentença é o movimento de v para T, formando o núcleo complexo T+v, que torna o objeto visível para a sonda- ϕ em T e também torna possível a relação Agree entre esse núcleo complexo e o sujeito ergativo da sentença.

Um dos maiores problemas apresentados pelas análises anteriores (discutidas no Capítulo 3 desta dissertação), é o fato de que um mesmo verbo se comporta diferente inter-linguisticamente. Em outras palavras, um verbo pode ser de concordância regular em uma língua de sinais e reverso em outra. Esse fato é facilmente explicado pela análise aqui proposta, uma vez que a atribuição de Caso não-estrutural é uma propriedade específica de cada língua (*language specific*). Um exemplo famoso na literatura linguística é dado a seguir:

82) Islandês (Levin e Simpson, 1981):

Bátnum hvolfdi.
barco-DAT virou

Na sentença em (76), o argumento Bátnum ‘barco’ recebe Caso dativo não-estrutural. Já no equivalente a essa sentença em Português ‘*O barco virou*’ o argumento ‘*o barco*’ recebe Caso nominativo.

Assim, a atribuição (ou não) de Caso não-estrutural é uma informação sintática presente no léxico e que não tem nenhuma relação estreita com a estrutura temática do verbo. Por esse motivo, que há verbos que possuem a mesma semântica e selecionam os argumentos com o mesmo

papel temático, mas cujos nominais recebem Caso de diferentes formas, variando de língua para língua.

Vale lembrar que algumas propostas teóricas anteriores, tais como a de Padden (1983) e Quadros e Quer (2008, 2010), afirmam que os verbos com concordância reversa são verbos altamente lexicalizados e que, por esse motivo, apresentam uma trajetória diferente dos verbos com concordância regular. O que o presente trabalho vem mostrar é que a informação presente no léxico que origina esse comportamento nos verbos com concordância reversa é uma propriedade sintática, mais especificamente, de atribuição de Caso.

Além disso, é importante destacar que a proposta teórica aqui desenvolvida traz mais uma contribuição no sentido de mostrar que ambas as modalidades de línguas (orais e sinalizadas) são regidas por uma mesma GU, conforme prevê o Princípio de Uniformidade. Afinal, as evidências empíricas arroladas neste capítulo apontam para o fato de que o Parâmetro da Concordância dependente de Caso também pode ser ativado em línguas de sinais. Parâmetro este que se mostra bastante pervasivo dentre as línguas orais (Baker, 2008).

5. A CATEGORIA AUX EM LIBRAS

Neste capítulo, apresento uma proposta de análise da categoria AUX em Libras. É objetivo então identificar o estatuto dessa categoria, além da posição sintática ocupada por ela. Além disso, proponho que, ao contrário do que se foi assumido até o momento, essa categoria em Libras não é verdadeiramente um auxiliar, mas um marcador de tópico que indica a topicalização de ambos o sujeito e o objeto da sentença.

O capítulo está organizado em cinco seções. Na Seção 5.1, o objetivo é delimitar os contextos em que AUX é realizado e ainda algumas restrições encontradas. Com base nessa descrição, questiono o *status* de auxiliar da categoria em questão. Assim, na Seção 5.2 apresento uma alternativa de análise em que trato essa categoria como um marcador de tópico (glosado ${}_xIX_y$). Na Seção 5.3 discorro apresento a derivação sintática de sentenças com ${}_xIX_y$ realizado. Em seguida, na Seção 5.4 apresento algumas observações iniciais ao comparar os auxiliares em diferentes línguas de sinais. Aponto ainda a necessidade de se repensar se essas categorias realmente são auxiliares ou se exercem alguma outra função sintática. A Seção 5.5 contém a conclusão do capítulo.

5.1 DELIMITANDO OS CONTEXTOS DE OCORRÊNCIA DE AUX

Conforme discutido no Capítulo 2, a categoria AUX em Libras é considerada um auxiliar de concordância indexical (derivado de uma forma pronominal indexical). Esse auxiliar ocorre em sentenças com concordância simples e também em sentenças com concordância reversa quando o verbo principal não apresenta a concordância totalmente realizada (apenas a concordância com o objeto é possível e, mesmo assim, opcional) (Quadros, 1999; Quadros e Quer, 2008). Quadros (1999) propõe que AUX é gerado na posição de núcleo de IP e que, quando realizado, a ordem da sentença muda de SVO para SOV ou OSV. Entretanto, não há nenhuma menção acerca de quais propriedades que engatilham essa mudança de ordem.

Antes de tecer considerações acerca das análises propostas pelos autores, apresento a seguir alguns dados coletados durante esta pesquisa³⁶ que nos ajudam a compreender os contextos de ocorrência de AUX:

- 83) a. JOÃO_a MARIA_b _aAUX_b AMAR
b. JOÃO_a MARIA_b _aAUX_b _bCONVIDAR
c. *JOÃO_a MARIA_b _aAUX_b CONVIDAR_a
d. */? JOÃO_a MARIA_b _aAUX_b _bCONVIDAR_a
e. *JOÃO_a MARIA_b _aAUX_b CONVIDAR

³⁶ Os dados foram coletados com informantes surdos adultos, sendo todos eles professores de Libras.

Note que as sentenças de (83a) a (83d) confirmam os contextos de ocorrência de AUX propostos por Quadros e Quer (2008, 2010):

- i. AUX pode ser realizado com um verbo simples (83a);
- ii. quando realizado com um verbo reverso, este apresenta concordância apenas com o objeto (83b);
- iii. a concordância do verbo principal apenas com o sujeito é agramatical (83c); e
- iv. a concordância dupla no verbo reverso é agramatical ou, pelo menos, pragmaticamente estranha (é possível apenas em contextos muito marcados pragmaticamente) (83d).

Entretanto, diferentemente do que afirmam Quadros e Quer, a sentença em (83e) demonstra que a concordância do verbo principal com o objeto é obrigatória e não opcional. Nenhum dos falantes consultados considerou boa a sentença sem nenhuma concordância realizada no verbo principal; todos consertaram a sentença incluindo a concordância com o objeto.

Quadros e Quer (2008, 2010) afirmam também que AUX pode acontecer com verbos de concordância dupla regular apenas se o verbo principal não for flexionado. Porém, constatei uma distribuição bem diferente do esperado pelos autores. AUX é possível sim com verbos

regulares, desde que esse concorde apenas com o objeto (84a). Além disso, todos os falantes consultados consideraram agramatical a sentença em que o verbo principal aparece não-flexionado (84d). Assim, o mesmo comportamento apresentado pelos verbos reversos foi identificado nos verbos com concordância regular:

- 84) a. JOÃO_a MARIA_b _aAUX_b AJUDAR_b
b. *JOÃO_a MARIA_b _aAUX_b AJUDAR_a
c. */? JOÃO_a MARIA_b _aAUX_b _bAJUDAR_a
d. *JOÃO_a MARIA_b _aAUX_b AJUDAR

Nota-se, portanto, que, apesar das diferenças entre verbos de concordância regular e de concordância reversa, o elemento AUX se comporta da mesma forma em ambos os contextos: (i) a concordância do verbo principal é realizada sempre com o objeto, nunca com o sujeito da sentença; (ii) a ordem de todas essas sentenças é SOAuxV.

A partir dessa contestação, é possível levantar as seguintes questões:

- o que engatilha a mudança da ordem nas sentenças com AUX realizado?
- qual posição sintática AUX ocupa?
- como explicar que o padrão de concordância apresentado por AUX seja o mesmo tanto para verbos de concordância regular quanto para verbos de concordância reversa?
- como é possível que em uma mesma sentença – as com verbo de concordância reversa –, a categoria AUX apresente um padrão de

concordância sujeito-objeto enquanto o verbo apresenta o padrão objeto-(sujeito)?

- o que impede a realização total da concordância no verbo principal quando há a realização de AUX na sentença?

Tendo em conta os questionamentos elencados acima, a próxima seção tem por objetivo responder às perguntas levantadas em detalhe.

5.2 SERIA AUX REALMENTE UM AUXILIAR?

Para responder à pergunta que compõe o título desta seção, comecemos pela discussão da ordem da frase, pois ela é bastante esclarecedora para compreendermos o estatuto dessa categoria. Afinal, um dos problemas centrais é entender por que quando há AUX realizado na sentença, a ordem da frase se torna SOAuxV.

Os dados em Quadros (1999: 96) mostram que as sentenças que possuem AUX apresentam uma marca não-manual específica em ambos os argumentos da sentença e também em AUX: a direção do olhar (< >_{do}).

85) (Quadros 1999:96)

<IX JOHN_a>_{do} <IX MARY_b>_{do} <_aAUX_b>_{do} LIKE

Entretanto, o que observei nas sentenças coletadas com os informantes não foi apenas a direção do olhar, mas também um levantar de

sobrancelhas e uma pausa entre os argumentos. Essas marcas não-manuais são, na verdade, marcas de tópico (< >_{top}). Assim, as sentenças com AUX podem ser descritas conforme se segue abaixo:

- 86) a. <JOÃO_a>_{top} <MARIA_b>_{top} <_aAUX_b>_{top} AMAR.
b. <JOÃO_a>_{top} <MARIA_b>_{top} <_aAUX_b>_{top} _bCONVIDAR.
c. <JOÃO_a>_{top} <MARIA_b>_{top} <_aAUX_b>_{top} AJUDAR_b.

Outra evidência de que o sujeito e o objeto dessas sentenças ocupam uma posição de tópico vem da comparação com outras estruturas que também apresentam a ordem SOV, tais como os verbos manuais (87), já discutidos no Capítulo 2, e os classificadores (88). Nestas sentenças todos os argumentos encontram-se topicalizados (Quadros, 2004: 299):

87) <JOÃO>_{top} <DESENHO>_{top} PINTAR-LÁPIS.
'João pinta o desenho com o lápis.

88) <JOÃO>_{top} <CARRO>_{top} <CL(carro)-BATER-POSTE+>_{cl}.
'João estava de carro e bateu no poste detonando completamente o veículo.

No intuito de argumentar a favor de que AUX é gerado em uma posição de tópico, é preciso fazer algumas considerações acerca do uso da categoria AUX em Libras.

Apesar de se afirmar que AUX tem o papel de realizar morfológicamente a concordância sujeito-objeto em verbos simples, o uso desse elemento está restrito a contextos pragmaticamente marcados³⁷. Em outras palavras, além de simplesmente indicar a relação de concordância da sentença, existem razões pragmático-discursivas que motivam a realização ou não de AUX.

Assim sendo, em um contexto não-marcado pragmaticamente, o que se observa é que uma sentença com verbo simples não irá apresentar AUX. Em contrapartida, o auxiliar será utilizado se o falante quiser dar ênfase na sentença, em especial na relação entre os argumentos (quem é o sujeito e quem é o objeto). Esse comportamento explica a diferença entre as sentenças (89a-b)

89) a. JOÃO AMAR MARIA

b. JOÃO_a MARIA_b _aAUX_b AMAR

Nota-se ainda que o auxiliar é também encontrado em orações coordenadas adversativas da língua, podendo ser seguido por uma elipse de VP (90).

³⁷ Faz-se necessário investigar quais são os contextos discursivos que engatilham a realização de AUX na sentença. Em uma primeira observação, é possível sugerir que AUX só é utilizado em contextos de ênfase, porém, devido a limitações de tempo e de espaço, além da natureza da investigação desenvolvida aqui, deixarei essa questão aberta para estudos posteriores.

90) JOÃO_a AMAR MARIA_b [MAS <_bAUX_a>_{top} (AMAR) NÃO]
'João ama a Maria, mas Maria não ama o João'.

Neste ponto da argumentação, gostaria de deixar a discussão sobre AUX suspensa temporariamente e apresentar uma outra construção de tópico em Libras que merece ser analisada mais cuidadosamente, já que tem passado despercebida pela literatura até então. Trata-se da topicalização do objeto.

Quando há o alçamento do objeto para uma posição de tópico, esse objeto alçado tende a ser acompanhado de um apontamento pós-nominal, conforme pode ser visto em (91):

91) a. <JOÃO_b IX_b>_{top} IX₁ 1ENSINAR_b LIBRAS
'Ao João, eu ensinei Libras'

b. <JOÃO_b IX_b>_{top} IX₁ 1GOSTAR_b IX_b
'O João, eu gosto dele'

Note que em (91a), a sentença possui um verbo com concordância e, por isso, permite que a posição em que o objeto foi gerado permaneça vazia. Diferentemente, (91b) possui um verbo simples, sendo necessária, assim, a realização da forma pronominal indexical na posição do argumento interno. Porém, em ambas as sentenças, o objeto alçado para a posição de tópico aparece seguido de um apontamento indexical que também possui a marca

não-manual de tópico (levantamento das sobrancelhas). Qual seria, então, a função desse apontamento?

Bahan *et al.* (1995) e MacLaughlin (1997) diferem o apontamento pré-nominal do apontamento pós-nominal. De acordo com os autores, o apontamento pré-nominal tem função de determinante nas línguas de sinais, mais especificamente, de um determinante definido. Já o apontamento pós-nominal possui função adverbial. Os dados abaixo, extraídos de MacLaughlin (1997: 117), ilustram a diferença entre os dois tipos de apontamento:

92) a. [IX_a HOMEM] CHEGAR ‘*O homem chegou.*’

b. [HOMEM IX_a] CHEGAR ‘*O homem lá chegou.*’

Todavia, o apontamento pós-nominal encontrado nas construções de tópico não parece ser um locativo, tampouco um determinante. Além disso, Bahan *et al.* (1995) afirmam que o apontamento pós-nominal locativo pode ser modulado para transmitir outros significados, conforme é apresentado no exemplo (93) adaptado de MacLaughlin (1997: 124). Note também que é possível que um mesmo DP apresente tanto o apontamento pré-nominal quanto o pós-nominal.

93) [IX_a MULHER IX_{prolongamento da trajetória}] PEGAR FITA-DE-VÍDEO
‘*A/aquela mulher mais ou menos distante pegou a fita de vídeo.*’

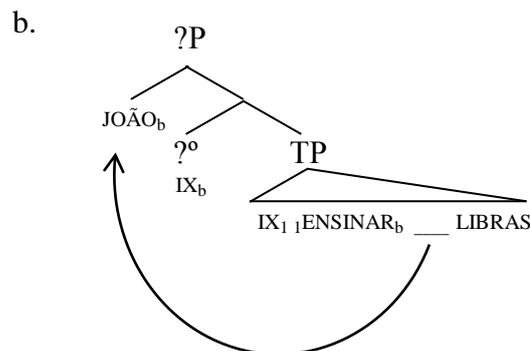
Entretanto, nas construções com topicalização do objeto, não é possível nem a realização de ambas as formas de apontamento, nem a modulação do apontamento pós-nominal, como pode ser visto em (88):

94) * $\langle IX_a \text{ JOÃO } IX_{\text{prolongamento da trajetória}} \rangle_{\text{top}} IX_1 \text{ ENSINAR}_b \text{ LIBRAS}$

Deste modo, percebe-se que esse apontamento pós-nominal é diferente daquele atestado por Bahan *et al.* (1995) e por MacLaughlin (1997).

Proponho então, que esse elemento indexical é uma marca manual de tópico. Assim, a Libras apresenta tanto uma marca não-manual de tópico (levantamento das sobrancelhas) quanto uma marca manual que consiste do apontamento pós-nominal. Seguindo essa linha de investigação, minha proposta é a de que esse apontamento ocupa a posição sintática de núcleo da projeção de tópico. Por enquanto, assumirei que essa projeção que introduz o traço de tópico é uma projeção do tipo ?P, de sorte que a estrutura dada em (95b) corresponde ao exemplo (91a), repetido abaixo como (95a):

95) a. $\langle \text{JOÃO}_b \text{ IX}_b \rangle_{\text{top}} IX_1 \text{ ENSINAR}_b \text{ LIBRAS}$



Note que há fortes semelhanças entre as sentenças com topicalização do objeto e as sentenças que contém a categoria AUX. Por essa razão, é importante compararmos os elementos envolvidos.

Conforme já discutido no Capítulo 2, a categoria AUX é um indexical derivado do próprio apontamento. Isso fica claro quando comparamos a forma de ambos na Figura 11 abaixo:



Figura 11. Comparação entre IX_x (à esquerda) e AUX (à direita) em Libras.

Levando-se em conta a Figura 11, nota-se que ambas as formas são indexicais, ou seja, tanto o AUX quanto a marca de tópico são apontamentos. Além disso, ambas ocorrem em contextos de tópico, conforme se vê nos exemplos abaixo:

- 96) a. <JOÃO IX_b >_{top} MARIA AJUDAR_b JÁ
 b. <MARIA_a>_{top} <JOÃO_b>_{top} <_aAUX_b>_{top} AJUDAR_b JÁ
 c. *<MARIA_a IX_a >_{top} <JOÃO_b IX_b >_{top} AJUDAR_b JÁ

O exemplo em (96a) mostra que, quando há apenas o alçamento do objeto, ocorre o apontamento pós-nominal como marcação de tópico. Entretanto, quando ambos os argumentos são movidos para uma posição de tópico (96b), ocorre a categoria AUX. A sentença em (96c), por sua vez, é agramatical, uma vez que quando movidos o sujeito e o objeto para uma posição de tópico não é possível a realização do apontamento após cada argumento.

Com base nessa distribuição e na semelhança entre as duas marcas, afirmo que AUX e o marcador de tópico são realizações de uma mesma categoria sintática. Assim, AUX deve ser analisado como uma marca de tópico e não como um auxiliar. Por esse motivo, glosarei AUX a partir de agora como ${}_xIX_y$. Essa forma de transcrição capta o fato de que essa categoria é um indexical e ainda de que possui uma trajetória associada a dois pontos distintos.

O primeiro corolário dessa análise é que ${}_xIX_y$ não é mais encarado como um auxiliar. Tratar essa categoria como auxiliar realmente parece pouco acurado, uma vez que a função desempenhada por ela é bastante diferente da função dos auxiliares nas línguas orais. Afinal, nas línguas orais os auxiliares são utilizados para expressar tempo, aspecto, modalidade, voz gramatical, etc. Já ${}_xIX_y$ não traz nenhuma dessas informações, visto que codifica apenas a informação de qual dos elementos topicalizados é o sujeito

da sentença (ponto inicial da trajetória) e qual é o objeto (ponto final da trajetória).

Outra consideração importante a ser feita é que o uso de um verbo auxiliar nas línguas orais não apresenta nenhuma relação com o fato de os argumentos da sentença estarem topicalizados ou não. Assim, não há nenhuma mudança de ordem específica associada ao uso do auxiliar. Já em Libras, sempre que ${}_xIX_y$ é utilizado a ordem da frase muda de SVO para SO_xIX_yV . Nesse sentido, a ordem S_xIX_yVO é sempre agramatical em Libras.

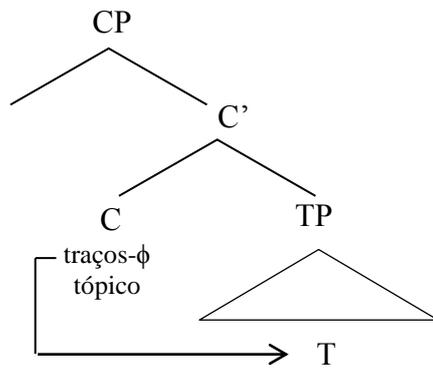
Após essas observações, proponho aqui que AUX é, na verdade, uma marca de tópico (${}_xIX_y$), assim como o apontamento pós-nominal (IX_x). Consequentemente, ambas as categorias ocupam a mesma posição sintática na estrutura oracional, a saber: são inseridas na posição de núcleo da projeção que possui o traço de tópico. Mas afinal, que projeção é essa? Qual a posição sintática dessas marcas de tópico? Esse é o tema da próxima seção.

5.3 DERIVANDO SINTATICAMENTE A MARCA DE TÓPICO ${}_xIX_y$

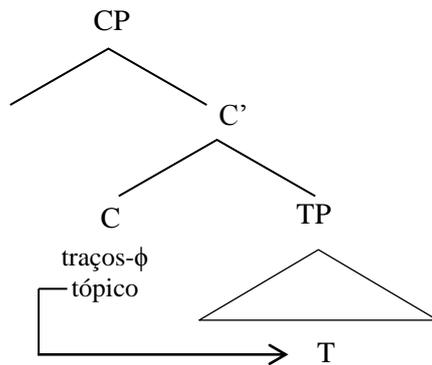
Quadros (1999) postula que AUX é realizado no núcleo de (T)IP. Entretanto, uma vez que identificamos que AUX é na verdade um marcador de tópico ${}_xIX_y$, este deve ser projetado em uma posição mais alta na estrutura. Mais especificamente, em uma posição de tópico.

Adotando Miyagawa (2010), os traços de tópico, assim como os traços- ϕ , são gerados em C. Assim, as línguas diferem entre si em relação a qual dos dois traços irá ser herdado por T. Nas línguas de concordância, como o Inglês e o Português, os traços- ϕ de C percolam para T, enquanto nas línguas chamadas de discurso-configuracionais são os traços de tópico que percolam para T, conforme mostrado nas representações em (97).

97) a. Línguas de concordância



b. Línguas discurso-configuracionais



Uma vez que já vimos que os traços- ϕ em Libras são herdados por T e também pelo fato de a concordância em Libras ser um fenômeno forte e recorrente na língua, descarta-se a possibilidade de a língua ser discurso-configuracional. Neste sentido, em Libras o traço de tópico não percola para T. Uma possibilidade de análise então seria considerar que o traço de tópico permanece em C e que os argumentos se movem para Spec,CP. $_xIX_y$ seria então a realização de C. Entretanto, essa análise não parece ser correta.

Se os argumentos ocupassem a posição de Spec,C e $_xIX_y$ a posição de núcleo de C, não seria possível que a língua apresentasse $_xIX_y$ em sentenças interrogativas do tipo QU-. Afinal, o traço de pergunta Q estaria ocupando a posição de núcleo de CP e, portanto, não licenciando uma categoria $_xIX_y$ nessa posição. Além disso, seria necessário postular, pelo menos, três posições de especificador em CP: duas para receberem os argumentos (sujeito e objeto) e ainda uma para alocar o operador QU-. Porém, as sentenças em (98) são possíveis na língua.

- 98) a. _____interrogativa
 ? (O-QUE) MARIA_a JOÃO_b $_aIX_b$ DAR_b O-QUE?³⁸
 ‘O que Maria deu ao João?’
- b. _____interrogativa
 (O-QUE) *pro*_a *pro*_b $_aIX_b$ DAR_b O-QUE?
 ‘O que *pro*_a deu a *pro*_b?’

³⁸ A sentença em (92a) pode causar estranhamento, uma vez que em uma pergunta QU- não é de se esperar a introdução de elementos novos no discurso. Assim, a introdução dos argumentos em sua forma plena pode tornar a sentença estranha, uma vez que tem-se a leitura de que estes são informação nova no discurso. Entretanto, quando os argumentos são do tipo *pro* (informação dada), a sentença é perfeita (92b).

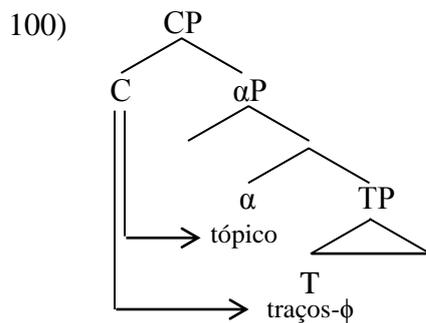
O fato de uma sentença com ${}_xIX_y$ permitir uma pergunta QU- aponta para o fato de que AUX e os argumentos da sentença ocupam uma posição inferior a CP e, como já discutido anteriormente, superior a TP. Além disso, a marca não-manual de pergunta se inicia-se no operador QU- e espalha-se para toda a sentença, inclusive para os argumentos topicalizados e para a marca de tópico ${}_xIX_y$.

Tendo em conta essas considerações, proponho que há uma projeção intermediária entre CP e TP. Desta maneira, a sentença em (98b) possui a estrutura apresentada a seguir:

99) $[_{CP} (O\text{-}QUE) + Q [_{?P} pro_a pro_b {}_aIX_b [_{IP} [_{VP} t_a [_{VP} DAR_b O\text{-}QUE]]]]]]?$

Esse fato vem corroborar a análise de Miyagawa (2010)³⁹, segundo a qual há uma projeção intermediária, chamada pelo autor de αP , que é responsável em algumas línguas por herdar os traços de tópico ou os traços- ϕ de C. Assumirei, portanto, que nas construções que possuem ${}_xIX_y$, os traços de tópico de C percolam para αP , conforme a representação em (100).

³⁹ Ver também Saito (2006).



Uma vez que os traços de tópico são herdados por α , os dois argumentos, sujeito e objeto, movem-se para a posição de Spec, α P quando receberem os traços de tópico⁴⁰. Isso explica, portanto, que a ordem SO_xIX_yV é gerada como o produto do movimento do sujeito para uma posição mais alta que a do objeto, dentro da projeção α P. Adicionalmente, essa análise nos permite propor que $_xIX_y$ é então a realização sintática do núcleo α .

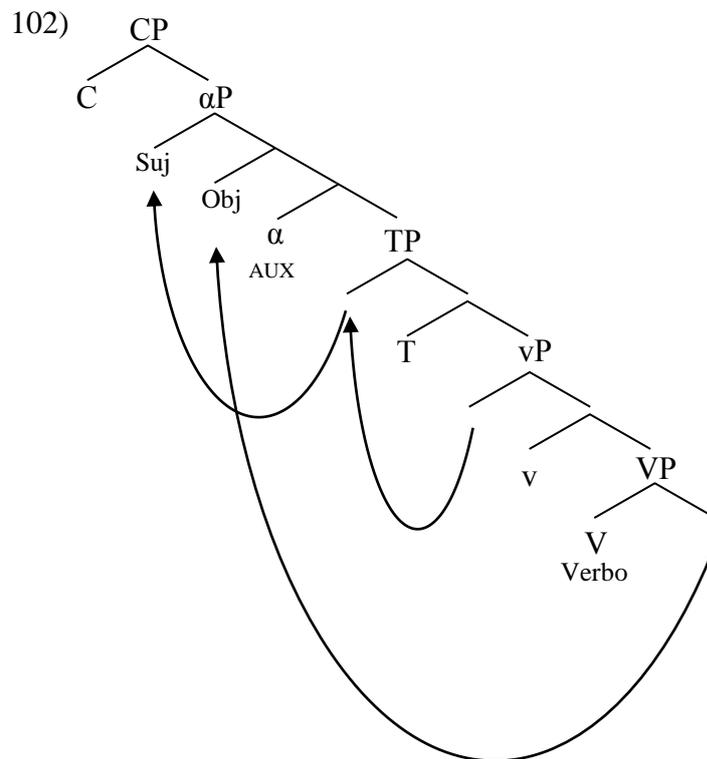
Vale ressaltar aqui que, de acordo com a análise proposta, a Libras não possuiria duas projeções de tópico distintas para acomodar o sujeito e objeto da sentença. Os dois argumentos, ao serem topicalizados, movem-se para uma mesma projeção de tópico (α P) com dois especificadores⁴¹. Uma evidência disto é a sentença apresentada em (96c) e repetida abaixo como (101). Observe que a realização de duas marcas de tópico torna a sentença agramatical.

⁴⁰ A ideia de *Bare Phrase Structure* apresentada em Chomsky (1994) permite que um único núcleo projete múltiplos especificadores.

⁴¹ Isso não impede, entretanto, a língua de possuir mais de uma projeção de tópico para acomodar outros elementos da sentença, como locativos ou qualquer outro XP circunstancial.

101) c. *<MARIA_a IX_a>_{top} <JOÃO_b IX_b>_{top} AJUDAR_b JÁ

A derivação sintática proposta é apresentada na representação arbórea a seguir:



Com relação à ordem OSAuxV apontada por Quadros (1999), os informantes consultados, todos do dialeto mineiro, se mostraram bastante resistentes a sentenças desse tipo. Para que a sentença fosse considerada gramatical por eles, o objeto deveria ser fortemente marcado, com bastante proeminência no discurso. Isso indicaria que a ordem OSAuxV é resultado de um segundo movimento do objeto, saindo da projeção αP e indo para

uma posição mais alta na estrutura, possivelmente Spec,CP, ou ainda para outra projeção do tipo α P. Entretanto, essa construção precisa ser analisada com mais cuidado. Por limitação de tempo e espaço, deixarei a análise dessas sentenças para investigações futuras.

Falta-nos ainda responder: o que faz com que o padrão de concordância de AUX seja o mesmo em ambas as sentenças com concordância regular e com concordância reversa?

Conforme discutido no capítulo anterior, o que difere os verbos de concordância regular dos verbos de concordância reversa é a atribuição de Caso aos DPs. Como consequência, os traços- ϕ presentes em T irão concordar com o argumento que recebe o Caso nominativo. Nas sentenças com verbo de concordância regular, é o sujeito que recebe Caso nominativo (_{SUJ}VERBO_{OBJ}). Já nas sentenças com verbo de concordância reversa, o Caso nominativo é atribuído ao objeto (_{OBJ}VERBO_{SUJ}).

Uma vez que a concordância estabelecida por ${}_xIX_y$ não envolve traços- ϕ , mas sim traços de tópico, e também uma vez que α não é um núcleo atribuidor de Caso, não há nenhuma relação entre o Caso do DP e a direção da trajetória realizada por ${}_xIX_y$. É por esse motivo que a trajetória de ${}_xIX_y$ inicia-se sempre no sujeito sintático e termina no objeto. Afinal, independente do Caso recebido por cada argumento e das relações de concordância estabelecidas, o sujeito sempre é movido para uma posição mais alta que o objeto na projeção α P.

Faz-se necessário esclarecer também que a presença de ${}_xIX_y$ na sentença, não altera as relações de concordância estabelecidas com base nas sondas- ϕ de vP e de TP. E é esse o motivo que explica o fato de uma sentença com concordância reversa apresentar uma trajetória reversa (objeto-sujeito) no verbo e uma trajetória sujeito-objeto em ${}_xIX_y$. Afinal, são duas operações sintáticas distintas, porém envolvendo as mesmas cadeias argumentais.

Essas duas ‘concordâncias’ distintas nos conduzem então à última pergunta levantada neste capítulo: o que impede a realização total da concordância no verbo principal quando há a inserção de ${}_xIX_y$ na sentença?

Quadros e Quer (2008, 2010) afirmam que, quando ${}_xIX_y$ ocorre na sentença, o verbo perde sua trajetória, mas mantém certa concordância com seu argumento interno. Com base no fato de o verbo perder sua trajetória, consideramos que ele passa a se comportar como um verbo de concordância única (um slot de concordância). Conforme exposto no Capítulo 2, sempre que o verbo possui um slot de concordância, este irá concordar com o objeto da sentença e nunca com o sujeito. Portanto, é preciso considerar que, apesar de haver a inserção de ${}_xIX_y$, a concordância entre o objeto e o verbo principal continua sendo obrigatória, independe de este objeto estabelecer concordância com a sonda- ϕ em v (concordância regular) ou com a sonda- ϕ em T (concordância reversa).

A questão a ser resolvida é a seguinte: será que a perda da trajetória (ou seja, a perda de um slot de concordância) se dá durante a derivação da estrutura sintática? Em outras palavras, será que essa mudança do verbo, que era de concordância dupla e passa a ser de concordância única, é um produto da sintaxe?

Tendo a acreditar que não. Se pensarmos que a grade argumental do verbo não é alterada, o Caso atribuído aos DPs se mantém e o padrão de concordância do verbo principal (regular ou reverso) é mantido, chegamos à conclusão de que essa mudança da ‘natureza’ do verbo não é sintática e sim pós-sintática. Conseqüentemente, essa é uma operação realizada na PF.

Uma vez que tanto a concordância quanto a marca de tópico envolvem trajetória, parece haver uma regra em PF que limita a realização da trajetória integral a um único elemento. Provavelmente, essa regra se aplica por uma questão de economia, visando evitar uma redundância ocasionada por mais de um elemento cuja trajetória envolve sempre os mesmos pontos no espaço (argumentos).

Essa regra explicaria também sentenças como a apresentada abaixo, em que apenas o primeiro verbo da série apresenta concordância integral, enquanto o restante concorda apenas com o objeto.

103) MARIA_a AJUDA_b FILHO_b, DAR_b DINHEIRO, _bBUSCAR ESCOLA.

Considerando então uma regra em PF que limite a realização integral da trajetória a apenas um único elemento (quando estão envolvidos os mesmos pontos no espaço) é possível explicar o motivo de ${}_xIX_y$ ser realizado com a trajetória integral, enquanto o verbo principal da sentença tem sua trajetória reduzida de modo a realizar morfologicamente apenas a concordância com o objeto.

Sob essa perspectiva, ${}_xIX_y$ apresenta uma trajetória integral por ser o elemento mais alto na estrutura sintática. Já o verbo principal, por estar mais baixo na sentença, é realizado apenas com um slot de concordância, o que equivale a apenas a um ponto no espaço (um argumento). Quando o verbo perde sua trajetória e passa a concordar com apenas um argumento, este argumento será sempre o objeto sintático, independente do Caso recebido por este.

104) a. Sentença com verbo de concordância regular e ${}_aIX_b$:

$\langle MARIA_a \rangle_{top} \langle JOÃO_b \rangle_{top} \langle {}_aIX_b \rangle_{top} \text{ AJUDAR}_b$

105) a. Sentença com verbo de concordância reversa e ${}_aIX_b$:

$\langle MARIA_a \rangle_{top} \langle JOÃO_b \rangle_{top} \langle {}_aIX_b \rangle_{top} \text{ }_b\text{CONVIDAR}$

É preciso resolver ainda o motivo de ser sempre o objeto sintático que mantém a relação de concordância com o verbo, mesmo em diferentes contextos de atribuição de Caso. É justamente a este comportamento que se

referem Lillo-Martin e Meier (2011), ao falarem sobre a primazia do objeto. Deixarei essa questão para investigações futuras.

5.4 ${}_xIX_y$ E OS AUXILIARES EM OUTRAS LÍNGUAS DE SINAIS

Conforme discutido até aqui, defendo que ${}_xIX_y$ não possui função de auxiliar em Libras, mas sim de marcador de tópico. Entretanto, pesquisas sobre diferentes línguas de sinais apontam para a existência de auxiliares nessas línguas. É válido então compararmos o comportamento desses elementos auxiliares com o marcador de tópico em Libras (${}_xIX_y$).

Ressalto, porém, que aqui tecerei apenas algumas observações iniciais com base nos dados encontrados na literatura existente. Faz-se necessário, contudo, um estudo comparativo mais aprofundado sobre o comportamento desses elementos inter-linguisticamente.

O primeiro auxiliar que destaco é o auxiliar GIVE-AUX em GSL (Língua de Sinais Grega). Conforme apresentado no capítulo 2, esse auxiliar é derivado do verbo GIVE. Entretanto, Sapountzaki (2005) chama a atenção para o fato de que GIVE-AUX só pode ser utilizado com verbos psicológicos e que, além de estabelecer concordância, ele marca causatividade⁴², conforme pode ser visto no exemplo abaixo:

⁴² Em Libras, pelo menos no dialeto mineiro, é possível identificarmos construções bastante semelhantes ao auxiliar GIVE-AUX da GSL. Nessas construções o verbo DAR também é

106) INDEX₂ **GIVE-AUX**₃ BURDEN END (Sapountzaki, 2005)
'Stop being a trouble/nuisance to him/her!'

A mesma restrição não é encontrada na Língua de Sinais Flamengo, que também apresenta um auxiliar derivado do verbo GIVE. Conforme se vê no exemplo dado em (31) e repetido abaixo como (106), o auxiliar GIVE é utilizado com o verbo HIT. Apesar de não podermos tecer muitas considerações acerca da ordem da frase nessa língua, vale observar que o auxiliar está ocupando uma posição entre o sujeito e o objeto da frase; posição esta bem diferente da ocupada pela categoria ${}_xIX_y$ em Libras.

107) Língua de Sinais Flamengo (Sapountzaki, 2012:211):
GIRL GIVE BOY HIT
'A garota bateu/atingiu o garoto.'

Outro auxiliar que merece destaque é o auxiliar KLAAR (107) encontrado na NGT (Língua de Sinais Holandesa). Segundo Cokart (2013: 9) esse auxiliar pode ser traduzido como *pronto/terminado* e é utilizado

utilizado como um causativizador e parece seguir a mesma restrição de só ocorrer com verbos psicológicos, conforme se vê nos exemplos a seguir:

ONTEM FILHO_a DAR₁ CANSAR
'Ontem meu filho me cansou' Lit. 'dar cansado'

IX₁ VER PESSOA DOENTE DAR₁ SENTIR BEM NÃO
'Ver alguém doente faz eu não me sentir bem'. Lit. 'dar não sentir bem'

É preciso, contudo, investigar se esse verbo DAR comporta-se como um auxiliar ou um modal, ocupando uma posição mais alta na estrutura sintática, ou ainda como o núcleo de um *v* causativo.

como um marcador aspecto completivo ou perfectivo. Semelhantemente, Fischer & Gough (1999: 69) identificaram um uso⁴³ do sinal FINISH em ASL (108) como um elemento auxiliar que detona aspecto perfectivo, assim como na NGT.

108) IX_{3A} ETEN KLAAR
she/he eat ready
She/he has finished eating

109) YOU HAVE EAT FINISH SHALLOW ONE, TWO, THREE, FOUR?
You had and ate and swallowed one? 2? 3? 4?

Note que esses auxiliares não apresentam concordância e possuem semântica aspectual inerente. O que os diferencia consideravelmente dos auxiliares indexicais e da categoria ${}_xIX_y$ em Libras.

Passemos agora ao auxiliar indexical encontrado em LSC (Língua de Sinais Catalã). Quadros e Quer (2010: 56) afirmam, em uma nota de fim, que:

O AUX não apresenta as mesmas propriedades na LSB e na LSC. Na LSB, o AUX não pode coocorrer com verbos com concordância quando flexionada, mas em elipses e estruturas de verbos com foco pode coocorrer com verbos na forma não flexionada. Além disso, a sua distribuição sintática é mais restrita. Na LSC, AUX aparece como um predicado principal sem conteúdo semântico, quase como um verbo leve. AUX aparece mais livremente na sentença, diferente de outros auxiliares descritos em outras línguas de sinais. O AUX da LSC pode ter flexão aspectual. Além disso, pode coocorrer com verbos flexionados para expressar ênfase.

⁴³ Na verdade, os autores apontam para dois usos do sinal FINISH como auxiliar em ASL. Entretanto, como um dos usos foi encontrado apenas em falas orientadas para crianças (uma espécie de *baby talk*), não o levo em consideração aqui.

Conforme apontado pelos autores, o comportamento de AUX em LSC é bastante distinto do AUX encontrado em Libras (que, vale lembrar, proponho não se tratar de uma categoria auxiliar). Em LSC, AUX é bastante produtivo na língua e não está restrito a contextos específicos de uso, diferentemente do que acontece em Libras. Os autores destacam ainda o fato de que AUX em LSC se comporta semelhantemente a um verbo leve e que pode trazer consigo informações aspectuais. Não parece, portanto, que AUX em LSC e em Libras (xIX_y) correspondam a uma mesma categoria.

O que fica claro ao compararmos esses elementos auxiliares em diferentes línguas sinalizadas é que estes são, na verdade, categorias bastante distintas umas das outras. Entretanto, a literatura tende a agrupá-los sob a alcunha de verbos auxiliares. Acredito que mais estudos são necessários acerca desses elementos para que possamos ter mais clareza acerca do funcionamento dos mesmos e das propriedades semânticas e/ou sintáticas de cada um deles. Além disso, acho válido questionarmos se esses elementos realmente são verbos auxiliares em todas as línguas de sinais.

Enfim, chamo a atenção para o fato de que todos esses elementos discutidos (sejam auxiliares ou não) são resultado de um processo de gramaticalização de outros elementos pré-existentes. Por esse motivo,

estudos centrados em processos de variação e mudança nas línguas de sinais se fazem necessários para um melhor entendimento dessas categorias⁴⁴.

Por exemplo, é possível conjecturarmos que em Libras e em LSC esses elementos indexicais são os mesmos, porém em estágios diferentes de gramaticalização. Entretanto, apenas uma investigação consistente poderá corroborar, ou não, com essa hipótese.

5.5 CONCLUSÃO

Neste capítulo discuti a chamada categoria AUX em Libras. Assim, após mostrar os contextos de ocorrência da mesma e de comparar as sentenças com AUX realizado e as sentenças com topicalização do objeto, conclui que AUX é na verdade uma marca de tópico resultante do movimento do sujeito e do objeto para uma posição de tópico. Por esse motivo, propus que AUX seja glosado como ${}_xIX_y$, já que este é um elemento indexical e porque essa categoria é bastante diferente dos auxiliares das línguas orais.

Além disso, motivei que ${}_xIX_y$ ocupa uma posição intermediária entre as projeções CP e TP. A essa categoria, seguindo Miyagawa (2010), identifiquei como αP , uma projeção intermediária que herda os traços de tópico de C.

⁴⁴ Vale destacar, a título de exemplo, o estudo de Cokart (2013) que mostra que a frequência de uso de uma categoria auxiliar da NGT (AUX-OP) é muito maior em sinalizadores mais jovens do que em sinalizadores mais velhos. Por exemplo, surdos com idade entre 16-35 obtiveram uma média de uso de 9,56 ocorrências em 20, enquanto em surdos com idade superior a 56 anos, essa média caiu para 2,57.

Propus também que o fato de a concordância no verbo principal ser reduzida de concordância dupla para concordância única é explicada por uma operação pós-sintática, mais especificamente em PF, que restringe a realização plena da trajetória em apenas um único elemento na sentença.

Por fim, levantei algumas observações iniciais a partir da comparação de elementos auxiliares em diferentes línguas de sinais. Mostrei que, muito provavelmente, esses elementos auxiliares são categorias distintas umas das outras. Assim, apontei a necessidade de se questionar se esses elementos realmente se comportam como verbos auxiliares em todas as línguas de sinais. Como demonstrei aqui, em Libras esse não é o caso: AUX é, na verdade, um marcador de tópico (${}_xIX_y$).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objeto de estudo a concordância verbal em Língua de Sinais Brasileira. Mais especificamente, investiguei os verbos com concordância regular e os verbos com concordância reversa, à luz dos desenvolvimentos recentes do Programa Minimalista (Chomsky, 1995).

Após a introdução desta dissertação e de seus objetivos no Capítulo 1, apresentei no Capítulo 2 um breve panorama sobre a gramática das línguas de sinais. Assim, foi dada uma introdução de fonologia, morfologia e sintaxe das línguas de sinais além de uma melhor exposição do fenômeno da concordância e das diferentes categorias auxiliares já atestadas nas línguas sinalizadas.

O Capítulo 3 desta dissertação dedicou-se a apresentar as propostas teóricas anteriores sobre a concordância nas línguas de sinais. Apontei alguns problemas com as análises existentes, o que mostrou a necessidade de se continuar a investigar o comportamento da concordância nas línguas de sinais e também de se elaborar novas propostas teóricas.

Sob essa perspectiva, propus no Capítulo 4 um novo modelo de análise da concordância, em que tratei o fenômeno como sendo derivado sintaticamente e não tematicamente, contra alguns estudos anteriores. Mostrei, então, que os verbos de concordância regular apresentam um

padrão nominativo de concordância, em que o sujeito da sentença recebe Caso nominativo e o objeto recebe Caso acusativo. Essa distribuição de Caso resulta no padrão de concordância SUJEITO_{subj}VERBO_{obj} OBJETO. Já os verbos de concordância reversa apresentam um padrão ergativo de concordância, em que o sujeito da sentença recebe Caso ergativo inerente e o objeto recebe Caso nominativo. Essa distribuição de Caso resulta no padrão de concordância SUJEITO_{obj}VERBO_{subj} OBJETO. É preciso destacar que o que permite a atribuição do Caso nominativo ao objeto *in situ* e também a concordância com o sujeito ergativo da sentença é o movimento de *v* para *T*, formando o núcleo complexo *T+v*, que torna o objeto visível para a sonda- ϕ em *T* e também torna possível a relação Agree entre esse núcleo completo e o sujeito ergativo da sentença.

Finalmente, no Capítulo 5, discuti a categoria AUX em Libras. Após mostrar os contextos de ocorrência da mesma e de comparar as sentenças com AUX realizado e as sentenças com topicalização do objeto, conclui que AUX e na verdade uma marca de tópico resultante do movimento do sujeito e do objeto para uma posição de tópico. Por esse motivo, propus que AUX seja glosado como ${}_xIX_y$, já que este é um elemento indexical e porque essa categoria é bastante diferente dos auxiliares das línguas orais. Além disso, motivei que ${}_xIX_y$ ocupa uma posição intermediária entre as projeções CP e TP. A essa categoria, seguindo Miyagawa (2010), identifiquei como αP , uma projeção intermediária que herda os traços de tópico de C. Já o fato de

os verbos principais concordarem apenas com o objeto sintático quando há a realização de ${}_xIX_y$, atribui a uma operação pós-sintática (em PF) que restringe a realização plena da trajetória em um único elemento na sentença, a saber: o elemento mais alto.

Finalmente, tendo em vista a análise aqui desenvolvida, acredito que este trabalho amplia o conhecimento acerca do fenômeno da concordância em Libras e também, de modo mais geral, nas línguas de sinais e nas línguas naturais como um todo.

Concluo, reiterando que a Libras, assim como as outras línguas de sinais ao redor do mundo, é, sem dúvidas, uma fonte promissora de investigação que em muito contribui para os estudos linguísticos, ajudando a elucidar questões mais gerais acerca da Faculdade de Linguagem e de diferentes propriedades sintáticas encontradas nas línguas naturais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adger, D. (2003). *Core Syntax: A Minimalist Approach*. Oxford University Press.
- Alexiadou, A.; Anagnostopoulou, E. (1998). Parametrizing word order, V-movement, and EPP-checking. *Natural Language & Linguistic Theory* 16:491–539.
- Aronoff, M.; Meir, I.; Sandler, W. (2005). The Paradox of Sign Language Morphology. In: *Language* 81, 2005, 301-344.
- Arrotéia, J. (2003). Papel do marcador ‘aceno de cabeça’ em sentenças não-conônicas. Paper presented at III Seminário Internacional Abralin, UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro.
- Bahan, B.; Kegl, J.; MacLaughlin, D.; and Neidle, C. (1995). Convergent Evidence for the Structure of Determiner Phrases in American Sign Language. In L. Gabriele, D. Hardison, and R. Westmoreland (Eds.), *FLSM VI: Proceedings of the Sixth Annual Meeting of the Formal Linguistics Society of Mid-America* (Vol. Two, pp. 1-12). Bloomington, Indiana: Indiana University Linguistics Club.
- Bahloul, M.; Harbert, W. (1993). Agreement asymmetries in Arabic. In Jonathan Mead, ed., *WCCFL 11*, 15–31. Stanford, Calif.: CSLI Publications.
- Baker, M. (1988), *Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago University Press.
- Baker, M. (2008). *The syntax of agreement and concord*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Baker, M. (2012). On the relationship of object agreement and accusative case: evidence from Amharic. *Linguistic Inquiry* 43, p. 255-274.
- Baker, M. (2013). *On dependent ergative case (in Shipibo) and its derivation by phase*. Manuscript, Rutgers University; revised version to appear in *Linguistic Inquiry*.
- Battison, R. (1974). Phonological deletion in American Sign Language. *Sign Language Studies*, v.5, p. 1-19

- Berenz, N. (2002). Insights into Person Deixis. In: *Sign Language & Linguistics* 5(2), p. 203-227.
- Bittner, M.; Hale, K. (1996). The structural determination of Case and agreement. *Linguistic Inquiry* 27, p. 1–68.
- Bos, H. (1994). An Auxiliary Verb in Sign Language of the Netherlands. In: Ahlgren, Inger/Bergman, Brita/Brennan, Mary (eds.), *Perspectives on Sign Language Structure. Papers from the Fifth International Symposium on Sign Language Research. Vol. 1.* Durham: ISLA, p. 37-53.
- Bošković, Z. (1997). *The syntax of nonfinite complementation.* Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Bošković, Z. (2002). A-movement and the EPP. *Syntax* 5:167–218.
- Braze, D. (1997). Objects, Adverbs and Aspect in ASL. In *Is the Logic Clear? Papers in Honor of Howard Lasnik.* Kim, J-S. and Stjepanovic (eds.) University of Connecticut. Working Papers in Linguistics 8, p. 21-54.
- Brentari, D. (1998). *A Prosodic Model of Sign Language Phonology.* Cambridge, MA: MIT Press.
- Brentari, D. (2012). Chapter 3: Phonology. In: *Sign Language: an international handbook.* Pfau, R.; Steinbach, M; Woll, Bencie (eds.) Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 10785 Berlin/Boston, p. 21-54.
- Castilho, A. T. (1997) A gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*, 19: 25-64. Salvador: Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da UFBA.
- Chomsky, N. (1981). *Lectures on government and binding.* Dordrecht: Foris.
- Chomsky, N. (1986). *Reflections on language.* New York: Pantheon.
- Chomsky, N. (1988). *Language and problems of knowledge: The Managua lectures.* Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, N. (1993). A minimalist program for linguistic theory. In Kenneth Hale and Samuel Jay Keyser, eds., *The view from Building 20.* Cambridge, Mass.: MIT Press, p. 1–52.
- Chomsky, N. (1994). Bare phrase structure. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, 5. Também disponível em: G. Webelhuth (ed.), (1995).

Government and Binding Theory and the Minimalist Program.
Oxford: Blackwell.

- Chomsky, N. (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Chomsky, N. (2000). Minimalist inquiries: The framework. In *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*, ed. by Roger Martin, David Michaels, and Juan Uriagereka. Cambridge, MA: MIT Press, p. 89–155
- Chomsky, N. (2001). Derivation by Phase. In: M. Kenstowicz (ed.), *Ken Hale: a Life in Language* (MIT).
- Chomsky, N. (2005). Three factors in language design. *Linguistic Inquiry* 36, p. 1–22.
- Chomsky, N. (2007). Approaching UG from below. In Uli Sauerland and Hans-Martin Gärtner, eds., *Interfaces + recursion = language?: Chomsky's minimalism and the view from syntax-semantics*, 1–29. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Chomsky, N. (2008). On phases. In Robert Freidin, Carlos Otero, and Maria Luisa Zubizarreta, eds., *Foundational issues in linguistic theory*. Cambridge, Mass.: MIT Press, p. 133–166.
- Cokart, R. The auxiliary verb AUX-OP in Sign Language of the Netherlands (NGT): Patterns of the use in Deaf NGT signers and NGT-Dutch interpreters. MA Thesis, University of Amsterdam.
- Corbett, G. (1991). *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Den Dikken, M. (2007). Phase Extension. Contours of a Theory of the Role of Head Movement in Phrasal Extraction. *Theoretical Linguistics* 33, p. 1-41.
- Duncan, S. (2001). Perspectives on the co-expressivity of speech and co-speech gestures in three languages. Paper presented at the 27th annual meeting of the Berkeley Linguistics Society.
- Epstein, S.; Seely, T. (1999). *SPEC-ifying the GF 'subject': Eliminating A-chains and the EPP within a derivational model*. Unpublished manuscript, University of Michigan and Eastern Michigan University.
- Ferreira-Brito, L. (1995). *Por uma gramática das línguas de sinais*. Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro.

- Fischer, S. D. (1975). Influences on Word Order Change in ASL. In: Li, Charles (ed.), *Word Order and Word Order Change*. Austin: University of Texas Press, p. 1-25.
- Fischer, S. D. (1992). Agreement in Japanese Sign Language. Paper Presented at the Annual Meeting of the Linguistic Society of America. Los Angeles.
- Fischer, S. D. (1996). The Role of Agreement and Auxiliaries in Sign Languages. *Lingua* 98.
- Fischer, S. D.; Gough, B. (1999). Some unfinished thoughts on FINISH. *Sign Language & Linguistics* 2(1), 67-77.
- Friedman, L. (1976). A. Subject, Object, and Topic in American Sign Language. In: Li, Charles (ed.), *Subject and Topic*. New York: Academic Press, p. 125-148.
- Harley, H. (2011). A minimalist approach to argument structure. In C. Boeckx, (ed.), *The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*, 426-447. Oxford: OUP Press
- Hockett, C. F. (1960). The Origins of Speech. In: *Scientific American* 203, p. 89-96.
- Jackendoff, R. (1987). The Status of Thematic Relations in Linguistic Theory, *Linguistic Inquiry* 18, p. 369–411.
- Jackendoff, R. (1990). *Semantic Structures*, MIT Press, Cambridge, MA.
- Jackendoff, R. (1992). *Languages of the mind*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Janis, W. (1992). *Morphosyntax of ASL Verb Phrase*. PhD Dissertation, State University of New York, Buffalo.
- Janis, W. (1995). A Cross-linguistic Perspective on ASL Verb Agreement. In: Emmorey, Karen/Reilly, Judy (eds.), *Language, Gesture, and Space*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 195-223.
- Kita, S. (2000). How representation gestures help speaking. In *Language and gesture*, ed. David McNeill, 162–185. Cambridge: Cambridge University Press.
- Klima, E.; Bellugi, U. (1979). *The Signs of Language*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Kuroda, S. (1988). Whether we agree or not: A comparative syntax of English and Japanese. *Lingvisticae Investigationes* 12:1–47.

- Landau, I. (2007). EPP extensions. *Linguistic Inquiry* 38:485–523.
- Lasnik, H. (1981). Restricting the theory of transformations: A case study. N. Hornstein & D. Lightfoot (eds.) *Explanations in linguistics*. London: Longman.
- Lasnik, H. (1995). Verbal morphology: syntactic structures meets the minimalist program. H. Campos & P. Kempchinsky (eds.) *Evolution and revolution in linguistic theory: Essays in honor of Carlos Otero*. Washington DC: Georgetown University Press, p. 251–275.
- Legate, J. (2003). Some interface properties of the phase. *Linguistic Inquiry* 34:506-516.
- Legate, J. (2008). Morphological and abstract case. *Linguistic Inquiry* 39, p. 55–101.
- Legate, J. (2012). Types of ergativity. *Lingua* 122:181-191.
- Levin, L.; Simpson, J. (1981). Quirky Case and lexical representations of Icelandic verbs. *Papers from the Seventeenth Regional Meeting, Chicago Linguistics Society*, 185-196. Chicago Linguistics Society, University of Chicago, Chicago, Ill.
- Levin, M. (2001). Agreement with collective nouns in English. Stockholm: Almqvist & Wiksell.
- Liddell, S. (1984). THINK and BELIEVE: Sequentiality in American Sign Language. *Language* 60, p. 372 - 392.
- Liddell, S.; Johnson, R. (1989). American Sign Language: The Phonological Base. In: *Sign Language Studies* 64, p. 197-277.
- Lillo-Martin, D.; Klima, E. (1990). Pointing out Differences: ASL Pronouns in Syntactic Theory. In: Fischer, Susan/Siple, Patricia (eds.), *Theoretical Issues in Sign Language Research*, Vol. 1: Linguistics. Chicago: University of Chicago Press, p. 191-210.
- Lillo-Martin, D.; Meier, R. (2011) On the Linguistic Status of ‘Agreement’ in Sign Languages. In: *Theoretical Linguistics* 37, p. 95-141.
- MacLaughlin, D. (1997). *The Structure of Determiner Phrase: Evidence From American Sign Language*. PhD Dissertation. B.S., Massachusetts Institute of Technology.

- Martin, R. (1999). Case, the EPP, and minimalism. In Samuel David Epstein and Norbert Hornstein, eds., *Working minimalism*, 1–25. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Massam, D. (2002). Fully internal Cases: Surface ergativity can be profound. In *Proceedings of AFLA VIII: The Eighth Meeting of the Austronesian Formal Linguistics Association*, ed. by Andrea Rackowski and Norvin Richards, 185–196. MIT Working Papers in Linguistics 44. Cambridge, Mass.: MIT, Department of Linguistics and Philosophy, MITWPL.
- Mathur, G.; Rathmann, C. (2012). Verb agreement. In: *Sign Language: an international handbook*. Pfau, R.; Steinbach, M; Woll, Bencie (eds.) Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 10785 Berlin/Boston, p. 136-157.
- McGinnis, M. (1996). Projection and position. In *Proceedings of ConSole IV*, ed. by João Costa, Rob Goedemans, and Reuben van der Vijver, 203–220. Leiden: HIL.
- McGinnis, M. (1998). Case and locality in L-syntax: Evidence from Georgian. In *Papers from the UPenn/MIT Roundtable on Argument Structure and Aspect*, ed. by Heidi Harley, 139–158. MIT Working Papers in Linguistics 32. Cambridge, Mass.: MIT, Department of Linguistics and Philosophy, MITWPL.
- McGinnis, M. (2001). Semantic and morphological restrictions in experiencer predicates. In *Proceedings of the 2000 CLA Annual Conference*, ed. by John T. Jensen and Gerard van Herk, 245–256. Ottawa: University of Ottawa, Department of Linguistics, Cahiers Linguistiques d'Ottawa.
- McNeill, D. (2000). Catchments and contexts: non-modular factors in speech and gesture production. In: *Language and gesture*, ed. David McNeill, 312–328. Cambridge: Cambridge University Press.
- Meir, I. (1998). *Thematic structure and verb agreement in Israeli Sign Language*. Ph.D. dissertation, Hebrew University of Jerusalem.
- Meir, I. (2002). A cross-modality perspective on verb agreement. *Natural Language & Linguistic Theory* 20, p. 413-450.
- Meir, I. (2012) Word classes and word formation. In: *Sign Language: an international handbook*. Pfau, R.; Steinbach, M; Woll, Bencie (eds.) Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 10785 Berlin/Boston, p. 77-111.

- Miyagawa, S. (2007). Unifying agreement and agreementless languages. In Meltem Kelepir and Balkiz Öztürk, eds., *MIT Working Papers in Linguistics 54: Proceedings of the Workshop on Altaic Formal Linguistics II*, 47-66. Cambridge, MA: MITWPL
- Miyagawa, S. (2010). *Why Agree? Why Move? Unifying Agreement-based and Discourse Configurational Languages*. MIT Press, Linguistic Inquiry Monograph 54.
- Neidle, C.; Kegl, J.; MacLaughlin, D.; Bahan, B.; Lee, R. G. (2000). *The Syntax of American Sign Language: Functional Categories and Hierarchical Structure*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Newton, G. (2008). *Affix Hopping and Do-Support: Evidence from Old Irish*. Paper. 32th Annual Penn Linguistics Colloquium.
- Newton, G. (2009). Accounting for do-support Post-Syntactically: Evidence from Old Irish. In *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics: Vol. 15: Iss. 1, Article 19*. 2009
- Nunes, J. (1995). *The copy theory of movement and linearization of chains in the minimalist program*. Tese de doutorado, University of Maryland at College Park.
- Nunes, J. (2004) *Linearization of Chains and Sideward Movement*. MIT Press, Cambridge, Mass.
- Padden, C. (1983). *Interaction of Morphology and Syntax in American Sign Language*. PhD Dissertation, University of California, San Diego [Publicado em 1988 em Garland Outstanding Dissertations in Linguistics, New York].
- Pesetsky, D.; Torrego, E. (2001). T-to-C movement: Causes and consequences. In Michael Kenstowicz, ed., *Ken Hale: A life in language*, 355–426. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Pesetsky, D.; Torrego, E. (2007). The syntax of valuation and the interpretability of features. In Simin Karimi, Vida Samiian, and Wendy Wilkins, eds., *Phrasal and clausal architecture*, 262–294. Amsterdam: John Benjamins.
- Pfau, R.; Salzmann, M.; and Steinbach, M. (2011). *A non-hybrid approach to sign language agreement*. Venice: FEAST 2011..
- Quadros, R. M. (1995). *As categorias vazias pronominais: uma análise alternativa com base na língua de sinais brasileira e reflexos no*

- processo de aquisição*. Dissertação de Mestrado. PUCRS. Porto Alegre.
- Quadros, R. M. (1999) *Phrase structure of Brazilian sign language*. Tese de Doutorado. PUCRS. Porto Alegre.
- Quadros, R. M. (2004). Gramática da língua de sinais brasileira: os diferentes tipos de verbo e suas repercussões na sintaxe. *Revista Anpoll*, Vol. 1, No 16. 2004, p. 289-320.
- Quadros, R. M.; Karnopp, L. B. (2004). *Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed.
- Quadros, R. M.; Quer, J. (2008). Back to back(wards) and moving on: On agreement, auxiliaries and verb classes in sign languages. In: Quadros, R.M. de (ed.), *Sign languages: spinning and unraveling the past, present, and future. Fortyfive papers and three posters from TISLR 9, Florianopolis, Brazil, December 2006*. Petrópolis: Editora Arara Azul..
- Quadros, R. M.; Quer, J. (2010). A caracterização da concordância nas línguas de sinais. In: Salles, H.; Naves, R. (orgs.) *Estudos gerativos de língua de sinais brasileira e de aquisição de Português (L2) por surdos*. Goiânia: Cãnone Editorial.
- Rathmann, C. (2001). *The Optionality of Agreement Phrase: Evidence from Signed Languages*. MA Thesis, The University of Texas at Austin.
- Rathmann, C.; Mathur, G. (2002). Is Verb Agreement the Same Cross-modally? In: Meier, Richard/Cormier, Kearsy/Quinto-Pozos, David (eds.), *Modality and Structure in Signed and Spoken Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 370-404.
- Rathmann, C.; Mathur, G. (2005). Unexpressed Features of Verb Agreement in Signed Languages. In: Booij, Geert/Guevara, Emiliano/Ralli, Angela/Sgroi, Salvatore/Scalise, Sergio (eds.), *Morphology and Linguistic Typology*. On-line Proceedings of the 4th Mediterranean Morphology Meeting (MMM4). Università degli Studi di Bologna, 235-250.
- Rathmann, C.; Mathur, G. (2008). Verb Agreement as a Linguistic Innovation in Signed Languages. In: Quer, Josep (ed.), *Signs of the Time: Selected Papers from TISLR 2004*. Hamburg: Signum, p. 191-216.
- Roberts, I. (1993). *Verbs and Diachronic Syntax*. Dordrecht: Foris.

- Sandler, W. (1989). *Phonological Representation of the Sign: Linearity and Nonlinearity in American Sign Language*. Dordrecht: Foris Publications.
- Sandler, W. (1999). Cliticization and Prosodic Words in a Sign Language. In: Hall, Tracy/Kleinhenz, Ursula (eds.), *Studies on the Phonological Word*. Amsterdam: Benjamins, p. 223-254.
- Sapountzaki, G. (2005). *Free Functional Markers of Tense, Aspect, Modality and Agreement as Possible Auxiliaries in Greek Sign Language*. PhD Dissertation, Centre of Deaf Studies, University of Bristol.
- Sapountzaki, G. (2012). Agreement Auxiliaries. In: R. Pfau et al. (eds.), *Sign Language, An international Handbook*, p. 204-227.
- Schick, B. (1990). Classifier predicates in American Sign Language. In: *International Journal of Sign Linguistics*. 1, p. 15-40.
- Smith, W. (1989) *The Morphological Characteristics of Verbs in Taiwan Sign Language*. PhD Dissertation, Ann Arbor.
- Smith, W. (1990). Evidence for Auxiliaries in Taiwan Sign Language. In: Fischer, Susan/Siple, Patricia (eds.), *Theoretical Issues in Sign Language Research*. Vol. 1: Linguistics. Chicago: University of Chicago Press, pg. 211-228.
- Smith, W.; Ting, L. (1979). *Shou neng sheng qiao* [Your hands can become a bridge], Vol. 1. & 2. Taipei: Deaf Sign Language Research Association, ROC.
- Sportiche, D. (1988). A theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structure. *Linguistic Inquiry* 19:425-449.
- Steinbach, M.; Pfau, R. (2007). Grammaticalization of Auxiliaries in Sign Languages. In: Perniss, P.; Pfau, R.; Steinbach, M. (eds.), *Visible Variation: Comparative Studies on Sign Language Structure*. Berlin: Mouton de Gruyter, pg. 303-339.
- Stokoe, W. (1960). Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf. In: *Studies in Linguistics, Occasional Papers* 8. Silver Spring, MD: Linstok.
- Stokoe, W. (2001). The study and use of sign language. *Sign Language Studies*. Volume 1, Number 4, Summer 2001. 369-406. Publicado originalmente em *Sign Language Studies* 10 (1976): 1-36

- Stokoe, W.; Casterline, D.; Croneberg, C. (1965). *A Dictionary of American Sign Language on Linguistic Principles*. Silver Spring, MD: Linstok Press.
- Taub, S. (2001). *Language from the Body: Iconicity and Metaphor in American Sign Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Van Herreweghe, M.; Vermeerbergen, M. (2004). *The Semantics and Grammatical Status of Three Different Realizations of geven (give): Directional Verb, Polymorphemic Construction, and Auxiliary/Preposition/Light Verb*. Poster Presented at the 8th International Conference on Theoretical Issues in Sign Language Research (TISLR 8), Barcelona.
- Woolford, E. (1997). Four-way Case systems: Ergative, nominative, objective, and accusative. *Natural Language & Linguistic Theory* 15:181–227.
- Woolford, E. (2006). Lexical Case, inherent Case, and argument structure. *Linguistic Inquiry* 37, p.111–130.
- Zeshan, U. (2000). *Sign Language in Indo-Pakistan: A Description of a Signed Language*. Amsterdam: Benjamins.